

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos
Nº 510 | Ano XVII | 4/9/2017

Pra onde ir

A crise do Rio Grande do Sul vai além da questão econômica

Luís Augusto Fischer Róber Iturriet Avila
Marcos Rolim Francisco Marshall
Pedro Osório Giba Assis Brasil
Cecilia Hoff Jaime Betts

Leia também

Carlos D. Paz ■ Bruno Lima Rocha
Riccardo Cristiano ■ Fernando Del Corona
Maria Augusta Maturana ■ Perfil - Maura Corcini Lopes



Pra onde ir – A crise do Rio Grande do Sul vai além da questão econômica

Em 1984, na 14ª edição da Califórnia da Canção Nativa, festival de música realizado no Rio Grande do Sul, um jovem cantor se destacou com os versos de uma canção composta por Dilan Camargo e Celso Bastos: “Pra onde ir, pra onde ir / Quem do campo empobreceu / Pra onde ir, pra onde ir / Quem na cidade se perdeu”. A voz era de Victor Hugo, atual secretário da Cultura do Rio Grande do Sul.

Para se saber aonde ir, para se discutir o caminho que deve seguir um estado fraturado, mas notório por sua empáfia e presunção de superioridade, antes é importante aprofundar o entendimento acerca das diversas crises que o Rio Grande vive.

No momento em que o estado atravessa a pior crise econômica de sua história e o governador José Ivo Sartori demonstra pouca habilidade para enfrentar a situação, e no mês em que os gaúchos costumam celebrar de maneira ufanística a Guerra dos Farrapos (1835-1845), a revista **IHU On-Line** debate algumas das crises que os gaúchos vivem, além da derrocada econômica.

O professor de Literatura **Luís Augusto Fischer** parte da ruína financeira para pensar a situação, mas vai além: a crise também é fruto do desprezo dos governantes pela cultura letrada. Para o doutor em Sociologia **Marcos Rolim**, “toda noção de supremacia é tradução da ignorância”, e “a cultura tradicionalista transforma a estupidez em virtude”. O jornalista e professor **Pedro Osório**, ao analisar o papel da imprensa, afirma que ela “é a maior responsável pela manutenção da ideia de superioridade do gaúcho”.

A economista e professora **Cecilia Hoff**, ao analisar o colapso econômico do estado, projeta que a tendência é que o atraso se amplie, com efeitos a longo prazo. O também economista e professor **Róber Iturriet Avila** observa que o Rio Grande do Sul vive estagnado desde 2014 e que a complexidade da situação não comporta repostas simplistas como “gastou demais”.

O historiador e arqueólogo **Francisco Marshall** diz que o eleitor gaúcho hoje elege dementes; também acusa o governador e o prefeito de Porto Alegre de não saberem governar, além de não terem capacidade de estudo. O

montador de cinema e professor **Giba Assis Brasil** afirma que as atitudes de Sartori denunciam que a crise de identidade não é apenas do governo, mas de todos. E encerrando a sequência de textos que tratam do tema de capa, o psicanalista **Jaime Betts** apresenta quatro sintomas sociais dos gaúchos.

A revista apresenta outros assuntos nesta edição. O doutor em História **Carlos D. Paz** parte do filme *O Silêncio* (2016), de Martin Scorsese, para, na experiência jesuíta, refletir sobre a necessidade de se inserir e relacionar com “o diferente”. O jornalista italiano **Riccardo Cristiano** recorda o desaparecimento de Paolo Dall’Oglio e discute as diferenças entre Ocidente e Oriente. E a médica **Maria Augusta Matu-rana** aborda, em artigo, o espaço da mulher no campo da ciência.

No perfil que apresenta a decana da Escola de Humanidades da Unisinos, **Maura Corcini Lopes**, a professora revela que valoriza os momentos de ócio como atos de resistência do pensamento.

O crítico de cinema **Fernando Del Corona** analisa dois filmes: *Eva não dorme*, de Pablo Agüero, e *Corpo elétrico*, de Marcelo Caetano. Leia ainda a crítica internacional de **Bruno Lima Rocha**, professor da Unisinos, sobre a capacidade investigativa global do Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana.



Foto: Eduardo Amorin/
Flickr CC

Sumário

- 4 ■ Temas em destaque
- 6 ■ Agenda
- 8 ■ Carlos D. Paz | O desafio de ser-outro numa sociedade majoritária
- 16 ■ Riccardo Cristiano | Os sírios romperam o muro do medo e não voltarão atrás
- 20 ■ Maria Augusta Maturana | Mulheres na ciência: há equidade de sexo?
- 24 ■ Tema de Capa | Luís Augusto Fischer: Crise do Rio Grande também é fruto do desprezo dos governantes pela cultura letrada
- 33 ■ Tema de Capa | Marcos Rolim: Toda noção de supremacia é tradução da ignorância
- 37 ■ Tema de Capa | Pedro Luiz da Silveira Osório: Imprensa é a maior responsável pela manutenção da ideia de superioridade do gaúcho
- 44 ■ Tema de Capa | Cecília Hoff: A tendência é que o atraso do Rio Grande do Sul se amplie
- 48 ■ Tema de Capa | Róber Iturriet Avila: Rio Grande do Sul vive estagnação desde 2014
- 52 ■ Tema de Capa | Francisco Marshall: O eleitor gaúcho hoje elege dementes
- 58 ■ Tema de Capa | Giba Assis Brasil: Atitudes de Sartori denunciam crise de identidade que não é apenas do governo, mas de todos
- 63 ■ Tema de Capa | Jaime Betts: Quatro sintomas sociais dos gaúchos
- 66 ■ Perfil | Maura Corcini Lopes: Elogio ao tempo perdido
- 70 ■ Cinema | Fernando Del Corona: A Argentina não dorme
- 74 ■ Cinema | Fernando Del Corona: O corpo e a cidade
- 78 ■ Crítica Internacional | Bruno Lima Rocha: O FCPA e a capacidade investigativa global do Departamento de Justiça dos EUA
- 80 ■ Publicações | Fabio Luis Barbosa dos Santos: Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira
- 81 ■ Publicações | Edward F. Mooney: A sensibilidade religiosa de Thoreau
- 83 ■ Outras edições



ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no site www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação
Inácio Neutzling
(inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU
Ricardo Machado – MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Jornalistas
João Vitor Santos – MTB 13.051/RS
(joaovs@unisinos.br)

Lara Ely – MTB 13.378/RS
(laraely@unisinos.br)

Patrícia Fachin – MTB 13.062/RS
(prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi – MTB 7.466/RS
(vnecchi@unisinos.br)

Revisão
Carla Bigliardi

Projeto Gráfico
Ricardo Machado

Editoração
Gustavo Guedes Weber

Atualização diária do site
Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Anielle Silva, Victor Thiesen e William Gonçalves.



Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128
e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider
(jacintos@unisinos.br)

Entrevistas completas em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Confira algumas entrevistas publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU na última semana.

A subordinação da esquerda brasileira ao neoliberalismo



“Teorias da Dependência surgiram como crítica às teses nacionais-desenvolvimentistas que apontavam que, com a industrialização, Brasil e América Latina superaríamos seus problemas de subdesenvolvimento, desemprego, instabilidade política e falta de autonomia.”

Carlos Eduardo Martins é graduado em Sociologia e Política, mestre em Administração e doutor em Sociologia.

A chaga da miséria volta a rondar o Brasil. Hoje, a situação brasileira é dramática



“9,2% de famílias tinham o rendimento per capita inferior a um quarto de salário mínimo, um dos indicadores de medição da fome. Em 2014, essa proporção era de 7,9%, o que corresponde a um aumento de 16% em apenas um ano.”

Nathalie Beghin, economista formada pela Université Libre de Bruxelles - ULB, mestra e doutora em Políticas Sociais pela Universidade de Brasília - UnB.

Estamos caminhando para o desaparecimento irreversível das florestas



“A taxa de desmatamento no primeiro decênio deste século foi 62% maior que no último decênio do século passado, e desde 2011 constata-se uma aceleração dessa aceleração, sobretudo na Ásia e na Oceania.”

Luiz Marques, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em História da Arte pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS.

Revolução 4.0 e o risco de uma transição traumática



“Até as últimas revoluções o mundo teve tempo de se adaptar e as transições foram menos traumáticas. Nessa, pela velocidade, talvez a transição seja mais traumática e não permita a adaptação de muitas pessoas, aumentando o distanciamento cultural, financeiro e intelectual entre elas.”

Eduardo Mario Dias é doutor, mestre e graduado em Engenharia Elétrica; Vidal Melo é graduado em Engenharia de Produção Mecânica e doutor em Automação.

Cisternas: exemplo de política pública que não pode ser interrompida



“Nosso grande diferencial foi propor uma tecnologia simples, barata e familiar e que, para o contexto dessas famílias do Semiárido, é uma tecnologia de ponta, efetiva, que realmente resolve o problema de abastecimento de água para o consumo humano.”

Valquíria Lima, integrante da coordenação executiva da ASA pelo estado de Minas Gerais.



Textos na íntegra em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Confira algumas notícias públicas recentemente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Governo Temer recua e suspende por 120 dias mineração em área da Amazônia

Alvo de críticas de um amplo leque de atores políticos e ambientais, o Governo Michel Temer suspendeu no dia 31-8-2017 os efeitos do polêmico decreto que permitia que mineradoras privadas explorassem área na Amazônia até então reservada à pesquisa estatal. O Ministério das Minas e Energia disse, em nota, que a suspensão visa promover “um amplo” debate com a sociedade sobre o tema por 120 dias.

A notícia foi publicada por El País e reproduzida nas Notícias do Dia do IHU, disponível em <http://bit.ly/2ev6rvr>.

Povos do rio Tapajós são ‘atropelados’ por corredor logístico para levar soja à China, diz estudo

Impulsionada pela forte demanda do mercado chinês, a expansão do corredor logístico para escoar grãos pelo Norte do país vem deixando um rastro de impactos negativos no entorno do rio Tapajós, na Amazônia, de acordo com estudos de ONGs sobre projetos de infraestrutura na região.

A reportagem é de Júlia Dias Carneiro e publicada por BBC Brasil, reproduzida nas Notícias do Dia do IHU, disponível em <http://bit.ly/2epxzt9>.

Em defesa da Amazônia e do Cerrado

“A reação da sociedade a essa política de terra arrasada começa a se esboçar, como disso dá mostras uma petição da Avaaz que já conta com muitos milhares de assinaturas e cujas adesões avançam a passos largos.”

Artigo de Luiz Marques, professor livre-docente do Departamento de História do IFCH /Unicamp, reproduzido nas Notícias do Dia do sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2gsorlt>.

Uma ponte para o passado: como chegamos até aqui?

“Não se pode dizer que o Brasil não tem recursos: só de juros da dívida, são no mínimo 400 bilhões de dinheiro público que é transferido por ano para os mais ricos. Se os juros fossem 0% - como em vários países desenvolvidos -, haveria 400 bilhões para investir em saúde, educação, transporte, saneamento e ainda sobraria.”

Artigo de Ivo Lesbaupin, sociólogo, professor da UFRJ, coordenador da ONG Iser Assessoria, reproduzido nas Notícias do Dia do sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2et2l2t>.

Amazônia. A Igreja no Brasil contra “a exploração inescrupulosa” do governo Temer

Os ataques que o governo brasileiro está realizando contra o patrimônio público transformaram-se em tônica geral. O último capítulo desta triste novela aconteceu na semana que passou, com a promulgação do decreto que libera exploração mineral em uma área de quase 47 mil quilômetros quadrados entre Pará e Amapá, com alegação de que as atividades contribuirão para recuperação econômica.

Reportagem publicada por Religião Digital, reproduzida no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2et38WB>.

Alto desemprego entre jovens produziu “geração desperdiçada”

Para entrar no mercado de trabalho, o jovem precisa de experiência. Mas como ter experiência sem uma primeira chance? Em momentos de crise como a atual, a questão se acirra. Para além da frustração que atinge os jovens sem emprego, desperdiçar essa força de trabalho traz efeitos negativos para o desenvolvimento e gera um desalento social que tem efeitos sobre a vida política do país.

Reportagem publicada por CartaCapital, reproduzida no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2vvFOUb>.

Programação completa em ihu.unisinos.br/eventos

A contemporaneidade em debate. Intérpretes e obras

*A razão populista, de Ernesto Laclau
(São Paulo: Três Estrelas)*

5/set

Horário
19h30min às 22h

Apresentação
Prof. Dr. Carlos Gadea –
UNISINOS

Local
Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Ecofeira Unisinos

6 e 13/set

Horário
10h às 18h

Local
Corredor central – em
frente ao IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Oficina: Usos tradicionais de plantas medicinais que auxiliam no relaxamento

6/set

Horário
12h30min às 13h30min

Ministrante
Bióloga Denise Schnorr

Local
Corredor Central da Uni-
sinos São Leopoldo - em
frente ao Instituto Humani-
tas Unisinos - IHU

Pré-evento do IX Colóquio Internacional IHU

*Bioética e a Nova (des)ordem Mun-
dial: entre a crítica e a legitimação*

6/set

Horário
19h30min às 22h

Conferencista
Prof. Dr. Thiago Rocha da
Cunha – Pontifícia Univer-
sidade Católica do Paraná
– PUC-PR

Local
Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Pré-evento do IX Colóquio Internacional IHU

*O corpo é obsoleto? Reflexões feno-
menológicas sobre biotecnologias,
Pós-humanismo e Arte Carnal*

12/set

Horário
19h30min às 22h

Conferencista
Prof. Dr. Francisco Ortega -
Universidade do Estado do
Rio de Janeiro - UERJ

Local
Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Cine-Vídeo: Produção Orgânica

13/set

Horário
12h30min às 13h30min

Ministrante
Profa. MS Raquel Chesini –
Cursos Nutrição e Gastro-
nomia

Local
Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo





IHU Ideias Francisco Suárez e a Escolástica Ibero- americana

14/set

Horário
17h30min às 19h

Palestrantes
Prof. Dr. Alfredo Culleton
- UNISINOS e Prof. Dr.
Gerson Neves Pinto - UNI-
SINOS

Local
Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Debate sobre o filme O Silêncio (2016)

Mais informações
<http://bit.ly/2iJt95k>

15/set

Horário
18h

Debatedores
Carlos Daniel Paz e Artur
Barcelos

Local
Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

A contemporaneidade em debate. Interpretes e obras

*A razão populista, de Ernesto Laclau
(São Paulo: Três Estrelas)*

18/set

Horário
19h30min às 22h

Apresentação da obra
Prof. Dr. Daniel de Men-
donça - UFPel

Local
Unisinos Campus Porto
Alegre

7

Seminário: Realidades e Políticas Públicas para as Juventudes no Vale do Sinos

19/set

Horário
14h às 18h

Coordenação
Profa. Dra. Marilene Maia –
UNISINOS

Local
Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros - IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

IHU Ideias Gaúcho – O que sabe que já foi valente

21/set

Horário
17h30min às 19h

Palestrante
Prof. Dr. Luís Augusto Fis-
cher – UFRGS

Local
Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

VIII Colóquio Internacional IHU. Metafísica e Filosofia Prática. A atualidade do pensamento de Francisco Suárez, 400 anos depois

25 a 28/set

Local
Unisinos Campus Porto
Alegre



O desafio de ser-outro numa sociedade majoritária

Carlos D. Paz parte do filme *O Silêncio* para, na experiência jesuíta, refletir sobre a necessidade de se inserir e relacionar com “o diferente”

João Vitor Santos | Tradução: Henrique Denis Lucas

8

Como aceitar a cultura do outro sem subjugá-lo e sem perder nossa essência? Essa é uma das questões que surgem ao assistir *O Silêncio* (2016), de Martin Scorsese. A película retrata o drama de jesuítas que, chegando ao Oriente, são postos à prova diante de um mundo cultural diferente do seu. E mais: têm a missão de promover a evangelização que, em alguma medida, é levar uma perspectiva de mundo sobre outra. O historiador argentino Carlos D. Paz vê na narrativa de Scorsese uma oportunidade de pensar nos desafios que esse choque cultural promove em ambos os lados. “O jesuíta claramente é um outro que às vezes não pode dispor de mais ferramentas para tentar lidar com uma situação que lhe é desfavorável”, destaca em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Segundo o professor, “a universalidade da Fé surge no horizonte desses jesuítas”, mas também faz emergir “apostasia e a deserção da Fé Católica”, questionando seus valores. Paz vê nesse ponto o desafio “de um *ser-outro* dentro de uma sociedade majoritária”. “O jesuíta vê, olha, contempla, cheira os japoneses disputando e/ou aceitando uma Fé que, desde o momento de sua chegada, gerou transformações na comunidade local e em sua relação com os senhores feudais que impunham suas regras”, analisa. A partir dessa experiência, é possível pensar nos

desafios de nosso tempo, de sermos recebidos e receber esse *outro*. Um caminho que, para Paz, pode passar pelo diálogo inter-religioso. “Um diálogo inter-religioso real deve partir da assimilação, pelas partes envolvidas no processo de conversão, de traços culturais e religiosos de cada um”, adverte. “Apenas em um postulado que reconheça, discuta e incentive a relevância das naturezas múltiplas é provável que tenha sucesso em uma aproximação entre os povos”, completa.

Carlos D. Paz é argentino, doutor em História pela Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, na Argentina. Realizou pós-doutorado em Sociologia, no Brasil, pesquisando os modos guaranis de administração da alteridade. Atualmente, pesquisa as transformações cosmopolíticas dos grupos chaquenhos e a construção e circulação de uma ideia de barbárie realizada pela Companhia de Jesus. Ainda está desenvolvendo uma investigação, com Eliane Fleck, da Unisinos, sobre a censura de obras jesuítas.

No próximo dia 15-9, o professor estará no campus São Leopoldo da Unisinos, participando de um debate sobre o filme *O Silêncio* (2016), dentro do **II Congresso Internacional de Estudos Históricos Latino-Americanos – CI-EHILA**. Saiba mais sobre o evento em <http://bit.ly/2iJt95k>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que contexto se dá a expansão da Companhia de Jesus para além da Europa, a partir do século XVI?

Carlos D. Paz – Ocorre em um contexto em que se ampliam as fron-

teiras de sua extensão territorial. O mundo europeu, naquela época, expande seus limites mediante as descobertas de novas terras e populações tanto na América como através de contatos com o Oriente.

Populações foram identificadas, a partir da concepção europeia e da Companhia de Jesus, como pagãs. O século XVI é o momento em que a expansão ultramarina, liderada por Espanha e Portugal, permite a vin-

“A universalidade da Fé surge no horizonte desses jesuítas retratados pelo filme, também se fazem presentes a apostasia e a deserção da Fé Católica”

culação com espaços tão remotos quanto surpreendentes para intelectualidade europeia.

A América do Sul, com o Brasil e o Peru, assim como na Ásia, com o Japão e a China, se apresentam como dois lugares que mostravam claramente diferenças com a Europa: dois espaços que necessitavam conhecer-se e entrar em diálogo com as categorias que ordenavam o mundo europeu daquela época. É neste momento que a Companhia de Jesus decide se lançar para além das fronteiras europeias não apenas para promover o cristianismo, mas também para tentar conter os efeitos da expansão da Reforma Protestante, assim como posicionar-se frente a outras ordens como a dos franciscanos, dos agostinianos etc., que já realizavam missões para além do ‘Velho Mundo’.

IHU On-Line – Como compreender as questões de fundo presentes nas missões da Companhia de Jesus, particularmente no Oriente, como as retratadas no filme *O Silêncio*?

Carlos D. Paz – A questão que também está presente no filme *Silêncio*, assim como na expansão sobre o mundo concebido como totalidade, e com o Oriente como um espaço de particular interesse para a Companhia de Jesus, é o problema da universalidade da Fé. A mesma Fé que pode ser compreendida a partir da vinculação entre as formas de integração política, bem como a partir de rituais, práticas sociais e costumes que deram sentido aos grupos

humanos com os quais a Companhia de Jesus entrou em contato ao longo de sua experiência.

Agora, a universalidade da Fé e suas múltiplas manifestações e formas de ser concebida e manifestada por aqueles que se converteram em ‘outros’ dos europeus, e neste caso particular, o Japão – a posteriori da unificação de diferentes senhores feudais, por cerca da metade do século XVI –, coloca a Companhia de Jesus e seus missionários frente a um problema cuja inteligibilidade e resolução requer uma análise aprofundada sobre o *si-mesmo*. Uma introspecção em que o missionário tenta se desfazer da maior quantidade de preconceitos sobre os *outros* e suas formas de relação com a Fé. E isso ao mesmo tempo em que deve tentar realizar um exercício de profunda reflexão sobre a sua condição de *outro*. O jesuíta nessas porções do território claramente é um *outro* que às vezes não pode dispor de mais ferramentas para tentar lidar com uma situação que lhe é desfavorável. Assim como a universalidade da Fé surge no horizonte desses jesuítas retratados pelo filme, também se fazem presentes a apostasia e a deserção da Fé Católica.

Compreender estas questões, ou ao menos aproximar o máximo possível à condição principalmente de um *ser-outro* dentro de uma sociedade majoritária, que se apresenta como estranha e pela qual se quer evangelizar, requer um exercício de reflexão por parte do espectador do filme, bem como para o leitor da obra, que é baseada na proposição de um sujeito

– neste caso, os missionários envolvidos no processo de expansão da Fé – que assiste como o sujeito evangelizador materializa a nova Fé. O jesuíta vê, olha, contempla, cheira os japoneses disputando e/ou aceitando uma Fé que, desde o momento de sua chegada, gerou transformações na comunidade local e em sua relação com os senhores feudais que impunham suas regras. Tudo isso sem contar como o próprio jesuíta se questionou constantemente sobre sua Fé.

Estas questões, retratadas a partir do apelo a uma emotividade pensada para um público ocidental e cristão, fazem parte das experiências que os jesuítas enfrentaram no começo das diferentes latitudes de onde a empresa missionária se propôs a promover a Fé cristã. Os aspectos sobre os quais o filme permite a reflexão são, em grande parte, os mesmos temas que devem ser abordados quando realizamos estudos que questionam o estado da arte da pesquisa sobre as realidades missionárias jesuíticas. Entre eles, por exemplo, posso mencionar, fazendo estrita referência a *Silêncio*: os problemas de comunicação, mesmo consigo próprio. Essa é uma questão que está presente numa época conturbada em que a própria Fé do missionário parece questionável a partir do pragmatismo que a continuidade do esforço missionário requer.

Junto com isso, não podemos esquecer o papel desempenhado pelos conhecimentos prévios carregados pelo jesuíta consigo sobre uma sociedade que se propõe ser a desafiante do trabalho dos missionários, mas

que justifica, pelo mesmo esforço da empresa missionária, sua abnegação e renúncia a certas práticas do *si-mesmo* do jesuíta. Esta bagagem conceitual é essencial para tentar explicar tanto as primeiras ações missionárias e o forte componente emocional carregados nos primeiros textos missionários. Os mesmos que em grande medida condicionaram as ações daquelas novas vontades que seguiram os passos daqueles pró-homens que serviram como um posto avançado do cristianismo e como ideais reguladores do ser jesuíta. No caso de *Silêncio*, o padre Cristóvão Ferreira.

“O olhar jesuíta é inegavelmente atraente, mas não é o único”

10

IHU On-Line – De que forma essas incursões contribuíram para ampliar o entendimento do Oriente sobre o Ocidente? E qual a importância do diálogo inter-religioso na aproximação desses mundos?

Carlos D. Paz – Entender as formas religiosas de determinado conjunto de pessoas pode representar, demandar e enfrentar distintos níveis e sentidos de dificuldade. A maior delas é encontrar uma lógica que expresse seu sentido como tal, sem entrar em contradição com as lógicas religiosas aceitas como válidas pelo missionário. Desentranhar a lógica das formas religiosas constituiu-se num dos maiores desafios para aqueles membros da Companhia de Jesus que deviam informar a seus superiores sobre os ritos daqueles que transmitiam os ensinamentos que sustentam o cristianismo. No entanto, o diálogo inter-religioso é um aspecto que requer ser ‘observado’ por aquele que é considerado o *outro* e submeter a própria Fé a diversos questionamentos.

Um diálogo inter-religioso real deve partir da assimilação, pelas partes envolvidas no processo de conversão, de traços culturais e religiosos de cada um. Se a assimilação não ocorrer, espera-se que seja produzido um descrédito, por qualquer razão, dos princípios explicativos do outro. Isto é um aspecto muito claro nessas duas gerações de jesuítas que fizeram missões no Japão e que o filme retrata.

Dado que as aproximações entre Oriente e Ocidente, e vice-versa, foram realizadas através do comércio – algo retratado parcialmente no filme – e pela expansão da Fé, o diálogo não foi muito frutífero, pois as condições exóticas de intercâmbio prevaleceram no momento em que o Ocidente tentou explicar suas formas de organização econômica, política e religiosa para o Oriente. Neste sentido, cumpre-se aquela máxima que propõe que todo o movimento de tradução implica em uma traição para com os sentidos que são traduzidos.

IHU On-Line – Quais os desafios para se pensar na aproximação entre povos ocidentais e orientais hoje?

Carlos D. Paz – O maior dos desafios para alcançar esta aproximação parte de deixar de conceber os povos ocidentais e orientais como um todo sistêmico e contrastante entre si. Se partimos da ideia postulada pela religião como uma forma de explicar as relações e causalidades que regem o mundo com o qual interagimos, e a religiosidade como uma manifestação singular e própria de um tempo onde uma determinada *performance* é interpretada, poderemos avançar na aproximação e compreensão das realidades sociais e os problemas das relações particulares entre o Oriente e Ocidente. Apenas em um postulado que reconheça, discuta e incentive a relevância das naturezas múltiplas – inclusive dentro de cada um dos conglomerados que nos referimos, e certamente com certa ingenuidade, como ocorre entre o Oriente e o Ocidente – é

provável que tenha sucesso em uma aproximação entre os povos.

Junto com isto é necessário reconhecer a pluralidade das formas de ação dos sujeitos, deixando de lado as questões essencialistas que imponham à História um valor determinante das ações dos homens – uma espécie de *Deus ex machina*; isso se apresenta hoje como a melhor e única saída. Isto pressupõe a necessidade de propor que os homens não são iguais entre si no decorrer do tempo e que é necessário levar em consideração o peso do conhecimento e da representação dos acontecimentos que foram experimentados durante o desenvolvimento de uma comunidade. Portanto, a tradição que sustenta uma comunidade deve ser concebida como uma questão maleável, que se adapta às novas condições sociais em virtude das exigências do momento e com vista para o futuro.

Enquanto a história se empenha em encontrar explicações sobre os processos sociais do passado, não devemos pensar que o sujeito que abordamos age de acordo com um sentido determinado e com plena consciência desse sentido. O que nos leva a relativizar o alcance de algumas investigações e propostas de formulação de conhecimento, que partem da denominada agência – *agency*. Durante o trânsito dessas dúvidas, metodológicas por que não dizer, que atravessam o personagem central da narrativa apresentado no filme, a modo de uma linguagem tridimensional, temos de encontrar as chaves para iniciar um novo diálogo com nossos objetos de estudo, mas com a necessidade estrita de re-pensar nossas suposições sobre nós mesmos e, logo, como elas influenciam na construção de uma ideia de alteridade.

IHU On-Line – Que associações podemos fazer entre as incursões da Companhia de Jesus no Oriente com a chegada dos jesuítas na América?

Carlos D. Paz – A expansão da Companhia de Jesus sobre o Oriente e na América é um processo que

ocorre em paralelo. Os Andes e a Amazônia, bem como a China e o Japão, são lugares onde a humanidade mostrou sua diversidade à intelectualidade jesuítica. Uma condição diversa que foi sistematizada como uma fronteira não apenas física, mas também moral e teológica. Fronteiras onde o problema religioso se constitui como o ponto nodal da ação evangélica. Nesse processo coabram significação escritos como os de Matteo Ricci¹ e José de Acosta²; não esquecendo, obviamente, na formação dessas fronteiras o parecer de Possevino³, em seu *Il Soldato Cristiano* (Roma, 1583), sobre a necessidade de incluir notícias edificantes, escritas pela própria Companhia de Jesus, que expuseram aos soldados notícias sobre as Índias Orientais ou sobre o Peru, como forma de ilustrar as terras recém-descobertas e sensibilizá-los para os desafios que estariam lá esperando.

A partir dessas obras, a Companhia de Jesus foi emergindo no que se transformou: um enorme dispositivo de poder cujo objetivo não era somente catequizar as fronteiras da Orbe, mas que também se constituiria, com o passar do tempo e o fluxo de escritos dirigidos para Roma, em um agente produtor de memória.

1 **Matteo Ricci [Mateus Ricci]** (1552-1610): Missionário que viveu já em sua época os princípios básicos do Vaticano II, especialmente a inculturação e o diálogo inter-religioso. Depois de estudar direito em Roma, entrou na Companhia de Jesus, em 1571. Durante sua formação, interessou-se também por várias matérias científicas, como matemática, cosmologia e astronomia. Em 1577, pediu para ser enviado às missões no Leste da Ásia e, em 24 de março de 1578, embarcava em Lisboa, chegando a Goa, capital das Índias Portuguesas, em 13 de setembro do mesmo ano. Alguns meses depois, foi destinado para Macao, a fim de preparar sua entrada na China. Confira a entrevista realizada pela **IHU On-Line** com Nicolas Standaert, intitulada *O "caminho chinês". A contribuição da China para o mundo*, disponível em <http://bit.ly/ihu281008>. Confira a edição especial da **IHU On-Line** intitulada *Matteo Ricci no Império do Meio. Sob o signo da amizade*, publicada em 18-10-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon347>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **José de Acosta** (1539-1600): foi um jesuíta, poeta, cosmógrafo e historiador espanhol que foi para o Peru em 1571. Desempenhou trabalhos missionários na América, regressando à Espanha em 1587. Escreveu *História Natural e Moral das Índias*, em 1590. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Antonio Possevino** [Antonius Possevinus] (1533-1611): foi um padre jesuíta, com destaque na Contrarreforma como um diplomata papal. Também foi enciclopedista e bibliotecário. É considerado o primeiro jesuíta a visitar Moscou, também foi vigário geral da Suécia, Dinamarca e ilhas do norte, Muscovy, Livônia, Rus, Hungria, Pomerânia, Saxônia entre 1578 e 1586. (Nota da **IHU On-Line**)

Esta necessidade de notícias assim como as formas de registro das mesmas podem ser consideradas como parte do momento fundacional da escrita institucionalizada da Companhia de Jesus – aquela ‘escrita para mostrar’ da qual Morales SJ⁴ se refere. A forte marca dessas obras, como *De Procuranda Indorum Salute*⁵ ou *Predicación del Evangelio en las Indias* (1577) de Acosta, estará presente de modo constante nas escrituras sobre alteridade, que nos servem de matéria-prima para nossas indagações. É por isso que temos de voltar nossa atenção diversas vezes sobre essas obras para avançar na formulação de investigações que já não examinem tanto as populações nativas em si.

A necessidade de se questionar

O eixo da investigação deve se concentrar em um princípio básico da pesquisa histórica. Voltar a questionar como foram construídas essas obras modulares – Acosta, Ricci, Possevino, Valignano⁶ etc. – e como é que as temáticas das mesmas sobrevivem na forma em que os missionários refletiram sobre a melhor maneira de promover suas ações; sobre como eles procederam com a estruturação de sua escrita a partir de um trabalho de reflexão acerca dos alcances e limitações experienciados durante o processo de evangelização e como os problemas que estão presentes nestas notáveis obras da ação evangélica condicionam as agendas de pesquisa.

O problema da *acomodatio* não é só uma questão que se faça presente no Oriente. O jesuíta na América

4 **Tomás Morales** (1908-1994): foi um padre jesuíta venezuelano. Ele foi notável por seu trabalho apostólico, deixando como principais legados o Instituto Secular de Santa Maria e o Instituto Secular das Cruzadas de Santa Maria, o movimento apostólico da jovem Milícia de Santa Maria e a associação pública de fiéis de Santa Maria. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Espanha: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1987. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Alessandro Valignano** (1539-1606): jesuíta italiano que ajudou na introdução do catolicismo, principalmente no Japão. Sobre as missões jesuítas na China e no Japão, confira a edição 347 da **IHU On-Line** de 18-10-2010, intitulada *Matteo Ricci no Império do Meio. Sob o signo da amizade*, disponível para download em <http://bit.ly/9oOler>. (Nota da **IHU On-Line**)

deve se acomodar constantemente para que a redução obtenha seus frutos. No entanto, essa questão parece ter maior representatividade na historiografia que se refere ao Oriente, ou ao menos existem poucas investigações, para o caso americano, a partir dessa perspectiva. Em contrapartida desta linha de pesquisa, e como uma excelente proposta metodológica para a análise da escrita jesuítica, contamos com a proposta de uma ‘escritura perturbada’. Guilherme Galhegos Felipe (PUCRS)⁷ está refletindo a respeito disso, indicando como é que os eventos que ocorreram nos contextos missionários geraram perturbações no desenvolvimento da redução e nas ações reflexivas do sacerdote. Aspectos que podem ser abordados através de uma análise circunstancial sobre essas escrituras de reflexão – que ocorre logo após a Expulsão – e que obstrui os fatídicos momentos do jesuíta, mas que não os tornam impossíveis de revelar. A partir da análise dessa escrita perturbada podemos então avançar na historicização de espaços e dinâmicas em que os jesuítas atuaram.

A chegada dos jesuítas a ambas as latitudes, América e Oriente, gerou um impacto notável em ambas as extremidades da Orbe, produto de momentos particulares que cada sociedade passava: o Oriente em sua unificação política, assim como a América, e o forte avanço colonial contra as populações nativas. Nesses interstícios da política é onde devemos também despendar nossa atenção para que nossas pesquisas tornem a conectar os debates sobre a política como capacidade humana, assim como as ontologias próprias do Oriente e da América que apresentaram desafios para os missionários. Isso sem deixar de lado a

7 **Guilherme Galhegos Felipe**: possui graduação em Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007) e doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2013). Tem experiência na área de História da América colonial, História Moderna, Teoria e Metodologia em História. Tem como foco de pesquisa História e Etno-história indígena. Recebeu o Prêmio Capes de Tese 2014. Atualmente, cumpre estágio de Pós-Doutorado (PNPD/Capes) na PUCRS. (Nota da **IHU On-Line**)

necessidade de pensar sobre como os muçulmanos estão sempre presentes no horizonte do pensamento jesuíta como um desafio emergente.

IHU On-Line – Qual o papel das missões e quais os impactos da Companhia de Jesus na história dos povos originários, especialmente na América Latina?

Carlos D. Paz – O maior impacto da Companhia de Jesus, a partir de seu trabalho missionário reducional e a partir da escrita acerca de suas ações, tanto no tempo de permanência na América, bem como no exílio, logo após a Expulsão, é o que, conjuntamente a Artur Barcelos (FURG)⁸ e Eduardo Neumann (UFRGS)⁹, denominamos como o ‘Sequestro da Memória’. Esta ideia é a base e o resumo de um projeto de pesquisa – ainda em fase de construção – que tem como objetivo refletir e dar conta da agenda de problemas

de reflexão da Companhia de Jesus acerca das populações ameríndias, que segue vigente com força e potencialidade que excedem, creio eu, a própria intencionalidade daquela escrita. Ou seja, ainda estamos investigando sobre os aspectos que a Companhia de Jesus considerou como nodais e, além disso, levamos adiante as investigações seguindo aqueles jesuítas que escreveram etnografias culturais de relevância considerável.

Trabalhos como os de Dobrizhoffer¹⁰, Paucke¹¹, Jolis, Sánchez Labrador¹², Cardiel, e até mesmo Lozano¹³, são quase inevitáveis em qualquer pesquisa histórica. Porém, os mesmos, e os tópicos que cada um aborda, são recorrentemente apresentados por uma ampla maioria das pesquisas realizadas e em curso. Enquanto continuamos discutindo aspectos que foram importantes para alguns missionários, a memória da Companhia – escrita no século XVIII – seguirá inalterada e em grande parte reproduzida por nós mesmos. Um aspecto que não se apresenta como errado, mas que em boa medida evita a possibilidade de desenvolvimento de novas perspectivas de pesquisa começa por considerar a Companhia de Jesus como ator histórico global de relevância, como demonstrado tanto na América quanto no Velho mundo, com seus debates sobre o Novo mundo e o caráter de seus habitantes.

Novas perspectivas de pesquisa que, sem dúvida, necessitam das escrituras jesuíticas, mas que precisam postular reflexões sobre o cotidiano da vida missionária não sustentam que a vida reducional é algo que está

refletido na escrita realizada nesses espaços ou é transmitida através da reflexão que é produzida nos espaços compartilhados pelos jesuítas já em seu Exílio.

“O jesuíta vê,
olha, contempla,
cheira os
japoneses disputando e/
ou aceitando uma Fé”

IHU On-Line – De que forma se poderia descrever a relação dos jesuítas com os povos amazônicos e com as populações ameríndias mais ao Sul, por exemplo nas reduções localizadas no Paraguai, Argentina e Brasil?

Carlos D. Paz – A relação dos missionários com as populações nativas, seja na Amazônia, assim como nas reduções localizadas no atual Paraguai, Brasil e Argentina, poderia ser descrita como uma relação harmoniosa com os nativos, embora não sem críticas ao sistema colonial, como no caso de Vieira¹⁴. Uma relação em que, embora os sacerdotes tivessem de enfrentar alguns momentos difíceis durante a entrada nos territórios ou durante o curso da vida reducional,

8 **Artur Henrique Franco Barcelos**: possui graduação em bacharelado em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000), graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005). Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Curso de Arqueologia, e do Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional PPGH-FURG. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da América, História da Região Platina e Patrimônio Histórico atuando principalmente nos seguintes temas: evangelização na América Colonial, Missões Jesuíticas, Geo-história, Cartografia Histórica, Espaço, Patrimônio, Arqueologia Histórica e Cultura Material. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Eduardo Santos Neumann**: professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGHIS/UFRGS). É mestre em História pelo PPGHIS (UFRGS), período no qual foi contemplado com uma bolsa de estudos do Instituto de Cooperação Ibero-americana/Espanha (1994) para a realização de pesquisa em arquivos. É doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social/ UFRJ (2005), tendo realizado pesquisas em arquivos da península Ibérica entre 2003/2004, com uma bolsa “sanduíche”. Entre maio e dezembro de 2015 desenvolveu estudos de pós-doutorado, com bolsa da CAPES junto a Universidade de Alcalá/Espanha. É representante da UFRGS no Comitê “Historia, regiones y fronteras” da AUGM (Asociación de Universidades del Grupo Montevideo). Entre suas publicações figuram livros, capítulos de livros, além de artigos em periódicos nacionais e internacionais. Temas de investigação: história social da escrita, história da América espanhola e história indígena. Desenvolve suas pesquisas no âmbito da história da América colonial, privilegiando a sociedade rio-platense e sua condição de fronteira. Atualmente investiga as práticas letradas no rio da Prata, especialmente o impacto da alfabetização nas reduções jesuítico-guaranis e a apropriação da escrita pelos indígenas. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Martin Dobrizhoffer** (1717-1791): jesuíta austríaco, enviado ao Paraguai em 1749, onde trabalhou com os guarani. Foi encarregado de fundar uma nova redução entre os abipones, sobre o Rio Paraguai onde hoje é a Província de Formosa. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Florian Paucke** (1719-1780): Padre jesuíta, missionário, apicultor, compositor e naturalista da Boêmia - atual República Tcheca. Chegou a Buenos Aires em 01 de janeiro de 1749, e foi enviado para a região do Chaco para evangelizar os indígenas Mocobi. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **José Sánchez Labrador** (1717-1798): naturalista, filólogo e jesuíta ordenado em Córdoba em 1739. Atuou especialmente entre os Guarani na região do rio Paraná-Paraguai e com os Mbaya do norte - com quem fundou a redução de Nossa Senhora de Belém, em 1760. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Pedro Lozano** (1697-1752): padre jesuíta, etnógrafo e historiador. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Antônio Vieira** (1608-1697): padre jesuíta, diplomata e escritor português. Desenvolveu expressiva atividade missionária entre os indígenas do Brasil procurando combater a sua escravidão pelos senhores de engenho. Em 1641 voltou a Portugal onde exerceu funções políticas como conselheiro da Corte e embaixador de D. João IV principalmente no que se referia às invasões holandesas do Brasil. Retornou ao Brasil em 1652, tendo estado no Maranhão, onde fez acusações aos senhores de engenho escravocratas na defesa da liberdade dos índios. Foi expulso do país, juntamente com outros jesuítas. Voltou ao Brasil em 1681. Entre suas obras estão: *Sermões*, composto por 16 volumes que foram escritos entre 1699 e 1748; *História do Futuro* (1718); *Cartas* (1735-1746), em três volumes; *Defesa perante o tribunal do Santo Ofício* (1957), composto por dois volumes. Confira a edição 244 da **IHU On-Line**, de 19-11-2007, **Antônio Vieira. Imperador da língua portuguesa**, disponível em <http://bit.ly/ihuon244>. (Nota da **IHU On-Line**)

o que prevaleceu foi uma tentativa de compreensão mútua e uma hábil subversão, por parte dos nativos, dos interesses missionários.

Os sacerdotes, como consequência da redução dos grupos nativos em missões, permitiram algumas práticas sociais que não estavam em flagrante contradição com os princípios doutrinários que queriam impor. Substituir algumas práticas sociais nativas por algumas aceitas pelo ideal que motivava a conversão – como por exemplo o consumo de erva-mate nas reduções de Chaco com a finalidade de estabelecer limites para as sessões de bebidas denominadas como *juntas e borracheiras* – se apresentou não como uma forma de expor o catecismo e tentar que os grupos nativos vissem no sacerdote um possível aliado de alguns setores da política nativa se não que, por outro lado, apresentou-se como uma forma lenta, gradual e progressiva de gerar algumas mudanças, tanto na organização política, bem como em ritualidades que expressavam uma sanção sobre ditas formas políticas. Talvez a mais importante delas seja o processo instaurado pelos jesuítas para promover a geração de novas posições de prestígio, que derivaram na formação de caciques em sociedades onde já havia posições de privilégio, mas não como lugares sociais diferenciados do resto da comunidade.

Uma análise de longo prazo que parta por analisar a incidência da política jesuítica no surgimento de líderes aglutinantes, que foram manipulando o papel do cacique até transformá-lo em hereditário – tal como sucedeu em algumas das reduções de Chaco, obviamente, sem contar as destinadas aos Guaraní – e ponderar até que ponto essa política teve expressão em novas formas de apropriação do território e na geração de novas formas performativas de expressão da singularidade de um determinado grupo – as quais podemos qualificar como espacialidade – apresenta-se como necessário para investigar não apenas sobre as transformações na organização nativa, mas também se as regras que or-

denam o parentesco sofreram alterações. Junto a isso, o que é necessário investigar em maior profundidade, e esta é uma das linhas de pesquisa que estou levando adiante, é como todas essas alterações impactaram no que podemos chamar, *grosso modo*, como normas jurídicas. A transformação exercida sobre o espaço, concebida a partir da presença jesuítica, seja por novas formas de residência incentivadas, assim como pela capacidade de acessar mercados coloniais com a convivência dos missionários, ao mesmo tempo que se pretendia controlar os impulsos guerreiros daquelas sociedades, é um dos principais pontos sobre os quais se construiu aquela ‘nova’ relação social que se identifica pelos cacicados no século XVIII.

Missionários e autoridades espirituais

Merece especial menção a relação estabelecida entre missionários e as autoridades espirituais nativas. É bem conhecida a discussão sobre como os sacerdotes encontraram oposição de parte dos nativos responsáveis pela administração da comunicação com o que poderíamos chamar de sensorial ou extraterrena. Os xamãs se constituíram em um setor crítico da política jesuítica de imposição de uma nova Fé, assim como suas novas práticas religiosas. Ainda mais quando os inicianos começaram a mostrar um interesse que pretendia sistematizar o conhecimento médico-botânico dos povos indígenas.

No entanto, isso não se aplica a toda a população nas reduções. Alguns sujeitos viram no jesuíta uma nova *potência* – no sentido proposto pela antropologia amazonista – capaz de influenciar nos destinos da comunidade. Este novo poder não gerou disputas internas no setor dos xamãs? Se as chefias ameríndias experimentaram alterações pela presença jesuítica, é um pouco ingênuo supor que algum processo de índole semelhante não ocorresse entre os xamãs. Obviamente que aqui, e para as suas indagações, contamos

a história com uma limitação imposta pela própria constituição do corpo documental, mas as chaves para poder avançar neste processo estão dentro dos mesmos escritos que fazem um esforço considerável para dar conta da diligência jesuítica em solo americano. Se a escrita se move pela ausência, como propõe de Certeau¹⁵, então questionemos como essa ausência foi construída.

IHU On-Line – Quais os maiores desafios para preservação da cultura e de formas de vida de povos originários hoje? E como os missionários jesuítas se atualizam acerca desses novos desafios?

Carlos D. Paz – A Companhia de Jesus foi constituída como um dispositivo de poder portador do que poderíamos denominar de uma forte potencialidade gravitacional. É muito difícil poder mergulhar além do conhecimento construído e sancionado a partir do corpo documental elaborado pelos jesuítas. Seus escritos parecem dar conta de todos os aspectos relevantes da vida social dos nativos, tanto no que diz respeito à materialidade quanto à imaterialidade e sua relação com os donos tutelares metafísicos das espécies – metafísicos a partir de nossa concepção – assim como os arquétipos de certas práticas sociais que forneciam sustento para as comunidades como tal.

No entanto, devemos colocar em nossas agendas de discussão, como primeiro ponto, a necessidade de escapar do ‘Sequestro da Memória’ que a Companhia promoveu a partir das etnografias culturais que se tor-

15 **Michel de Certeau** (1925-1986): foi um historiador, jesuíta e erudito francês que se dedicou ao estudo da psicanálise, filosofia, e ciências sociais. Intelectual jesuíta é autor de inúmeras obras fundamentais sobre a religião, a história e o misticismo dos séculos XVI e XVII. O IHU publica regularmente textos sobre Certeau. Entre eles, *Michel De Certeau, o pensador jesuíta citado pelo papa no seu discurso sobre a liberdade religiosa*, publicada nas Notícias do Dia de 28-9-2015, disponível em <http://bit.ly/2elkzm7>; *Há 30 anos, a morte do jesuíta francês Michel De Certeau, “excitateur de la pensée”*, publicado nas Notícias do Dia de 11-1-2016, disponível em <http://bit.ly/2eciMRY>; e *De Certeau, um “sujeito de inquietação verdadeira”*, publicado nas Notícias do Dia de 12-1-2016, disponível em <http://bit.ly/2e0GBjw>. (Nota da **IHU On-Line**)

naram fontes modulares. Esta ideia de Sequestro da memória, como já havia mencionado, é uma formulação que estamos desenvolvendo junto a Artur Barcelos (FURG) e Eduardo Neumann (UFRGS), tentando explicar a necessidade de desviar a nossa atenção daquilo que foi significativo para mostrar para a Companhia. Aspectos sobre os quais houve uma especial ênfase na construção de suas obras, sobretudo aquelas redigidas após a Expulsão dos jesuítas dos domínios americanos.

Nesses trabalhos é possível identificar um *index* de problemas como o caráter dos nativos, suas ideias religiosas, suas formas parentais, suas formas econômicas e comportamentos políticos, mas sempre apresentados a partir dos interesses da evangelização e em uma chave laudatória dos missionários elevados à categoria de 'ilustres' pela qualidade protoetnográfica de seus escritos. É necessário nos distanciar dessa guia preconcebida de problemas para investigar fortemente como foi realizada a evangelização e como os nativos a foram transformando desde os seus primórdios, em 1609, no Paraguai, até a expulsão dos jesuítas dos domínios espanhóis, em 1767. Esse é um desafio para a preservação da cultura dos povos nativos hoje. O olhar jesuíta é inegavelmente atracente, mas não é o único.

Nos que diz respeito aos desafios para preservar a cultura indígena, com relação aos historiadores, estimo que o maior destes desafios surge não só do aprendizado da língua de cada grupo, mas que também temos de pesquisar mais sobre as noções de corpo e pessoa dos nativos na época em que se desenvolveram as ações missionárias – e neste ponto devemos pedir o auxílio de antropólogos que, especialmente no Brasil, têm desenvolvido um trabalho louvável. Além disso, é necessário nos perguntarmos mais sobre as noções de temporalidade dos grupos indígenas e como eles dialogaram com uma ideia e prática de tempo própria do Ocidente. Paradoxalmente, a História deixou de refletir sobre o tempo. No que diz respeito aos nativos, o

maior risco para a sobrevivência de suas culturas são as políticas de Estado-nação que avançam sobre eles sem a menor hesitação.

IHU On-Line – Como as experiências de resistência e rebelião indígenas latino-americanas podem contribuir para a preservação das culturas originais?

Carlos D. Paz – Todas as formas de resistência e rebelião contra uma ordem que tenta desarticular formas de organização que se apresentam como dissonantes apresentam para o historiador, seja aquela pessoa inserida na vida acadêmica que rege as universidades ou aqueles historiadores nativos – que certamente existem e necessitam de uma maior visibilidade, reconhecimento e diálogo de nossa parte – , uma excelente oportunidade para conhecer até que ponto as reivindicações que estão presentes iluminam aspectos de um passado nativo que é considerado relevante pelos sujeitos que realizam a manifestação que retorna a visibilizá-los como sujeitos politicamente ativos – um aspecto que em muitas ocasiões parece esquecido nas construções históricas que povoam o senso comum das pessoas.

A resistência e rebelião, portanto, são instâncias em que a maquinaria da memória indígena é ativada dando passagem para a apresentação de características de sua própria história que são consideradas centrais como agentes dinamizadores que permitem alcançar o êxito do projeto político em andamento. O resgate das línguas, a execução de formas performativas como a dança com suas respectivas vestimentas e objetos destinados a cada ocasião por sua significação ou a oratória são manifestações que não só mostram a comunidade 'para fora', mas que fazem com que a mesma comunidade se ressignifique como tal. A ideia de originalidade, então, é resgatada pelas mesmas comunidades nativas como uma pretensão de futuro; um verdadeiro exercício de dinâmica política que mostra aos indígenas

ativos com plena consciência do seu *ser-nativo*. Um ser que surge não como uma tipologia ideal, mas que não se posiciona e se define a partir da ação. Processo onde a comunidade possui um lugar prioritário.

IHU On-Line – De que forma o pensamento colonialista, presente nos séculos XVI e XVIII, se atualiza hoje na política de governos latino-americanos, essencialmente na relação com povos indígenas?

Carlos D. Paz – O pensamento colonialista do século XVI, e inclusive o do século XVIII, sobrevive de uma maneira notável em boa parte das sociedades americanas e seus governos. A primeira manifestação é apresentar os índios como um ser exótico; uma pessoa que discrimina de forma positiva apresentando-o, em muitas ocasiões, como um reflexo daquele 'bom selvagem' das crônicas que, tais como as de Montesquieu¹⁶ ou Rousseau¹⁷, pretendiam construir uma argumentação em que o nativo tinha uma clara intencionalidade argumentativa, mas onde ele não detinha o lugar central da cena. Um exemplo disso é quando, certamente em vozes bem-intencionadas, apresentam-nos como guardiões imemoriais das tradições ancestrais, esquecendo claramente que as tradições, apesar de serem ancestrais, experimentam transformações e acomodações que em muitas ocasiões permitem dar conta dos processos políticos que existem nos

¹⁶ **Barão de Montesquieu** (Charles-Louis de Secondat, 1689-1755): político, filósofo e escritor francês. Ficou famoso por sua Teoria da Separação dos poderes, atualmente consagrada em muitas das modernas constituições nacionais. Sua obra mais famosa é *O espírito das leis*. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁷ **Jean Jacques Rousseau** (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. Sobre esse pensador, confira a edição 415 da **IHU On-Line**, de 22-4-2013, intitulada *Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política*, disponível em <http://bit.ly/ihuon415>. (Nota da **IHU On-Line**)

bastidores da própria religião. Essa ideia de ancestralidade que está associada a espiritualidades propiciatórias de certas formas rituais para alcançar unidade com a Terra e com o Cosmos em geral – formas próprias de difusão de ideias de indianidade vinculadas com posturas *new age* – para assim conseguir alcançar a calma espiritual, em alguns casos, está causando um sério prejuízo às comunidades nativas.

A grande afluência de turismo ‘espiritual’ a Tiwanaku¹⁸ está degradando o meio devido à enorme quantidade de poluição gerada pela participação maciça de público. O mesmo acontece em Machu Picchu, onde a degradação ambiental está começando a ser sentida. Na Puna argentina, parte deste movimento tenta resgatar certas práticas ancestrais, promovendo o consumo de incensos para o desenvolvimento de certas ritualidades, o que está provocando que algumas espécies de plantas com propriedades aromáticas, com as quais tais incensos são produzidos, comecem a apresentar uma diminuição em suas populações. Outro exemplo claro disso é a forma em que o mal-afamado, mas demasiadamente promovido, turismo ‘étnico’ está acabando com prá-

ticas como a agricultura familiar, o que gera um claro impacto no solo. Neste sentido, o que continua sem ser compreendido é a importância que a Terra possui para as populações nativas. Assim o saque continua, mas com formas rejuvenescidas que se apresentam como menos violentas, mas que estão conduzindo os povos nativos a uma encruzilhada de difícil resolução.

Papel de governo

No que concerne claramente às ações governamentais, é necessário enfatizar que a terra que os grupos nativos reclamam é o objeto central do conflito entre comunidades indígenas e os Estados-nação. Por mais que constitucionalmente se reconheça o direito à terra por parte dos nativos, os ataques sobre eles não cessam. Aqui é preciso sermos claros. Em tais ataques, a violência armada só cresce, cobrando vidas indígenas. O que é um enorme retrocesso. O direito espanhol do século XVIII concebia os grupos indígenas como nações, de segundo grau, aliás, mas com determinados direitos que os amparavam. Hoje isso já não acontece mais.

Um segundo ponto que deve ser assinalado é que nos programas de educação da maioria dos níveis – pelo menos na Argentina – as populações indígenas ocupam um lugar insignificante nos planos de educação e o escasso espaço com que contam os apresenta seguindo esquemas culturalistas onde se mantém uma certa estirpe evolucionista. A educação intercultural simplesmente não tem a menor presença.

Deve-se assinalar que uma educação intercultural verdadeira implicaria que aqueles que não são indígenas aprendessem não apenas a sua língua, mas também os seus principais filósofos, matemáticos, botânicos, médicos etc., não ministrados sob nosso sistema educacional, mas a partir de sua maneira de conceber a Humanidade. O que, por extensão, nos conduziria a re-pensar a forma, as funções e as atribuições do Estado. Um debate que excede o objetivo desta entrevista.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Carlos D. Paz – Gostaria de agradecer pelo espaço fornecido para discutir as implicações do cinema e sua relação com a chamada História Pública, tomando neste caso a significação do filme *Silêncio*. Especialmente pela necessidade, como historiadores, de fornecer chaves que permitam remediar uma crescente falta de leitura de livros de História produzidos por historiadores e um apelo cada vez maior a outras formas de narrativa e conhecimento histórico. Cada linguagem tem a sua estrutura e sentido, assim como cada forma comunicacional tem a sua intencionalidade. Se, como historiadores, podemos expor algumas chaves para o debate e despertar o interesse pela história na comunidade em geral, tentando esclarecer os processos históricos sem canonizar versões do passado, temos avançado de forma significativa sobre a deterioração da educação pública, bem como sobre a perda do gosto e da paixão pela leitura.■

¹⁸ **Tiwanaku:** é um importante sítio arqueológico pré-colombiano situado próximo à margem sudeste do lago Titicaca, no município de Tiwanaku, na província de Ingavi, no departamento de La Paz, na Bolívia, cerca de 72 quilômetros a oeste de La Paz. Estudiosos das culturas andinas classificam esta civilização como os mais importantes precursores do império Inca, florescendo como a capital administrativa e ritualística de um grande poder regional por mais de cinco séculos. O primeiro europeu a registrar a existência do sítio foi o conquistador espanhol Pedro Cieza de León. León deparou-se com os restos de Tiwanaku em 1549 enquanto buscava Collasuyo. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

- O Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou um Medium, **O avassalador Silêncio de Scorsese**, reunindo diversos textos que publicou em seu sítio acerca do filme O Silêncio. Acesse em <http://bit.ly/2glSPjK>.

- **A paixão de Scorsese**. Artigo de Fernando Del Corona, publicado na revista IHU On-Line número 501, de 27-3-2017, disponível em <http://bit.ly/2wV3Raz>.

Os sírios romperam o muro do medo e não voltarão atrás

Riccardo Cristiano recorda o desaparecimento de Paolo Dall'Oglio e reflete sobre as diferenças entre ocidente e oriente

João Vitor Santos; Patricia Fachin | Tradução: Moisés Sbardelotto

“**A** presença de Paolo na Síria, na minha opinião, foi percebida como um desafio para aqueles que consideravam que podiam fazer dela um autodenominado Estado confessional ou familiar. Era um desafio que, evidentemente, deve ter parecido intolerável, também por causa do enorme consenso que a sua mensagem de unidade e democracia madura, respeitosa das diferenças étnicas e religiosas, e de superação do ‘estado napoleônico’ repercutia em todos os ambientes”, diz o presidente da Associação de Jornalistas Amigos do Padre Paolo Dall'Oglio, Riccardo Cristiano, à **IHU On-Line**, na entrevista a seguir, concedida por e-mail.

Na avaliação de Cristiano, Dall'Oglio, que está desaparecido há quatro anos, desde que retornou à Síria, “estava convencido de que podia haver um futuro pluralista na Síria, porque o Islã sírio tem uma peculiaridade própria, é o Islã do Levante, aquele que soube encontrar nada menos do que duas vezes o caminho da democracia consensual no Líbano”. Entretanto, adverte, “se deixarmos que toda a liderança iluminada sunita seja assassinada impunemente, não é difícil imaginar com quem nos encontraremos dialogando. Além disso, constatado o fracasso dos métodos usuais de “tortura preventiva” para reprimir a demanda de liberdade, cumpre-se a opção-Pinochet, internando um país, e, fracassada também esta, escolhe-se a opção-Sansão, destruindo cidades inteiras sobre a cabeça dos seus habitantes. Os fatores que impediram a liberdade e a democracia e deram impulso a esse terrorismo obscuro parecem evidentes”.

Na entrevista a seguir, o jornalista também comenta brevemente os conflitos

que ocorrem na Síria hoje e afirma que “o principal problema é que os sírios romperam o muro do medo e não voltarão atrás. Assim, decidiu-se deportá-los do seu país. Nesse evento sem precedentes na história das relações entre um povo e o seu governo, a inação da comunidade internacional permitiu o ingresso de outros problemas gigantes: terrorismo, jihadismo, imperialismos regionais opostos”.

Riccardo Cristiano é jornalista e escritor italiano. É autor de *Síria. L'Ultimo genocídio* (Castelvecchi, 2017).

Quem é Paolo Dall'Oglio?

Jesuíta italiano, Dall'Oglio é conhecido por ter restabelecido na Síria, na década de 1980, a comunidade monástica católica-síriaca de Mar Musa (mosteiro de Saint Moses the Abyssinus), herdeira de uma tradição cenóbica e hermitica que remonta ao século VI. O mosteiro, localizado no deserto ao norte de Damasco, também acolhe membros da religião ortodoxa.

Paolo Dall'Oglio está fortemente envolvido no diálogo inter-religioso com o mundo islâmico. Foi ameaçado de expulsão por seu ativismo durante os protestos populares em 2011. O decreto de deportação não foi inicialmente implementado, pois houve um acordo com as autoridades sírias no qual o jesuíta teve que manter um “perfil discreto”. Ele foi obrigado a abster-se de se expressar publicamente sobre a situação política do país. Em 12 de junho de 2012 foi expulso da Síria, quando se mudou para Sulaymanya, Kurdistão.

Em 2013, Dall'Oglio retornou ao norte Sírio controlado por rebeldes, onde estava envolvido em negociações difí-

ceis para a libertação de um grupo de reféns em Raqqa. Como ele estava na capital síria da Raqqa, tentou conciliar as relações entre os grupos curdos e os jihadistas árabes, com vistas à libertação de um grupo de reféns na parte oriental do país, suas faixas foram perdidas. Em 29 de julho de 2013, ele foi sequestrado por um grupo de extre-

mistas islâmicos perto de Al Qaeda.

Em 12 de agosto de 2013, um site árabe espalhou a notícia de seu assassinato, que a ministra do Exterior da Itália, Emma Bonino, não confirmou. Desde então, não se tem mais notícias do religioso.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são as questões-chave do livro *Paolo Dall'Oglio, la profezia messa a tacere?*

Riccardo Cristiano – O livro¹ procura reconstruir a sua história humana, espiritual e cultural. O seu amor pela Síria e o amor dos sírios por ele, o seu grandíssimo papel no e pelo diálogo, na revolução não violenta e democrática que ele viu nascer e buscou acompanhar até pôr em jogo, conscientemente, a sua própria vida. Há testemunhos jornalísticos e reconstruções de grandes intelectuais, não apenas italianos, não apenas cristãos e muçulmanos, de grandes estudiosos, para entender o que ele ofereceu. E, entre essas duas partes, uma seleção das suas contribuições para a revista jesuíta Popoli², com a qual ele colaborou durante anos.

IHU On-Line – Qual era o contexto político da Síria na década de 1980, quando Dall'Oglio chegou ao país? Que relações é possível estabelecer entre aquele e o atual momento político do país? Ainda nesse sentido, pode nos contar sobre a trajetória e a missão de Dall'Oglio na Síria ao longo desses anos?

Riccardo Cristiano – Era um momento dramático. O massacre de Hama tinha acontecido recentemente quando Paolo descobriu o mosteiro de Mar Musa. O melhor símbolo

para entender a relação entre essas duas datas, a de chegada e a de partida, a data da sua expulsão, é a destruição feroz, total, indiscriminada e absoluta. Antes, de uma cidade, depois, de um país.

IHU On-Line – Quais você diria que são hoje os principais problemas e conflitos da Síria?

Riccardo Cristiano – O principal problema é que os sírios romperam o muro do medo e não voltarão atrás. Assim, decidiu-se deportá-los do seu país. Nesse evento sem precedentes na história das relações entre um povo e o seu governo, a inação da comunidade internacional permitiu o ingresso de outros problemas gigantescos: terrorismo, jihadismo, imperialismos regionais opostos.

IHU On-Line – O que é e como funciona a comunidade inter-religiosa de Deir Mar Musa al-Habashi, na Síria, fundada por Dall'Oglio? E qual foi seu objetivo com o mosteiro de São Moisés, o Abissínio, no deserto ao norte de Damasco?

Riccardo Cristiano – É uma flor no gramado do diálogo. Uma comunidade de monges e monjas, não apenas católicos, que vivem em diálogo e no diálogo cotidiano, humano, factual, espiritual, vital com os muçulmanos. O nosso futuro é juntos, ou não temos futuro, dizia Paolo. E ele começou a construir também uma hermenêutica dos textos sagrados baseada nos excluídos,

como eleitos de amanhã. Uma peça fundamental da teologia dos pobres do papa Francisco.

IHU On-Line – Qual era a relação ou a posição de Dall'Oglio sobre o regime de Assad, na Síria, e como era sua relação com os grupos islamitas? Pode nos contar como se deu a aproximação dele com o regime?

Riccardo Cristiano – É ele mesmo quem conta, dizendo que era evidente a intenção de usar os vistos para estabelecer uma relação de “aliança” com as hierarquias eclesiais. Mas Paolo foi oferecer um serviço, ouviu o seu chamado naquela fronteira e esperou o seu rebanho.

IHU On-Line – Pode nos contar como foi o episódio em que Dall'Oglio foi expulso da Síria e como se deu seu retorno ao país em 2013?

Riccardo Cristiano – Ele tinha aceitado o pedido de silêncio imposto pelo regime sírio. Mas, quando o plano de Kofi Annan reconheceu o direito à livre expressão crítica, ele tomou para si aquele direito reconhecido. Mas o governo de Damasco acreditava que, ao fazer isso, Paolo tinha violado o compromisso ao silêncio. Não renovou a sua autorização de residência e pediu ao seu bispo que o convencesse a deixar o país.

IHU On-Line – Alguns ativistas dizem que Dall'Oglio havia agendado um encontro com Abu Bakr Al Baghdadi, chefe

¹ CRISTIANO, Riccardo. *Paolo Dall'Oglio, la profezia messa a tacere*. (Milão: San Paolo Edizioni, 2017). (Nota da **IHU On-Line**)

² Popoli é a revista internacional dos jesuítas italianos. Fundada em 1915, hoje é publicada em Milão. (Nota da **IHU On-Line**)

do “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”, para discutir a libertação de sequestrados e a sempre mais difícil convivência entre grupos e confissões na região. Que informações você tem sobre esse encontro? Ele de fato aconteceu?

Riccardo Cristiano – O que Paolo pedira ou pretendia fazer, eu não sei, e acho que nenhuma das reconstruções que circulam tampouco saibam. Também não tenho certeza de que ele foi capturado enquanto estava sozinho diante do tétrico palácio do ISIS. Outros estiveram lá sozinhos, até mesmo protestando, e voltaram para casa.

IHU On-Line – Em que contexto político se deu o sequestro de Dall'Oglio na Síria? Como você compreende o sequestro dele? Que notícias e informações tem sobre o sequestro?

Riccardo Cristiano – A presença de Paolo na Síria, na minha opinião, foi percebida como um desafio para aqueles que consideravam que podiam fazer dela um autodenominado Estado confessional ou familiar. Era um desafio que, evidentemente, deve ter parecido intolerável, também por causa do enorme consenso que a sua mensagem de unidade e democracia madura, respeitosa das diferenças étnicas e religiosas, e de superação do “estado napoleônico” repercutia em todos os ambientes.

IHU On-Line – Há muitos casos de desaparecimento como o de Dall'Oglio? Pode nos falar um pouco sobre alguns desses casos?

Riccardo Cristiano – Há o caso muito conhecido e doloroso dos dois bispos ortodoxos, por exemplo, também eles sequestrados, nos arredores de Aleppo, em circunstâncias obscuras, com uma sucessão de rumores que duram há anos e que indicam como iminente, por meio de fontes autorizadas, a libertação mediante o pagamento do resgate, que nunca chega. Somos levados a pensar em despistagens.

IHU On-Line – Muitos dizem que Dall'Oglio acreditava na possibilidade de construir uma Síria livre, democrática, pluriconfessional. Que informações e memórias você tem sobre os relatos dele acerca desse objetivo? Segundo ele, quais eram os fatores que impediam a liberdade e a democracia na Síria?

Riccardo Cristiano – É claro, ele estava convencido de que podia haver um futuro pluralista na Síria, porque o Islã sírio tem uma peculiaridade própria, é o Islã do Levante, aquele que soube encontrar nada menos do que duas vezes o caminho da democracia consensual no Líbano. Mas, se deixarmos que toda a liderança iluminada sunita seja assassinada impunemente, não é difícil imaginar com quem nos encontraremos dialogando. Além disso, constatado o fracasso dos métodos usuais de “tortura preventiva” para reprimir a demanda de liberdade, cumpre-se a opção-Pinochet, internando um país, e, fracassada também esta, escolhe-se a opção-Sansão, destruindo cidades inteiras sobre a cabeça dos seus habitantes. Os fatores que impediram a liberdade e a democracia e deram impulso a esse terrorismo obscuro parecem evidentes.

IHU On-Line – Quais são os órgãos que atualmente estão investigando o sequestro dele e que informações eles fornecem sobre o caso? Que informações vocês obtiveram sobre ele ao longo desses quatro anos, desde o sequestro do padre Dall'Oglio?

Riccardo Cristiano – Nenhuma.

IHU On-Line – Qual é a repercussão do sequestro dele na Itália, especialmente no Vaticano? Ainda nesse sentido, como o governo italiano e o Vaticano têm atuado para obter informações sobre Dall'Oglio? Que notícias se têm na Itália sobre o desaparecimento de padre Paolo desde 29 de julho de 2013?

Riccardo Cristiano – Nós não nos ocupamos com investigações e não acreditamos que seja oportuno fazê-lo. Observamos as reações sociais, muitas das quais consideramos inquietantes. A mensagem de Paolo é menos conhecida do que a da rede Voltaire, que vê complôs estadunidenses ou sionistas por toda a parte, chegando a desejar que Idlib acabe logo com Aleppo. Mas as palavras do papa Francisco e do presidente [italiano] Mattarella³ chamaram a atenção para o testemunho de Paolo, que ofereceu a vida, não as especulações escritas na própria casa [na Itália], para salvar a paz, a dignidade e a categoria de “bem comum”.

IHU On-Line – Como, na sua avaliação, a comunidade internacional, especialmente a europeia, tem lidado ou respondido aos conflitos existentes na Síria? Que questões de fundo, políticas e de relações internacionais, estão em jogo no tratamento desse caso?

Riccardo Cristiano – Está em jogo o futuro do Mediterrâneo, do viver juntos, do cosmopolitismo. Estamos no retorno de formas de paz distantes, aquelas que impunham o “*cuius regio eius religio*”⁴. O corredor buscado por Teerã para trazer de volta os persas até o Mediterrâneo tem gosto de vingança histórica contra Alexandre Magno⁵.

IHU On-Line – Como vem sen-

³ **Sergio Mattarella** (1941): é um jurista e político italiano, eleito em 31 de janeiro de 2015 para o cargo de presidente da República Italiana. Foi membro da Câmara dos Deputados entre 1983 e 2008 e teve vários mandatos de ministro. De 2011 e 2015 foi juiz Corte Constitucional. Mattarella é o primeiro siciliano a chegar à presidência do país, com atuação de combate à máfia. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ Frase latina que significa literalmente “De quem [é] a região, dele [se siga] a religião”, ou seja, os súditos seguem a religião do governante. Trata-se de um princípio tão antigo como o Cristianismo de Estado, estabelecido na Armênia e no Império Romano pelo imperador Constantino. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Alexandre III da Macedônia** ou **Alexandre o Grande** ou **Magno** (356 a.C.-323 a.C.): foi um príncipe e rei da Macedônia, e um dos três filhos do rei Filipe II e de Olímpia do Epiro – uma fiel mística e ardente do deus grego Dioniso. Alexandre foi o mais célebre conquistador do mundo antigo. Em sua juventude, teve como preceptor o filósofo Aristóteles. Tornou-se o rei aos vinte anos, na sequência do assassinato do seu pai. (Nota da **IHU On-Line**)

do a atuação de religiosos na Síria depois do desaparecimento de Dall'Oglio? Como seu desaparecimento impactou ou vem impactando na missão de religiosos no país?

Riccardo Cristiano – Sobre isso, seria preciso perguntar a eles. Certamente, a estima pelo núncio apostólico na Síria, o cardeal Zenari⁶, é enorme. E a sua nomeação ao Colégio Cardinalício é um sinal importantíssimo, decisivo, para todo o cristianismo oriental.

IHU On-Line – Como a perspectiva da religião, especialmente a promoção do diálogo inter-religioso, pode contribuir para dirimir os conflitos no país? E quais os seus limites?

Riccardo Cristiano – Por que os cristãos estão na mira dos terroristas, de grupos jihadistas e, às vezes, de aparatos? Porque são a carne macia do vasto corpo moderado, iluminado do Levante. O trabalho a ser

feito é imenso. Não acho que haja outro mais importante. O recente congresso de al-Ahzar sobre a cidadania, que falou oficialmente de “ummah geográfica”, isto é, de comunidades de habitantes de um espaço que se autodeterminam com base em uma constituição compartilhada, é um marco que deveria ser aprendido de cor, e não apagado do debate público.

IHU On-Line – Que relações estabelece entre o terrorismo e o islamismo jihadista? Diria que a chamada “guerra ao terrorismo” criminaliza a cultura islâmica e que há uma perspectiva ocidentalizada na realidade dos conflitos da Síria de hoje? Sim ou não e por quê?

Riccardo Cristiano – Francamente, hoje, eu vejo a hipótese de uma Santa Aliança contra a Guerra Santa. É uma perspectiva que abrange alvos políticos e pretensas hegemonias. A nossa associação não tem uma posição definida sobre isso, mas eu considero que a geopolítica da misericórdia do papa Bergoglio, que rejeita dar patentes a priori de bondade e de maldade,

é para todos nós muito previsível. Antigamente, alguns diziam “socialismo ou barbárie”, já que o Estado sírio foi autoritariamente definido, décadas atrás, de “Estado bárbaro”. Eu acho oportuno falar de “direitos humanos ou barbárie”. E todos sabemos de que lado Assad⁷, ISIS⁸ e os pasdaran estão. ■

⁷ **Bashar Hafez al-Assad** (1965): é um político sírio e o atual presidente de seu país e Secretário Geral do Partido Baath desde 17 de julho de 2000. Sucedeu a seu pai, Hafez al-Assad, que governou por 30 anos até sua morte. Inicialmente visto pela comunidade nacional e internacional como um potencial reformador, essas expectativas cessaram quando ele ordenou uma repressão em massa e cercos militares contra manifestantes pró-rebel-des em meio a uma guerra civil recente, descrito por alguns comentaristas como relacionados ao amplo movimento da “Primavera Árabe”. A grande parte da oposição doméstica sunita do país, os Estados Unidos, Canadá, a União Europeia e os Estados membros da Liga Árabe, que posteriormente pediram a renúncia de al-Assad da presidência. Ele pertence à seita minoritária alaúita e seu governo tem sido descrito como secular. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL)** ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS): é uma organização jihadista islamita de orientação Wahhabita que opera majoritariamente no Oriente Médio. Também é conhecido pelos acrônimos na língua inglesa ISIS ou ISIL. Em 29 de junho de 2014, o grupo passou a se autointitular simplesmente “Estado Islâmico”. Um califado foi proclamado, com Abu Bakr al-Baghdadi como seu califa, ainda que sem o reconhecimento pela comunidade internacional. O EIIL afirma autoridade religiosa sobre todos os muçulmanos do mundo e aspira tomar o controle de muitas outras regiões de maioria islâmica, a começar pelo território da região do Levante, que inclui Jordânia, Israel, Palestina, Líbano, Chipre e Hatay, uma área no sul da Turquia. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Mario Zenari** (1946): é um arcebispo católico, atual núncio apostólico na Síria. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

- **Síria, a esperança “combativa” de Paolo Dall'Oglio.** Artigo de Federico Lombardi, publicado nas Notícias do Dia de 2-6-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2w8odtN>

- **Paolo Dall'Oglio, 'símbolo do diálogo entre as religiões'.** A declaração de Sergio Mattarella, presidente da Itália, reproduzida nas Notícias do Dia de 31-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2iuOFdF>.

- **Paolo Dall'Oglio: o monge cristão enamorado do Islã.** Artigo de Faustino Teixeira, professor e pesquisador do PPCIR-UFJF, publicado nas Notícias do Dia de 31-7-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2wK5Xt3>.

- **“Sonhem a Síria livre”: as últimas palavras do padre Paolo Dall'Oglio.** Reportagem publicada por La Repubblica e reproduzida nas Notícias do Dia de 28-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2w1JQgF>.

- **Após quatro anos a mensagem do Padre Paolo Dall'Oglio é mais forte do que nunca.** Reportagem publicada por Huffington Post e reproduzida nas Notícias do Dia de 28-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2vaqAz6>.

- **Dall'Oglio: a comunidade de Mar Musa ainda espera.** Reportagem publicada por La Repubblica e reproduzida nas Notícias do Dia de 28-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2wrH4mb>.

Mulheres na ciência: há equidade de sexo?

Maria Augusta Maturana

“**A** pesar de alguns progressos alcançados, em pleno século XXI eloquentes indicadores demonstram que a ciência permanece institucionalmente sexista”, escreve Maria Augusta Maturana. A médica e pesquisadora ainda destaca que “embora um número crescente de mulheres estejam se matriculando nas universidades e em cursos de pós-graduação, poucas permanecem nas carreiras científicas”. E conclui: “O acesso à educação não é em si a resolução das inequidades de sexo na ciência. São necessárias políticas que entendam e trabalhem este fenômeno e mecanismos propulsores de equidade de sexo em todas as instâncias da esfera acadêmica e científica”.

Maria Augusta Maturana é médica, professora da Escola de Saúde da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, pesquisadora e docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde: Cardiologia, Fundação Universitária de Cardiologia, Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul.

Eis o artigo.

Historicamente a ciência tem sido vista como uma atividade realizada por homens e, durante séculos, poucas mulheres tiveram papéis descritos na atividade científica. A mudança nesse quadro iniciou-se somente após a segunda metade do século XX, quando necessidades estratégicas e movimentos feministas de luta por igualdade de direitos permitiram às mulheres um aumento na escolaridade e o acesso à carreira científica, considerada até então como exclusivamente masculina. Entretanto, apesar de alguns progressos alcançados, em pleno século XXI – o vigésimo primeiro século da Era Cristã – eloquentes indicadores demonstram que a ciência permanece institucionalmente sexista.

A tendência mais marcante da educação nas últimas duas ou três décadas tem sido o rápido aumento do nível de escolaridade do sexo feminino. Atualmente, na maioria dos países de renda alta e em muitos países de baixa renda, mais mulheres do que homens concluem a educação terciária. De forma semelhante acontece no Brasil, onde dados demonstram ascendentes proporções na escolarização entre as mulheres, com superioridade na proporção feminina no ensino superior, e também nos cursos de pós-graduação.

Da mesma forma, a proporção de mulheres que publicam artigos científicos – a principal métrica de avaliação na carreira acadêmica – cresceu 11% no Brasil nos últimos 20 anos. Atualmente, as mulheres são responsáveis por quase a metade das publicações brasileiras – 49%, demonstram os resultados do relatório *Gender in Global Research Landscape* publicado pela Fundação Elsevier. Este estudo fez um levantamento da publicação acadêmica realizada em 11 países e na União Europeia em dois períodos: de 1996 a 2000 e de 2011 a 2015. Dados deste es-

“Apesar de alguns progressos alcançados, em pleno século XXI eloquentes indicadores demonstram que a ciência permanece institucionalmente sexista”

tudo demonstraram, ainda, uma substancial variabilidade na proporção de mulheres cientistas, por países e especialmente por áreas, onde a proporção de sexo feminino foi melhor representada nas Ciências da Vida e da Saúde. Nas áreas conhecidas pela sigla em inglês STEM (*Science, Technology, Engineering, Mathematics and Computer Science*), a maior desigualdade de sexo em relação às carreiras e produção científica foi observada. De acordo com este estudo, publicações de áreas como ciências de computação e matemática têm mais do que 75% de homens na autoria dos trabalhos na maior parte dos países pesquisados.

Tomados juntos, os dados demonstram o importante aumento na escolarização entre o sexo feminino e a crescente proporção de produção científica realizada por pesquisadoras. O fato intrigante, no entanto, é o de que embora um número crescente de mulheres estejam se matriculando nas universidades e em cursos de pós-graduação, poucas permanecem nas carreiras científicas. Dados do relatório do Instituto de Estatística da Unesco, “Statistics on Women in Science”, demonstram que ainda hoje não mais que uma parcela de 30% dos pesquisadores do mundo são mulheres.

Mulheres demonstram maior propensão a abandonar a carreira científica do que homens com qualificações semelhantes. Como que por “passe de mágica”, as pesquisadoras vão sumindo ao longo da carreira científica. A esse fenômeno de evasão, estudiosos de gênero têm denominado “teto de vidro”, ou seja, um bloqueio invisível o qual as mulheres não conseguem quebrar para alcançar o topo. No Brasil, ao considerarmos os dados referentes às bolsas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, destinadas aos pesquisadores que possuem doutorado, uma minoria de mulheres conquistam bolsa de produtividade 1A, a de maior prestígio científico no Brasil e considerada um marcador de excelência científica.

Neste contexto, chamam ainda a atenção os dados do artigo publicado por Guedes e colaboradores em 2015, que endossam a maior proporção de bolsistas de produtividade científica do sexo masculino em muitas áreas de conhecimento científico. Na publicação, os autores enfatizam, ainda, o conhecido como “fenômeno de jovialização da ciência”, onde cientistas alcançam a excelência científica cada vez mais jovens, mas que favorece especialmente o sexo masculino. Ou seja, uma minoria feminina alcança a excelência acadêmica, e as que alcançam necessitam de um espaço de tempo maior para fazê-lo.

Processos de socialização que atribuem papéis distintos de acordo com o sexo, e resultam em uma maior responsabilização doméstica às mulheres, podem explicar em parte as desigualdades de sexo observadas na ciência. Também o papel familiar, onde cumprir o exigente cronograma da pesquisa acadêmica pode parecer assustador tanto para as mães como para os pais. Mas escolhas familiares parecem pesar mais fortemente sobre os objetivos de carreira das mulheres.

No entanto, outros fatores parecem de peso. Muitos especialistas dizem que um grande fator a produzir esta tendência para o abandono feminino da carreira científica seja a falta de modelos do sexo feminino em divisões superiores da academia para que pesquisadoras mais jovens possam se espelhar e se sentir como “parte do sistema”. Da mesma forma, as posições desiguais de poder e mando onde cargos científicos e de liderança, como reitores, chefes de departamento e coordenadores de linhas de pesquisa, são ainda, em sua maioria, exercidos por homens podem também ser impulsores desta desigualdade. Ainda, não podemos deixar de considerar que a discriminação de gênero possa ser, sim, uma significativa parte do problema.

O acesso à educação não é em si a resolução das inequidades de sexo na ciência. A escolarização é apenas uma parte do que deveria ser uma abordagem de formulação de políticas multidimensionais. Não existe uma solução simples. São necessárias políticas que entendam e trabalhem este fenômeno e mecanismos propulsores de equidade de sexo em todas as instâncias da esfera acadêmica e científica. Não podemos ver isso como algo dado e natural.■

Referências

- Elsevier Foundation. *Gender in Global Research Landscape*. Disponível em <http://bit.ly/2wSQvvg>.
- Gary S. Becker, William H. J. Hubbard, and Kevin M. Murphy. *Journal of Human Capital* 2010 4:3, 203-241.
- Grossi MGR, Borja SDBB, Lopes AM, Andalécio AML. *As mulheres praticando ciência no Brasil*. Rev Estud Fem 2016. Available, disponível em <http://bit.ly/2iIlNOk>.
- Guarino CM & Borden V MH. *Faculty Service Loads and Gender: Are Women Taking Care of the Academic Family?* High Educ 2017. Disponível em <http://bit.ly/2x5nb4h>.
- Guedes MCG, Azevedo N, Ferreira LO. A. *A produtividade científica tem sexo?* Cad Pagu 2015. Available. Disponível em <http://bit.ly/2ggez1K>.
- Hango DW. *Gender differences in science, technology, engineering, mathematics and computer science (STEM) programs at university*. Ottawa: Statistics Canada, 2013.
- Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2011. *Censo da Educação Superior 2010. 2011*. Disponível em <http://bit.ly/2wljSQQ>.
- Lerbacl J & Hanson B. Journals invite too few women to referee. *Nature*. Available. Disponível em <http://go.nature.com/2xMxQxS>.
- Leta J. *As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso*. Estudos Avançados 2003. Disponível em <http://bit.ly/2vEyug3>.
- Just 30% of the world's researchers are women. What's the situation in your country? Unesco, disponível em <http://bit.ly/2vs9q00>.

Leia mais

- **Hannah Arendt e Simone Weil - Duas mulheres que marcaram a Filosofia e a Política do século XX**. Cadernos IHU em Formação, número 17, disponível em <http://bit.ly/2sGPZhP>.
- **Mulheres em movimento na contemporaneidade**. Cadernos IHU em Formação, número 37, disponível em <http://bit.ly/2sjfS4u>.
- **Políticas públicas para as mulheres: uma conquista brasileira em debate**. Revista IHU On-Line número 387, de 26-3-2012, disponível em <http://bit.ly/2tvaFWM>.

Ciclo de Estudos

21 de agosto a
16 de novembro de 2017

A contemporaneidade em debate.
Intérpretes e obras

ihu.unisinos.br



VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL IHU
XX COLÓQUIO FILOSOFIA UNISINOS

METAFÍSICA E FILOSOFIA PRÁTICA

A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE FRANCISCO SUÁREZ, 400 ANOS DEPOIS



**25 a 28
de Setembro de 2017**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros
Unisinós | Campus São Leopoldo

Conferencistas confirmados

Prof. Dr. Ludger Honnefelder
Universität Bonn – Alemanha

Prof. Dr. Olivier Boulnois
École Pratique des Hautes Études – França

Prof. Dr. Constantino Esposito
Università degli Studi di Bari Aldo Moro – Itália

Prof. Dr. Santiago Sánchez Orrego
Pontificia Universidad Católica de Chile – Chile

Prof. Dr. Daniel Schwartz
Hebrew University of Jerusalem – Israel

Prof. Dr. Pedro Calafate
Universidade de Lisboa – Portugal

Prof. Dr. Victor Salas
Sacred Heart Major Seminary – EUA

Profa. Dra. Annabel Brett
Cambridge University – Inglaterra

Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich
Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein
Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Alfredo Culleton
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinós

Prof. Dr. João Vila-Chã
Pontificia Università Gregoriana – Itália

Informações e inscrições em
ihu.unisinós.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINÓS

UNISINÓS
Somos infinitas possibilidades

Crise do Rio Grande também é fruto do desprezo dos governantes pela cultura letrada

Luís Augusto Fischer parte do colapso financeiro, mas vai além e aponta várias dificuldades pelas quais o estado atravessa

Vitor Necchi

Muito se comenta sobre a grave crise econômica que há décadas assola o Rio Grande do Sul e que atingiu seu ápice na atualidade. O professor de literatura Luís Augusto Fischer, atento observador do que se passa em terras gaúchas, parte do colapso financeiro, mas vai além e aponta várias crises pelas quais o estado atravessa. “Tem a crise brasileira, que é nossa também, na economia e na política. Tem a crise social, com violência para todo lado. [...] Tem a crise mais sutil do fim das ilusões sobre o Mercosul e o papel estratégico que o estado teria nele. Tem uma crise de autoestima”, apresenta.

Ao aprofundar sua leitura, dispara contra o governo: “Tem uma outra crise de autoestima relativa ao governo do estado, que é muito ruim, sem capacidade de expor com clareza as variáveis da crise de financiamento da máquina pública e, ao que parece, sem vontade política de enfrentar essa crise de modo democrático e esclarecido”. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Fischer se espanta: “É crise que não acaba mais”.

A mistura histórica dos elementos que constituíram a formação do Rio Grande do Sul – “fronteiras, afastamento e alijamento do centro de decisões, consciência aguda de ser algo distinto dos vizinhos, estância senhorial, a figura do gaúcho como um sujeito altivo e independente, num país escravagista – deu

uma amálgama muito potente, capaz de engendrar literatura, música, toda uma simbolização enfim, que está na base da nossa disciplina e, antes dela, na realidade empírica”, afirma Fischer.

O professor, ao pensar sobre o governador do estado e o prefeito de Porto Alegre, manifesta que a desesperança se mantém e faz uma provocação: “Convido o leitor a pensar no Sartori e no Marchezan e imaginar qualquer deles abrindo um livro culto, de qualquer matéria ou especialidade, que não seja um manual de qualquer coisa. Impossível”.

Luís Augusto Fischer é doutor, mestre e graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, onde leciona. É autor de vários livros, entre eles *Dicionário de porto-alegrês* (Porto Alegre: L&PM Editores), *Literatura gaúcha – História, formação e atualidade* (Porto Alegre: Leitura XXI) e *Inteligência com dor – Nelson Rodrigues ensaísta* (Porto Alegre: Arquipélago Editorial). Fez a edição anotada de *Contos gauchescos e Lendas do Sul* (Porto Alegre: L&PM Editores), de Simões Lopes Neto, e de *Antônio Chimango* (Caxias do Sul: Editora Belas Letras), de Amaro Juvenal.

A entrevista foi publicada em Notícias do Dia, 26-8-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2vZcFXV>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Muito se fala em crise no Rio Grande do Sul, para além da questão econômica. Na sua leitura, quais crises o

estado vive e por quê?

Luís Augusto Fischer – Tem a crise brasileira, que é nossa também, na economia e na política. Tem a

crise social, com violência para todo lado, assassinatos e brigas entre gangues que controlam o mundo das drogas e do sistema prisional, coisas

“Fico realmente pasmo de não termos conseguido fazer publicações e veículos (até mesmo digitais) com eco, até agora.”

que até pouco tempo pareciam não existir aqui. Tem a crise mais sutil do fim das ilusões sobre o Mercosul¹ e o papel estratégico que o estado sulino teria nele, sonho que vem dos anos 1990. Tem uma crise de autoestima, que para os sulinos sempre é uma dimensão importante em nossa ciclotimia, de muitos de nós nos considerarmos ou muito melhores ou muito piores do que o conjunto do Brasil (ou ao menos do que o centro político e econômico do país). Tem uma outra crise de autoestima relativa ao governo do estado, que é muito ruim, sem capacidade de expor com clareza as variáveis da crise de financiamento da máquina pública e, ao que parece, sem vontade política de enfrentar essa crise de modo democrático e esclarecido, uma vez que prefere ações sem conversa, sem mediação com a opinião pública, atropeladamente. Putz, é crise que não acaba mais.

IHU On-Line – Na canção *Deu pra ti*, Kleiton e Kledir dizem que, quando estavam de baixo astral, iam para Porto Alegre e era como se tudo se resolvesse. Nos últimos anos, adiantaria ir para a capital? O baixo astral não

está generalizado no estado?

Luís Augusto Fischer – Não sei dizer por experiência própria, mas talvez seja assim: as cidades do Rio Grande do Sul, em geral, parecem viver na mesma batida da capital, ao menos no sentido de se verem privadas de esperança para o futuro e de segurança no presente, por exemplo. Mas a letra dessa canção falava de voltar a Porto Alegre desde o Rio de Janeiro, creio: era uma forma de dizer que a velha e boa província mantinha condições de aconchegar os que haviam partido. Nem isso me parece que seja verdade, ao menos naquela visão anterior, de que o Rio Grande do Sul se destacava por índices menores de violência cotidiana, mercê de um padrão de educação supostamente superior, ou mais enraizado etc. De fato, nosso estado desenvolveu, em muitas de suas regiões, especialmente onde houve colonização germânica e italiana (e polaca), um padrão de vida social muito orgânico, em que se via solidariedade social nas pessoas e nas instituições, isso tudo muitas vezes mediado pelas instituições religiosas (cristãs em especial). Não quero dizer que noutras regiões do estado não houvesse solidariedade, mas sim que nessas regiões havia uma extensa e intensa rede nesse sentido. Fico com o exemplo das caixas de socorro e assistência mútua, que tanto fizeram pelo desenvolvimento social no Vale do Sinos e arredores. Hoje, também isso foi engolido, creio, pela hegemonia dos grandes bancos. O Rio Grande também entrou na rotina das grandes corporações globais, o que enfraqueceu essa rede de soli-

dariedade social, que tinha também desdobramentos educacionais, intelectuais, políticos etc.

IHU On-Line – Que obras literárias podem ajudar a compreender o Rio Grande do Sul e por quê?

Luís Augusto Fischer – A lista é imensa! No romance, se poderia mencionar autores que ajudam a entender essas formações sociais, esses tecidos a que me referi acima. Erico² [Verissimo] alcançou uma síntese notável, naturalmente com suas limitações, em *O tempo e o vento*, que dá um mapa do estado entre 1750 e 1950, mais ou menos, envolvendo especialmente a estância antiga, com seus braços urbanos (a vida social) e políticos (os quadros diretivos nascidos neste mundo), mas dando notícia das principais guerras em que o Rio Grande do Sul esteve envolvido nesses 200 anos. Chega a registrar a chegada dos germânicos e outros imigrantes, especialmente aqueles que foram para as cidades.

O mundo da fronteira sul está mais claro em Cyro Martins³, autor que

¹ **Mercado Comum do Sul (Mercosul)**: é uma organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção de 1991. Estabelece uma integração inicialmente econômica, configurada atualmente em uma união aduaneira, na qual há livre-comércio intrazona e política comercial comum entre seus membros. Situados todos na América do Sul, são atualmente cinco membros plenos. Em sua formação original, o bloco era composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; mais tarde, a ele aderiu a Venezuela, que está suspensa do bloco a partir de dezembro de 2016. Há ainda cinco países associados (Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) e dois observadores (Nova Zelândia e México). (Nota da **IHU On-Line**)

² **Erico Verissimo** (1905-1975): um dos mais importantes escritores brasileiros. Em 1932, o autor publica uma coletânea de contos, *Fantoche*, sua estreia na literatura. Recebeu o Prêmio Machado de Assis, com *Música ao Longe*, e o Prêmio Graça Aranha, com *Caminhos Cruzados*. Integra o Segundo Tempo Modernista (1930-1940), período em que a literatura brasileira refletiu os problemas sociais do país. A obra de Erico costuma ser dividida em três fases: Romance urbano; Romance histórico e Romance político. Na segunda, encontra-se o épico *O tempo e o vento*, trilogia (*O Continente*, *O Retrato* e *O Arquipélago*) que cobre 200 anos da história do Rio Grande do Sul, de 1745 a 1945. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Cyro Martins** (1908-1995): escritor e psicanalista que fez parte do grupo dos romancistas da chamada Geração de 30. Na literatura do Rio Grande do Sul, introduziu personagens gaúchos

hoje se lê com algum peso, por sua voz narrativa um tanto didática, mas também com ganhos, porque seu romance dá a ver aquele mundo de gente solitária, sejam os pobres ou os ricos, gente em geral sem horizonte positivo algum. Josué Guimarães⁴ nos dá um mapa muito vivo do mundo germânico inicial, no século 19, em *A ferro e fogo*, romance com defeitos, mas com a grande virtude de fluência. José Clemente Pozenato⁵ segue sendo modelar para vermos o mundo colonial italiano, como em *O quatrilha*, aquela ética familiar estrita, ligada ao trabalho, que contém problemas os mais diversos, como em qualquer outra gente.

Entre os que vieram a partir dos anos 1970 e 1980, além do Pozenato, há o vasto mundo do Luiz Antonio de Assis Brasil⁶, que nos dá notícia do mundo mental dos fazendeiros bem-sucedidos entre 1830 e 1930, digamos. Há a reconstituição positiva, algo apologética e épica, que faz

Tabajara Ruas⁷. Gosto muito do trabalho do Paulo Ribeiro⁸, por exemplo, em *Vitrola dos ausentes*, que mostra ativamente, num romance experimental, a vida dos miseráveis (sociais e mentais) das pequenas cidades, no caso dele as serranas. Isso tudo falando apenas de narrativas diretamente empenhadas na descrição do mundo interiorano gaúcho — deixei de fora uma pena de gente boa e ótima que se dedicou ao mundo urbano, que por isso mesmo produz uma arte mais desmarcada, quer dizer, menos dependente das variáveis locais para sua inteligência. E nem falamos de poesia, que também mostra coisas recônditas da vida — por exemplo, as notas trágicas da poesia gauchesca do Aureliano de Figueiredo Pinto⁹, um antibravateiro.

IHU On-Line – Escritores costumavam ser chamados para se manifestar sobre diversos temas, como se fossem especialistas de tudo. Isso ocorre com menos frequência, talvez se possa dizer que nem ocorra mais. Os autores eram superestimados ou perderam a capacidade de refletir sobre a realidade?

influenciados por novos costumes. Sua estreia foi com *Campo Fora* (1934). Suas obras mais importantes são *Sem rumo* (1937), *Porteira fechada* (1944) e *Estrada nova* (1954), que integram a *Trilogia do gaúcho a pé*, que apresenta o gaúcho do ambiente rural empobrecido a partir da industrialização e concentração urbana. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Josué Guimarães (1921-1986): escritor e jornalista nascido no Rio Grande do Sul. Trabalhou em jornais como *Folha de S.Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Zero Hora* e *Correio do Povo*. Cobriu a Revolução dos Cravos, em Portugal, e as independências na África. Entre suas obras, destacam-se *A ferro e fogo 1 – Tempo de solidão* (1972), *A ferro e fogo 2 – Tempo de guerra* (1975), *Depois do último trem* (1973), *Os tambores silenciosos* (1977), *Dona Anja* (1978) e *Camilo Mortágua* (1980). (Nota da **IHU On-Line**)

5 José Clemente Pozenato (1938): escritor, tradutor e professor nascido no Rio Grande do Sul. Publicou diversos livros de crônica, poesia e ficção. Em suas obras, aborda o cenário e as tradições da região de colonização italiana no sul do Brasil. É o caso de seu livro mais conhecido, o romance histórico *O Quatrilha*, que recebeu versão cinematográfica dirigida por Fábio Barreto e indicada para o Oscar. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Luiz Antonio de Assis Brasil (1945): escritor e professor nascido em Porto Alegre. É bacharel em Direito e doutor em Literatura pela PUCRS, onde coordena a célebre Oficina de Criação Literária. Foi músico da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – OSPA e administrador cultural, participando da implantação do Centro Municipal de Cultura de Porto Alegre. Publicou vários livros, entre novelas e romances. Preferindo as narrativas longas, seus textos desenvolvem temáticas relacionadas à construção da identidade gaúcha. Sua obra é reconhecida pela crítica literária brasileira, servindo de tema para abordagens acadêmicas em universidades do país. Destacam-se: *Bacia das Almas*, *As virtudes da casa*, *Cães da Província* (Prêmio do Instituto Nacional do Livro, 1988) e a série *Um castelo no pampa*, constituída pelos romances *Perversas famílias*, *Pedra da memória* e *Os Senhores do Século*. Por esta última obra, obteve o Prêmio Açorianos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em 1995. (Nota da **IHU On-Line**)

7 Tabajara Ruas (1942): escritor e cineasta gaúcho. Além de se pautar na memória e na história local, sua obra também é fortemente marcada por sua própria memória e história pessoal, vivida em parte na cidade fronteiriça de Uruguai, separada da Argentina pelo rio Uruguai. É lá que ambienta a novela *Perseguição e cerco a Juvenio Gutierrez* (Porto Alegre: Mercado Aberto), que lembra *Crônica de uma morte anunciada* (Rio de Janeiro: Record), do colombiano Gabriel García Márquez. Escreveu o romance *Neto perde sua alma* (Rio de Janeiro: Record), sobre a trajetória do herói farroupilha Antônio de Souza Netto, participante de todas as revoluções ocorridas no sul do Brasil no século 19. Esse romance inspirou um filme homônimo que Tabajara dirigiu com Beto Souza. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Paulo Ribeiro (1960): escritor nascido no Rio Grande do Sul. É jornalista, mestre e doutor em Letras. Publicou mais de dez livros. Seu romance de estreia, *Glaucha*, é de 1989. Com *Vitrola dos ausentes* (1993), venceu o Prêmio Henrique Bertaso de Narrativa Longa e a indicação da obra ao Açorianos de Literatura. Outras obras: *Valsa dos Aparados* (contos, 2000), *Missa para Kardec* (novela, 2002). (Nota da **IHU On-Line**)

9 Aureliano de Figueiredo Pinto (1898-1959): médico, jornalista, poeta, historiador e escritor nascido no Rio Grande do Sul. Fez os dois primeiros anos de medicina, no Rio de Janeiro, mas formou-se na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1931. Tomou parte ativa na Revolução de 1930, acompanhando como capitão-médico o primeiro piquete a entrar em Itararé. Publicou poesias líricas e simbolistas na revista *Kodak*. Assinava suas obras com o pseudônimo Júlio Sérgio de Castro ou J.S. de C. Livros publicados: *Romances de estância e querência*, *Memórias de Coronel Falcão* e *Itinerário – Poemas de Cada Instante*. (Nota da **IHU On-Line**)

Luís Augusto Fischer – Esse costume tinha a ver com as gerações dos romancistas de grande fôlego, gente como o Erico, o Cyro, e depois menos talvez. Nunca pensei no caso, nem sei se a tua pergunta tem toda a consistência do mundo, mas me ocorre que esses eram os romancistas com a vocação e o desejo da totalidade social, gente que queria mesmo dar conta da sua sociedade e de seu tempo na narrativa que escrevia. Faz já uns 20 ou 30 anos que tal desejo, tal missão, tal pretensão, saiu do horizonte dos escritores, que, por motivos compreensíveis, mas não fatais, têm preferido o tiro curto, o relato de episódios mais tópicos, menos abrangentes, mesmo em romances de tamanho grande, como, digamos, o Daniel Galera¹⁰, excelente escritor da geração sub-40. Será? Pode ser também que simplesmente os meios de comunicação massivos tenham desistido de perguntar, também...

Tem esse lado terrível da crise dos antigos meios, né? Quem assiste a tevê aberta? Quem ouve rádio? Quem lê jornal? Não sabemos direito. Todo mundo, ou melhor, “todo mundo” está na internet, que não pergunta nada para ninguém, mas permite que todos falem. A voz daqueles escritores modelares, sugeridos na tua pergunta, dependia de perguntas para se fazerem ouvir.

IHU On-Line – O Rio Grande do Sul tinha um sistema literário peculiar e próprio, envolvendo autores, editoras, livrarias e leitores. No curso de Letras da UFRGS, até hoje é mantida uma disciplina criada por Guilhermino César, chamada Literatura Gaúcha. Esse

10 Daniel Galera (1979): escritor nascido em São Paulo, mas criado em Porto Alegre. Publicou contos e textos diversos na internet de 1996 a 2001, com destaque para os três anos como colunista do mailzine Cardosonline (COL). Seus dois primeiros livros foram lançados pelo selo independente Livros do Mal, criado em 2001 pelo autor, mais Daniel Pellizzari e Guilherme Pilla. Traduz autores de língua inglesa. Livros publicados: os romances *Meia-Noite e Vinte* (2016), *Barba ensopada de sangue* (2012), *Cordilheira* (2008), *Mãos de Cavalo* (2006), *Até o dia em que o cão morreu* (originalmente pela Livros do Mal, 2003) – todos pela Companhia das Letras –, os contos *Dentes Guardados* (Livros do Mal, 2001), e a HQ *Cachalote*, com Rafael Coutinho (Quadrinhos na Cia, 2010). (Nota da **IHU On-Line**)

fenômeno ocorre em outros estados?

Luís Augusto Fischer – Sim, continua. Fui aluno da última turma para quem o Guilhermino¹¹ lecionou essa disciplina, em 1978, quando ele completou seus 70 e se aposentou. De fato, é invenção dele, e por muitos anos foi a única em seu gênero (um recorte provincial) no Brasil. Creio que hoje em dia já se vê isso em outras províncias, tive notícias disso, mas não acompanho o tema diretamente. Em todo caso, a criação desse curso faz sentido muito forte no Rio Grande do Sul, não por vontade do Guilhermino, mas pelos fatos. Era uma província afastada do centro, primeiro do Império Português e depois do Império Brasileiro (sim, os dois eram impérios, com esse nome!), e já por isso marcada por um sentimento de abandono. Mas era também província de fronteira, o que conferiu ao estado uma marca talvez única em todo o país, a de ser obrigada a pensar sobre o que era, sobre sua identidade, no cotidiano da vida de fronteira, que é o local histórico em que a consciência de pertencimento aparece, obrigatoriamente.

Vou dar uma de acadêmico: cito o grande sociólogo Georg Simmel¹² (1858-1918), que foi um dos inventores de sua disciplina (e influenciou Goerg Lukács¹³, Walter Ben-

jamin¹⁴ e Theodor Adorno¹⁵, entre outros grandes pensadores) e era um heterodoxo, um pensador sem sistema fechado, um ensaísta no melhor sentido da palavra. Num ensaio chamado *O espaço e as organizações espaciais da sociedade*, de 1908, há uma linda seção dedicada à noção de fronteira, tema que ele devia conhecer vivamente, por ser de Estrasburgo, que pertenceu ao mundo alemão e depois passou para a França. A certa altura, ele faz uma distinção entre fronteiras naturais e fronteiras políticas (estas meramente convencionais, como as que acontecem entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai): “a consciência de ser, no interior de fronteiras, não é talvez tão aguda no caso de fronteiras ditas ‘naturais’ (montanhas, rios, mares, desertos) quanto no caso de fronteiras puramente políticas, que traçam tão somente uma linha geométrica entre dois vizinhos”, motivo por que essas “fronteiras vivas”, que podem se alterar, são mais eficazes psiquicamente, porque não engendram apenas uma “resistência passiva, mas também uma repulsão muito ativa”. Enfim, essas fronteiras vivas

são “uma expressão espacial da relação unitária entre dois vizinhos”, implicando “um estado de tensão em que defesa e ataque são latentes e podem explodir” a qualquer momento. (Tradução minha apressada, para trecho da p. 606 de *Sociologia – Études sur les formes de socialisation*, trad. do alemão por Lilyane D. Gurcel e Subylle Muler, Paris, PUF, 1999.)

Essa sombra ocorreu unicamente com o Rio Grande do Sul ao longo do tempo, desde o século 18: o tratado de Madrid¹⁶, de 1750, é um marco desse problema, ao haver determinado a posse portuguesa do território do que hoje chamamos de Sete Povos das Missões¹⁷, povoado de indígenas guaranis e administrado por jesuítas espanhóis até então. Essa sombra é determinante do

¹⁶ **Tratado de Madrid:** foi um tratado firmado na capital espanhola entre os reis João V de Portugal e Fernando VI de Espanha, em 13 de Janeiro de 1750, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, pondo fim assim às disputas. O objetivo do tratado era substituir o Tratado de Tordesilhas, o qual já não era mais respeitado na prática. Pelo tratado, ambas as partes reconheciam ter violado o Tratado de Tordesilhas na América e concordavam que, a partir de então, os limites deste tratado se sobreporiam aos limites anteriores. As negociações basearam-se no chamado Mapa das Cortes, privilegiando a utilização de rios e montanhas para demarcação dos limites. O diploma consagrou o princípio do direito privado romano do *uti possidetis*, *ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito), delineando os contornos aproximados do Brasil de hoje. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁷ **Missões Jesuíticas ou Reduções Jesuíticas:** simplificação da expressão Território dos Sete Povos das Missões, que designa a região situada a noroeste do atual estado do Rio Grande do Sul, na atual fronteira entre o Brasil e a Argentina, a leste do vale do Rio Uruguai. As missões jesuíticas tiveram grande importância histórica para todo o Brasil. O Tratado de Madrid estabeleceu limites entre territórios espanhóis e portugueses, e os Sete Povos das Missões passaram a pertencer à Espanha, o que obrigaria os índios a mudarem-se para a outra banda do rio Uruguai. Esse foi um dos motivos que determinaram a Guerra Guaranítica, uma guerra que colocou os jesuítas, aliados aos índios Guaranis, contra os exércitos dos países ibéricos, marco da derrocada das povoações missionárias. No Seminário Internacional A Globalização e os Jesuítas: origens, história e impactos, realizado em setembro de 2006 na Unisinos, os sete povos foram tema de inúmeros mini-cursos e oficinas. Mais informações sobre as missões jesuíticas podem ser obtidas nas edições da **IHU On-Line** 156, de 19 de setembro de 2005, intitulada *Essa terra tem dono, nós a recebemos de Deus e de São Miguel*, e 186, de 26 de junho de 2006, *Jesuítas. Quem são?* Confira no site do IHU: em 17-9-2006, a entrevista *A música nos sete povos das missões*, com Décio Andriotti; em 3-8-2006, os historiadores Beatriz Franzen e Alcy Cheuiche concederam os seguintes depoimentos, respectivamente, *Em absoluto posso aceitar a tese de que uma teocracia estava se formando nas missões jesuíticas* e *Jornal Nacional das Missões Guaranis: entre tapas e beijos*. Outras entrevistas importantes foram concedidas pelo irmão Antonio Cechin em 23-2-2007, sob o título *A utopia da terra sem males*, e por Edison Hüttner, *O retorno do repicar do Sino de São Miguel*, em 22-4-2006. (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹ **Guilhermino César** (1908-1993); escritor, jornalista, professor e historiador nascido em Minas Gerais. Aos 19 anos, em Cataguases, foi um dos fundadores da Revista Verde, de caráter modernista. Mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde tornou-se cronista e crítico literário do Correio do Povo. Foi chefe do gabinete do governo de Ernesto Dorneles, professor da UFRGS, ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e secretário da Fazenda. Foi também presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Atuou na dramaturgia como diretor de algumas peças de teatro na década de 1940. Foi escolhido patrono da Feira do Livro de Porto Alegre em 1990. (Nota da **IHU On-Line**)

¹² **Georg Simmel** (1858-1918): sociólogo alemão que desenvolveu o que ficou conhecido como micro-sociologia, uma análise dos fenômenos no nível micro da sociedade. Foi um dos responsáveis por criar a Sociologia na Alemanha, juntamente com Max Weber e Karl Marx. Escreveu, entre outros, Schopenhauer und Nietzsche (Leipzig: Duncker & Humblot, 1907). (Nota da **IHU On-Line**)

¹³ **Georg Lukács** (György Lukács, 1885-1971): filósofo húngaro, de grande importância no cenário intelectual do século 20. Em sua trajetória procurou refazer o percurso da filosofia clássica alemã, inicialmente como crítico influenciado por Kant, depois Hegel e, finalmente, aderindo ao marxismo. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁴ **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica, foi fortemente inspirado tanto por autores marxistas, como Bertolt Brecht, como pelo místico judaico Gershom Scholem. Conhecedor profundo da língua e cultura francesas, traduziu para o alemão importantes obras como *Quadros parisienses*, de Charles Baudelaire, e *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. O seu trabalho, combinando ideias aparentemente antagônicas do idealismo alemão, do materialismo dialético e do misticismo judaico, constitui um contributo original para a teoria estética. Entre as suas obras mais conhecidas, estão *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1936), *Teses sobre o conceito de história* (1940) e a monumental e inacabada *Paris, capital do século XIX*, enquanto *A tarefa do tradutor* constitui referência incontornável dos estudos literários. Sobre Benjamin, confira a entrevista **Walter Benjamin e o império do instante**, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à **IHU On-Line** nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁵ **Theodor Adorno** (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de ideias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. Sobre Adorno, confira a entrevista concedida pelo filósofo Bruno Pucci à edição 386 da Revista **IHU On-Line**, intitulada *Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon386>. A conversa foi motivada pelo palestra *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais*, proferida por Pucci dentro da programação do *Ciclo Filosofias da Intersubjetividade*. (Nota da **IHU On-Line**)

modo como o Rio Grande do Sul se compreende, desde então até agora, mesmo passada a hegemonia econômica e política dos estancieiros fronteiriços, que por muitos caminhos foram, mentalmente, o berço, a forja de símbolos identitários com força suficiente para permanecer até agora por aqui. A mistura histórica desses elementos — fronteiras, afastamento e alijamento do centro de decisões, consciência aguda de ser algo distinto dos vizinhos, estância senhorial, a figura do gaúcho como um sujeito altivo e independente, num país escravagista — deu uma amálgama muito potente, capaz de engendrar literatura, música, toda uma simbolização enfim, que está na base da nossa disciplina e, antes dela, na realidade empírica.

“É crise que não acaba mais.”

28

IHU On-Line – O que aconteceu com as editoras gaúchas, que décadas atrás tinham expressão e nomes importantes em seus catálogos?

Luís Augusto Fischer – Com elas ocorreu o que tem ocorrido nos mercados todos, a saber, um processo de internacionalização e oligopolização. Assim como as grandes brasileiras foram, talvez em sua maioria, compradas por empresas estrangeiras, mantendo a operação brasileira como parte de uma corporação mundial, ocorreu com as pequenas e médias, entre as quais muitas das gaúchas, um processo de estiolamento, de perda de força. Não sou especialista no tema das finanças das editoras, mas creio que apenas uma se mantém como grande nacional, a ArtMed, e a outra grande gaúcha, a L&PM, está passando por processos complexos — procurou inserção maior no mercado duro brasileiro, que é São Paulo, depois fechou um acordo de venda com uma grande brasileira, mas consta que foi revertida essa operação. E tudo isso

deve ser somado com a crise atual, que já dura uns três anos, com baixa forte de vendas e tal.

Mas isso não significa que não existam as locais, e mesmo algumas têm crescido a olhos vistos, como a Não Editora, que se está operando com muita força e visibilidade, pelo que vejo. E há as pequenas, de escala local mesmo, mas de ótima qualidade, que mantêm boa performance, sabe-se lá com que fôlego, como a Libretos e a Arquipelago, talvez a Movimento, que anunciou uma série de lançamentos há pouco, sem esquecer o caso muito auspicioso da Besouro Box, que parece ir muito bem, com uma seção ousada e inédita em seu catálogo, o de livros ligados ao mundo afro-brasileiro, inclusive religioso. E há editoras de serviço, que têm catálogo próprio, mas trabalham por encomenda também, com boa saúde, ao que parece, como a AGE.

Não chegou o apocalipse total, ainda, embora tenha havido uma inflexão forte do mercado. Isso tudo se combina com outro vetor, a saber, o fato de que essa era da comunicação imediata, internet mais smartphone etc., deu visibilidade e trânsito muito maiores do que jamais antes para escritores de toda parte, incluindo os gaúchos, muitos dos quais, na geração mais recente, já começam sua vida editorial em “majors” do setor ou nelas ingressam em pouco tempo, como foi o caso de Daniel Galera, Michel Laub¹⁸, Paulo Scott¹⁹, Carol

Bensimon²⁰ e Luísa Geisler²¹, entre outros.

IHU On-Line – Há poucas bibliotecas públicas no Rio Grande do Sul, não existe uma política oficial para compra de livros e as escolas públicas estão em situação precária, justamente em um estado que desde a Primeira República era referência em educação. Em Porto Alegre, o prefeito ameaça um programa bem-sucedido e elogiado como o Adote um Escritor. O que dizer deste quadro?

Luís Augusto Fischer – Isso é uma tristeza sem fim... Governantes principais sem qualquer apreço pela cultura letrada, mesmo que contem com secretários gente boa, resultam nisso, nesse quadro. Convido o leitor a pensar no [José Ivo] Sartori²² e

literatura com o livro de contos *Ainda orangotangos*, adaptado para o cinema por Gustavo Spolidoro. Em 2005, publicou o romance *Voláteis*. Em 2010, foi contemplado com a Bolsa Petrobras de Criação Literária para conclusão do romance *Habitante irreal*, lançado no final de 2011 (livro vencedor do Prêmio da Fundação Biblioteca Nacional 2012). Seu romance *Ithaca Road* faz parte do projeto Amores Expressos, realizado pela RT Featurs e pela Companhia das Letras, que o levou a Sydney, na Austrália, em 2008. Em 2014, lançou o livro de poesias *Mesmo sem dinheiro comprei um esqueite novo* (livro vencedor do Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte - APCA 2014). Em 2015, lançou *O ano em que vivi de literatura* (livro vencedor do Prêmio Açorianos de Literatura 2016). (Nota da **IHU On-Line**)

²⁰ **Carol Bensimon** (1982): escritora e tradutora nascida em Porto Alegre. Formou-se em Comunicação Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrado em Teoria Literária pela PUCRS. Seu primeiro livro foi *Pó de Parede* (Não Editora, 2008), reunindo três novelas. Em 2009, depois de receber uma bolsa de estímulo à criação literária da Funarte, escreveu *Sinuca embaixo d'água* (Companhia das Letras). O livro foi um dos finalistas do Prêmio São Paulo de Literatura na categoria Autor Estreante e do Prêmio Jabuti de 2010 na categoria Romance. Lançou o romance *Todos nós adorávamos caubóis* em 2013 (Companhia das Letras). (Nota da **IHU On-Line**)

²¹ **Luísa Geisler** (1991): escritora nascida em Canoas (RS). Publicou *Contos de mentira* (finalista do Jabuti, vencedor do Prêmio SESC de Literatura), *Quicô* (finalista do Prêmio Jabuti, do Prêmio São Paulo de Literatura e do Prêmio Machado de Assis, vencedor do Prêmio SESC de Literatura). Seu último livro, *Luzes de emergência se acenderão automaticamente*, foi publicado pela Alfaguara em 2014. (Nota da **IHU On-Line**)

²² **José Ivo Sartori** (1948): é professor de filosofia e político nascido em Farroupilha (RS). Filiado ao PMDB. Exerceu cinco mandatos consecutivos como deputado estadual e presidiu a Assembleia Legislativa entre 1998 a 1999. Durante o governo de Pedro Simon, foi secretário estadual do Trabalho e Bem-Estar Social entre 1987 a 1988. Concorreu, sem sucesso, ao cargo de prefeito de Caxias do Sul em 1992 e 2000. Em 2002, elegeu-se deputado federal com quase cem mil votos. Em 2004, elegeu-se prefeito de Caxias do Sul no segundo turno, com 52,4% dos votos. Quatro anos depois, reelegeu-se no primeiro turno com 54,3% dos votos. Em outubro de 2014, elegeu-se governador do Rio Grande do Sul, com 61,2% dos votos, sen-

¹⁸ **Michel Laub** (1973): escritor e jornalista, nasceu em Porto Alegre e vive em São Paulo. Foi editor-chefe da revista Bravo, coordenador de publicações e internet do Instituto Moreira Salles e colunista da Folha de S. Paulo e do Globo. Hoje é colaborador de diversas editoras e veículos no Brasil e exterior. Publicou sete romances, todos pela Companhia das Letras: *Música Anterior* (2001), *Longe da água* (2004), *O segundo tempo* (2006), *O gato diz adeus* (2009), *Diário da queda* (2011), *A maçã envenenada* (2013) e *O Tribunal da Quinta-Feira* (2016). Seus livros saíram em 13 países e 10 idiomas. Recebeu os prêmios JQ – Wingate (Inglaterra, 2015), Transfuge (França, 2014), Jabuti (segundo lugar, 2014), Copa de Literatura Brasileira (2013), Bravo Prime (2011), Bienal de Brasília (2012) e Erico Veríssimo (2001), além de ter sido finalista dos prêmios Dublin International Literary Award (Irlanda, 2016), APCA (2016), Correntes de Escrita (Portugal, 2014), São Paulo de Literatura (2012 e 2014), Portugal Telecom (2005, 2007 e 2012) e Zaffari&Bourbon (2005 e 2011). (Nota do **IHU On-Line**)

¹⁹ **Paulo Scott** (1966): poeta e escritor nascido em Porto Alegre. Seu livro de estreia, *Histórias curtas para domesticar as paixões dos anjos e atenuar os sofrimentos dos monstros*, foi lançado em 2001 sob o pseudônimo de Elrodriis. Em 2004, foi um dos três finalistas do Prêmio Açorianos de Li-

no [Nélson] Marchezan²³ [Júnior] e imaginar qualquer deles abrindo um livro culto, de qualquer matéria ou especialidade, que não seja um manual de qualquer coisa. Impossível. (E o Sartori é formado em Filosofia...) O que posso dizer é isso: uma gente que despreza a cultura letrada, a cultura exigente, e não percebe que ela é importante não apenas para nós, de classe social confortável, mas para todo mundo, pelo poder que a cultura tem de expressar a vida em níveis sutis, que permanecem soando pelos tempos afora e funcionam como horizontes para todos, como possibilidade, sendo tarefa da educação abrir as portas, oferecer as escadas, enfim dar acesso a esse patrimônio. Uma lástima.

IHU On-Line – No cenário cultural nacional, prevalecem produções do Rio de Janeiro e de São Paulo. Há também expressões importantes de estados nordestinos, como Pernambuco. Por outro lado, artistas que trabalham no Rio Grande do Sul costumam apontar que suas obras têm pouca aceitação nacional. Isso procede? Deve-se ao quê?

Luís Augusto Fischer – Imagino que estejas falando mais de artes de performance, dança, teatro, cinema, canção, shows, e concordo com o diagnóstico: artistas nordestinos aparecem mais na mídia hegemônica de Rio e São Paulo do que gaúchos. Há uma razão sociológica forte e bem elementar para tal: a experiência que os artistas nordestinos expressam é muito mais próxima do grande público do que a experiência

expressa pelos gaúchos. Há muito mais nordestinos vivendo no centro do país do que gaúchos, e há muito mais tempo, e já por isso o som até da fala de um artista nordestino é mais compreensível e fala mais à alma do grande público do que o som da nossa fala. Aliás, o nosso sotaque e o nosso vocabulário, sendo imediatamente reconhecidos fora daqui, nos diferenciam das falas brasileiras correntes (chiado nos s, r aspirado, curvas melódicas mais amenas, tudo junto ou em parte) e colocam os ouvintes em situação de atenção e talvez de tensão — qual é a briga que esses gaúchos estão comprando desta vez?

Outra razão: o Nordeste, compreendido como coisa única (que não é), se compõe de estados relativamente pequenos, em sua maioria, e que têm uma tradição bem mais antiga do que a nossa em matéria de elites que sabem se acomodar no poder, em acordos que vêm do tempo colonial, passam por [José]²⁴ Sarney e o finado ACM²⁵ [Antônio Carlos Magalhães] e chegam aos gedéis de hoje. As nossas elites tradicionais (não falo dessa geração atual, que em sua talvez maioria podia ter nascido em qualquer parte, tido qualquer educação, que daria no mesmo, por exemplo, aquele deputado federal [Sérgio] Moraes²⁶, de Santa Cruz do Sul, ou o inefável [Eliseu] Padilha²⁷, braço direito de [Michel]

Temer²⁸), bem ao contrário, não tinham a manha, nem a vontade, de praticar acordos por baixo do pano, e bem ao contrário só chegavam ao poder se mandassem sozinhos, quase sempre com vezo autoritário. Isso tudo forma um caldo de cultura que tende a colocar o artista gaúcho como um diferente do estilo manhoso, malemolente, acomodaticio, muitas vezes até fazendo o papel do subordinado engraçadinho e piadista, do artista nordestino ou nortista. Sei que estou generalizando, e por favor, não estou me referindo a imensos artistas criadores, que podem provir de qualquer parte porque fazem arte exigente; estou pensando em casos escrachados, até ao nível da caricatura — pensando num plano praça-da-alegria, ou escolinha-do-professor-raimundo, nordestinos, nortistas, caipiras são retratados como esse subordinado alegrinho, que não apenas aceita o papel ridículo como de certo modo extrai prazer dele, ao passo que o gaúcho de caricatura é visto como veado (o Millôr²⁹ preferia “viado”), quer dizer, é alguém que é preciso simbolicamente emascular, profanar, derrubar, tratar como alguém que precisa aprender a ser posto para baixo.

do empossado em 1º de janeiro de 2015. (Nota da IHU On-Line)

²³ **Nelson Marchezan Júnior** (1971): advogado, administrador e político nascido em Porto Alegre. Não tinha maiores pretensões na política até a morte do pai, em 2002. No mesmo ano, concorreu e foi eleito deputado federal, mas a Justiça Eleitoral impediu sua diplomação por falta de filiação partidária válida. Ele não apresentou provas que era filiado ao PSDB um ano antes das eleições. Iniciou na vida pública em 2003, como diretor de Desenvolvimento, Agronegócios e Governos do Banrisul durante o mandato do governador Germano Rigotto. Abandonou o cargo em 2006, quando elegeu-se deputado estadual. Em 2010, foi eleito deputado federal. Em 2016, elegeu-se no segundo turno prefeito de Porto Alegre, pelo PSDB. (Nota da IHU On-Line)

²⁴ **José Sarney** [José Sarney de Araújo Costa] (1930): político nascido no Maranhã, 31º presidente do Brasil (1985-1990). Foi governador do Maranhão e presidente do Senado Federal por quatro vezes. (Nota da IHU On-Line)

²⁵ **Antonio Carlos Magalhães**: (1927-2007): médico, empresário e político baiano. Governador da Bahia por três vezes (duas nomeado pelo regime militar) e senador entre 1994 e 2002. Egresso de partidos como UDN, ARENA, PDS, PFL e DEM, ACM, era tido como um dos grandes “coronéis” da política brasileira, iniciando sua derrocada a partir de 2004. (Nota da IHU On-Line)

²⁶ **Sérgio Moraes** (1958): político nascido em Santa Cruz do Sul. Foi vereador de Santa Cruz do Sul, pelo PMDB, de 1982 a 1988 e de 1989 a 1990; deputado estadual por duas legislaturas, de 1991 até 1995 e de 1995 até 1996, pelo mesmo partido. Elegeu-se duas vezes prefeito de Santa Cruz do Sul, de 1997 até 2004. Em 2006, foi eleito pela primeira vez para a Câmara dos Deputados e reelegeu-se em 2010 e em 2014. Em 14 de junho de 2016, apoiou o deputado Eduardo Cunha, votando contra a sua cassação no comitê de ética da Câmara dos Deputados. Em agosto de 2017, votou pelo arquivamento da denúncia de corrupção passiva contra o presidente Michel Temer. (Nota da IHU On-Line)

²⁷ **Eliseu Padilha** (1945): advogado e político nascido em Canela (RS). Filiado ao PMDB, então MDB, desde 1966. Formado em direito, foi prefeito de

Tramandaí de 1989 a 1992. Foi deputado federal de 1995 a 2011. Nas eleições de 2010, ficou como primeiro suplente e retornou ao cargo em 2013, com a nomeação do deputado Mendes Ribeiro Filho para o Ministério da Agricultura. Permaneceu no cargo até janeiro de 2015. Ocupou o Ministério dos Transportes no governo Fernando Henrique Cardoso, de 1997 a 2001. Em dezembro de 2014, foi anunciado oficialmente ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República para o segundo mandato do Governo Dilma Rousseff. Em dezembro de 2015, pediu demissão um dia antes do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acatar o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. É o ministro-chefe da Casa Civil do presidente Michel Temer. (Nota da IHU On-Line)

²⁸ **Michel Temer** [Michel Miguel Elias Temer Lulia] (1940): político e advogado nascido em Tietê (SP), ex-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). É o atual presidente do Brasil, após a deposição por impeachment da presidenta Dilma Rousseff naquilo que inúmeros setores nacionais e internacionais denunciam como golpe parlamentar. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. (Nota da IHU On-Line)

²⁹ **Millôr Fernandes** (1923-2012): desenhista, humorista, dramaturgo, escritor e tradutor nascido no Rio de Janeiro. Em 1968, começou a trabalhar na revista *Veja*, e em 1969 tornou-se um dos fundadores do jornal *O Pasquim*. Sobre Millôr, confira as seguintes entrevistas, concedidas por Henrique Rodrigues à **IHU On-Line**: *O riso como arma e liberdade*, na edição 367, de 27-6-2011, disponível em <http://bit.ly/kKlInso>, e *Um humorista iconoclasta*, na edição 388, de 9-4-2012, disponível em <https://goo.gl/ZrDM7K>. (Nota da IHU On-Line)

Uma terceira ordem de motivos também elementares, quero dizer, básicos, tem a ver com a geografia: de fato o Rio Grande do Sul (e os outros dois estados da região também, ao menos em parte) tem diferenças climáticas com o mundo tropical. Para nós “frio” quer dizer um monte de coisas que não significam nada para a experiência tópica dos habitantes do Brasil quente. Se temos coisas em comum, como temos, também temos essa paisagem diferente.

Se formos pensar na experiência social, também temos marcantes especificidades: embora compartilhem com o conjunto do país uma história de escravidão e patriarcalismo rural, temos uma extensa história de imigração para pequena propriedade tocada com mão de obra familiar, um tipo de experiência social que marca a fundo nossa cultura cotidiana — pensa, para dar um exemplo atual, nos pequenos armazéns, bares e restaurantes tocados por famílias de gente dessa origem, espalhados pela geografia do Rio Grande do Sul. Não é? É quase tão típico da nossa experiência cotidiana quanto era, duas ou três gerações atrás, no Rio, o português dono de padaria e boteco.

Enfim, há todo um conjunto de coisas que, muito antes de nossas idiossincrasias momentâneas, são substantivas razões de diferença na experiência, que não nos tornam melhores, ou piores, mas para e simplesmente diferentes da experiência rotineira ao menos da imensa região litorânea e do espaço da “plantation” brasileira, desde o século 16.

IHU On-Line – Os gaúchos acalentam uma nostalgia pelo passado que tem bases idealizadas e míticas, gerando posturas que podem ser consideradas atrasadas e retrógradas. Por que o tradicionalismo, um movimento nitidamente reacionário, machista, homofóbico e fechado para o que destoe dos seus postulados, se expandiu e fortaleceu ao longo de cerca de sete décadas?

Luís Augusto Fischer – Também há muitas razões para isso. Primeiro talvez a gente deva pensar em dividir o público que aderiu e adere ao tradicionalismo segundo sua experiência sociológica, coisa que faço aqui de modo tentativo, meio intuitivo e meio baseado em experiência pessoal. Para as classes médias e baixas da Metade Sul em geral, com exceção apenas de grandes cidades cosmopolitas como Pelotas e Rio Grande, o CTG [centro de tradições gaúchas] é um importante clube social cuja ética e cuja estética combinam muito bem com a vida cotidiana, ao menos a do passado, uma ou duas gerações atrás, ou seja, até o tempo dos avós, gente que a gente conheceu ao vivo. Num CTG de Caçapava ou de Quaraí, digamos, o cara veste a bombacha mais nova e bonita, mas é bem possível que, se ele tiver algum campo, ele use sempre bombacha, ou, se ele já vive na cidade, então é quase certo que seu pai ou seu avô usavam bombacha para trabalhar. Neste caso, o mundo do CTG tem realmente uma relação de continuidade com a vida real. E, neste caso, os aspectos machista, homofóbico etc. não são uma coisa repentina, uma imposição, mas um costume.

(Coisa curiosa é que ouvi relatos pessoais, de homens gays com essa origem social e geográfica, dando conta de que viviam dentro de CTGs a vida toda antes da idade adulta, dançando nos grupos folclóricos, com muita gente sabendo dessa condição sem sobresalto algum. Só não podiam “dar pinta”. Assunto para um estudo, esse, quero crer.)

Conheci de perto um exemplo, recentemente, relativo às cidades de São Gabriel e de Caçapava, de uma moça negra que havia debutado num CTG (sim, exatamente isso) e foi convidada para debutar em outro, com o detalhe de que este outro não costumava aceitar negros; a menina aceitou o convite da amiga e foi, mas seus pais, quando tentaram entrar nesse outro CTG, tiveram alguma dificuldade, o porteiro causou embaraço, até que apareceu alguém

avisando que se tratava dos pais de uma debutante, e então eles puderam entrar.

Para gente como nós, que não vive esse mundo cotidianamente, parece um absurdo, certo? O leitor e eu nunca mais poríamos os pés lá, e talvez procurássemos meios de encher o saco do CTG racista. Mas isso somos nós, que não precisamos daquela instituição...

Outra coisa é o mundo da região colonial com passado e/ou presente ligado à pequena propriedade familiar. Há alguns palpites de que para esse pessoal, antes do nosso tempo (digamos, antes da década de 1990), a imagem do gaúcho se revestia de pelo menos dois valores muito fortes — o fato de andar a cavalo, para os colonos originais e as primeiras gerações de descendentes, revestia o gaúcho de uma aura de superioridade, relativamente à sua condição de camponeses; e o fato de o gauchismo como movimento ter vinculação com a terra, com o mundo rural, o fazia um irmão no apreço pela terra dos pais, a Vaterland dos germânicos. Também para esse pessoal, aderir aos símbolos e valores e práticas gauchescas seria, talvez, uma forma de ao mesmo tempo integrar-se com o novo mundo, em que agora viviam. Nesse universo, talvez seja e tenha sido menor o patriarcalismo e todos os demais traços do CTG, de forma que o Centro funcionava como um ponto de encontro social, coisa aliás essencial, ao menos para os germânicos, em geral, que adoram uma coisa associativa.

Já para o pessoal de cidades grandes o tradicionalismo tem outro sentido, creio: ele tenderia a ser mais claramente associado a uma rejeição ao mundo tecnológico, impessoal e frio que era a rotina vivida. Num CTG, o cara vai para dançar, ver gente da vizinhança, e, é claro, viver uma fantasia de integração com os outros e com um passado imaginário que proporciona, creio, quase a mesma coisa que o Freud chamou de sentimento oceânico, que a religião oferece. Seria neste caso menos preconceituoso este ambiente? Se-

ria de averiguar. Aliás, outro palpite: a ascensão dos CTGs ocorre na proporção do enfraquecimento dos laços antes garantidos pela vida comunitária, via religião, rede familiar (família extensa e convivente) ou vizinhança.

O Tradicionalismo, por mais que nos pareça algo conservador e reacionário, tenho impressão de que é um refrigério para a alma de milhares.

“Creio que estamos todos sem saber o que fazer.”

IHU On-Line – Não é curioso que a cultura tradicionalista, de uma maneira geral, valorize como atributo dos gaúchos traços rústicos, chulos e grosseiros?

Luís Augusto Fischer – Mas ao lado desses traços há outros, que os acompanham de modo orgânico, e que são positivos (não importa aqui que sejam realmente existentes ou praticados): lealdade, apreço pela verdade, constância, fidelidade, conhecimento da vida difícil etc. Se colocarmos estes outros na balança, a coisa fica diferente. Eu mesmo acho admirável, por exemplo, a destreza manual implicada no mundo gauchesco, o saber fazer coisas, o conhecimento feito de experiência direta da vida rude e também transmitido através das gerações, por exemplo. Essa dimensão de continuidade, num mundo feito de fragmentos, provisoriamente, obsolescência programada, não tem um grande atrativo?

IHU On-Line – O senhor disse que a combinação de decadência com arrogância tem uma forma de se expressar própria do Rio Grande do Sul, a partir de suas raízes no mundo rural:

a bravata. O que caracteriza essa decadência?

Luís Augusto Fischer – O começo dessa minha percepção veio de um palpite do colega e amigo Homero Araújo³⁰. Uma vez, conversando sobre, se não me engano, o filme feito sobre o romance do Tabajara Ruas, *Netto perde sua alma*, ele disse que ali, como em outros escritores gaúchos (Sérgio Faraco³¹ era outro), o que sempre se tinha era um duelo. A ética do duelo, disse ele, era o negócio. Isso me ajudou a ver a presença da bravata como um traço muito recorrente entre nós – a bravata é um estilo e uma ética de quem duela: eu não vou te deixar dizer a última palavra, não importa nem se eu precisar morrer para garantir. Isso pode ser visto na bravata do nosso hino, “Sirvam nossas façanhas de modelo a toda a Terra” (que o Hique Gomez³² disse que deveria ser mudado para “Sirvam nossas modelos de façanha em toda a Terra”, pensando nas Giseles Bündchens e tal), assim como numa miríade de situações. De onde vem isso? Acho que se enraíza na luta (e na fantasia de luta) de fronteira, em que há um lá e um cá nítidos, e um dos dois pode morrer. Isso se perpetua em centenas de casos, que a gente conhece bem, como a lente grenalizada de ver o mundo, assim como na payada³³, em que dois

disputantes se xingam ou procuram se superar até o infinito – a payada, muito mais que o repente (acho eu, sem ser especialista nesses dois gêneros discursivos tão aparentados), é uma luta simbólica que tende ao agônico, quer dizer, mistura o gozo do jogo com o sofrimento da vítima. A decadência objetiva da estância tradicional como matriz social e/ou mental da classe dirigente (pensemos na família de Getúlio Vargas³⁴, por exemplo) não impede que o gesto de aceitar o desafio permaneça vivo e atuante.

Sempre lembro de uma historinha que me foi contada por um querido colega, já falecido, professor de Filosofia no Anchieta 30 e tantos anos atrás, João Carlos Barbosa, cuja família tinha esse passado. A historinha dava conta de um estancieiro rico, do que hoje chamamos Metade Sul – como era de esperar –, que um dia passou pela casa de um posteiro seu, um funcionário que vivia num dos limites extremos da grande propriedade, cuidando de tudo, inclusive dos limites. O peão naturalmente era reservado, e a conversa foi breve. Quando patrão ia saindo, o peão disse que tinha algo a dizer, e o patrão esperou, e o peão não sabia como dizer... Até que o estancieiro disse que o cara devia falar logo, e então o posteiro

³⁰ **Homero Araújo**: graduado em Letras pela UFRGS, mestre em Letras pela Universidade Federal Fluminense, doutor em Letras pela UFRGS, com estágio pós-doutoral na Sorbonne Nouvelle-Paris III. É professor da UFRGS. (Nota da **IHU On-Line**)

³¹ **Sérgio Faraco** (1940): escritor nascido em Alegrete (RS). Antes de estrear na literatura, viveu na União Soviética (1963-1965), quando estudou Ciências Sociais no Instituto Internacional de Ciências Sociais, em Moscou. No retorno ao Brasil, graduou-se em Direito. Desde a publicação de seu primeiro livro de contos, Sérgio Faraco tem recebido boa recepção da crítica literária. Tido como rigoroso com sua produção, Faraco publicou, nos primeiros 25 anos de atividade literária, uma média de dois contos por ano. Alguns de seus livros: *Idolatria* (1970), *Noite de matar um homem* (1986), *Doce paraíso* (1987), *A dama do Bar Nevada* (1987), *Majestic Hotel* (1991), *Contos completos* (1995), *Danças Tango em Porto Alegre* (1998), *Rondas de escárnio e loucura* (2000). (Nota da **IHU On-Line**)

³² **Hique Gomez** (1959): violinista, compositor e humorista nascido em Porto Alegre. Em 1984, formou dupla com Nico Nicolaiewsky e montaram a peça musical *Tangos & Tragédias*, um dos grandes sucessos do teatro do Rio Grande do Sul. (Nota da **IHU On-Line**)

³³ **Pajada ou Payada**: forma de poesia improvisada produzida na Argentina, no Uruguai, no sul do Brasil e no Chile (onde é conhecida por Paya). Assemelha-se a um repente em estrofes de dez versos, de redondilha maior e rima ABBAACCCDDC, interpretada com acompanhamento deviolão. É

praticada no sul da América desde uma época em que não havia muita clareza quanto ao traçado das fronteiras. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁴ **Getúlio Vargas** [**Getúlio Dornelles Vargas**] (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Recentemente a **IHU On-Line** publicou o Dossiê Vargas, por ocasião dos 60 anos da morte do ex-presidente, disponível em <http://bit.ly/1na0ZMX>. A **IHU On-Line** dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão – 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PU-C-RS, apresentou o **IHU Ideias** *Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos **Cadernos IHU Ideias**, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuon30>. Ainda a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação**, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuon01>. (Nota da **IHU On-Line**)

desembuchou: era um aviso para que o patrão não retornasse à sede da fazenda por um determinado caminho, que era o seu habitual. Mas por que, quis saber o patrão; e o posteiro remanchou um pouco, mas finalmente revelou: soube que haviam preparado uma tocaia contra o patrão. Ele corria então risco de vida, indo pelo tal caminho. Qual a reação do patrão? Ficou meio brabo com o seu funcionário e disse algo assim: “Mas e por que tu me contou isso? Agora é claro que eu tenho que ir por esse caminho, se não vai parecer que eu tenho medo”. E foi, e morreu. É uma bravata, numa situação extrema, com componentes trágicos admiráveis.

IHU On-Line – E a arrogância, o que explica ou sustenta esse traço dos gaúchos?

Luís Augusto Fischer – Costuma ser o oposto complementar do sentimento de inferioridade que também nos acompanha: ora achamos que ninguém gosta de nós, que não nos valorizam ou nos levam a sério, ora achamos que somos os melhores do mundo. Essa desmedida oscilante faz parte da nossa relação com o centro do Brasil.

IHU On-Line – O que há de arcaico e de contemporâneo no estado?

Luís Augusto Fischer – Puxa vida, muita coisa. Fico em duas coisas: o arcaico (positivo) de prestigiar a conversa e a leitura, como se pode ver pelo sucesso de eventos como o Fronteiras do Pensamento³⁵ e o Sa-

rau Elétrico³⁶, e o contemporâneo (negativo) de uma geração de políticos horríveis, igualzinha ao que se encontra em toda parte, com bancada evangélica capaz de sacrificar conquistas iluministas como a laicidade da escola em nome de divulgar a suposta palavra revelada, ou com políticos claramente regressivos como os dois citados acima.

IHU On-Line – De que maneira artistas, escritores e pesquisadores que atuam no Rio Grande do Sul se comportam em relação ao desânimo, à apatia e à crise que se verifica no estado?

Luís Augusto Fischer – Creio que estamos todos sem saber o que fazer, não apenas pelo que vemos aqui ou pelo que queremos mudar aqui no estado, mas porque nosso tempo atual é jogo duro – excesso de palavra para todo mundo, nas ditas redes, e falta de eco para as melhores coisas. Nosso momento histórico é claramente um ponto numa curva para baixo: no Brasil e no Ocidente em geral, desde a Segunda Guerra³⁷ (com exceção do

tempo da ditadura civil-militar entre 1964 e 1989) vínhamos vivendo uma onda ascensional de mais cidadania (mesmo durante a ditadura, a partir de meados dos anos 1970). Creio que é esta onda que agora está sendo revertida, ao menos temporariamente, com essas malas como o [Donald] Trump³⁸, o Temer, e em escala local o Sartori. Um alinhamento que nos leva para baixo em tantos sentidos. Vamos percebendo, sem muita novidade, que a força da cultura é fraca contra o mal, a covardia, a regressão no curto prazo. Nosso negócio é no longo prazo...

IHU On-Line – E a imprensa?

Luís Augusto Fischer – Fico realmente pasmo de não termos conseguido fazer publicações e veículos (até mesmo digitais) com eco, até agora. Como pode? O que nos falta, se sabemos que incontáveis amigos nossos gostariam muito de dispor de veículos assim? Será que estamos enganados? ■

Eixo (Alemanha, Itália e Japão). O líder alemão Adolf Hitler pretendia criar uma “nova ordem” na Europa, baseada nos princípios nazistas da superioridade alemã, na exclusão – eliminação física incluída – de minorias étnicas e religiosas, como judeus e ciganos, além de homossexuais, na supressão das liberdades e dos direitos individuais e na perseguição de ideologias liberais, socialistas e comunistas. Essa ideologia culminou com o Holocausto. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁸ **Donald Trump** (1946): Donald John Trump é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu o voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da **IHU On-Line**)

cultural que traz ao Brasil conferencistas internacionais para abordar a temática da contemporaneidade. Para democratizar o acesso ao conhecimento e revisitar as ideias dos conferencistas, os canais digitais do projeto oferecem centenas de vídeos – com legendas em português, espanhol e inglês –, além de artigos, notícias e entrevistas para refletir, comentar e compartilhar. Para saber mais, acesse o site do projeto em fronteiras.com. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁶ **Sarau Elétrico**: atividade cultural tradicional da cidade de Porto Alegre, que ocorre sempre no Bar Ocidente, no bairro Bom Fim, às terças-feiras, reunindo nomes do círculo cultural da capital gaúcha para discutir diversos temas. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁷ **Segunda Guerra Mundial**: conflito iniciado em 1939 e encerrado em 1945. Mais de 100 milhões de pessoas, entre militares e civis, morreram em decorrência de seus desdobramentos. Opôs os Aliados (Grã-Bretanha, Estados Unidos, China, França e União Soviética) às Potências do

³⁵ **Fronteiras do Pensamento**: é um projeto

Leia mais

Gauchismo – A tradição inventada e as disputas pela memória. Revista IHU On-Line, N. 493. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/493>.

Bravata é a mais legítima expressão do gaúcho. Entrevista especial com Luís Augusto Fischer. Disponível em <https://goo.gl/q7BDt4>.

Toda noção de supremacia é tradução da ignorância

Para Marcos Rolim, a cultura tradicionalista transforma a estupidez em virtude,

Vitor Necchi

Há processos e características do Rio Grande do Sul que remetem à obscuridade de tempos remotos, conforme o doutor em Sociologia Marcos Rolim. “O provincianismo é arcaico, assim como o machismo, a misoginia, o racismo e a homofobia. O desprezo pelos ideais republicanos e pela democracia, a facilidade com que o preconceito se transforma em paisagem; a opção pela mitologia e pelo dogmatismo em todas as frentes, à direita e à esquerda, isso também é arcaico”, descreve. Rolim amplia a análise: “O gosto pelas cerimônias e pelos discursos que nada dizem; a opção pela formalidade, pelos rituais e o desprezo pela ciência, tudo isso respira Idade Média”.

A crise se agrava porque a intolerância “passou a se reproduzir também pela ação de agentes do Estado, que tratam as garantias individuais como ameaças e que zombam dos direitos humanos, nos aproximam perigosamente da mentalidade fascista que é profundamente arcaica”.

Na política, o cenário é desalentador, tanto que nas últimas décadas o estado teve sua influência reduzida. “O motivo mais forte para esse resultado é que não produzimos novas gerações de políticos

especialmente capacitados, intelectual e moralmente”, afirma em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Conforme Rolim, há uma tradição cultural sustentada em uma série de mitos sobre o Rio Grande do Sul segundo a qual os gaúchos teriam façanhas a servir de modelo a toda a Terra. Esse imaginário estabelece uma espécie de “supremacia gaudéria”. Rolim especula que os gaúchos talvez tenham sido afetados por isso.

As ideologias, enfatiza, “se alimentam de dogmas e mitos que servem, exatamente, para proteger determinadas ideias da dura realidade”. No seu entendimento, “toda noção de supremacia entre grupos humanos, seja étnica, histórica, racial, política ou religiosa, é sempre uma tradução da ignorância”. A cultura tradicionalista que vige “transforma a estupidez em virtude”.

Marcos Rolim é doutor e mestre em Sociologia (UFRGS), especialista em Segurança Pública (Oxford), jornalista (UFMS) e membro do Centro Internacional para Promoção dos Direitos Humanos – CIPDH. Em 1999, recebeu o Prêmio Unesco em Direitos Humanos no Brasil.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O senhor escreveu em um artigo que talvez se tenha construído no Rio Grande do Sul uma subcultura em torno de uma ideia genérica de supremacia gaúcha. Como se traduz esta idealização de supremacia?

Marcos Rolim – Fiz referência a uma determinada tradição cultural construída em torno de uma série de mitos sobre o Rio Grande do Sul. Para essa tradição, nós, os gaúchos, teríamos façanhas a servir de exemplo a toda a Terra. Essa passagem do hino sul-rio-grandense parece

simbolizar o problema da construção de um imaginário popular que é mais forte que o bairrismo. Nesse imaginário, tudo no Rio Grande do Sul seria melhor; uma espécie de “supremacia gaudéria”. Talvez tenhamos todos sido afetados por isso, de uma forma ou de outra. Se

a hipótese for verdadeira, por certo teríamos aí uma contribuição destacada para o atraso e para a situação atual no estado onde as coisas não só não são melhores do que em outros lugares, mas, com muita frequência, claramente bem piores.

“As ideologias desprezam indicadores e diagnósticos.”

IHU On-Line – O que alimenta esta sensação de superioridade? E como ela é mantida, mesmo havendo uma série de indicadores e diagnósticos que não corroboram esta perspectiva?

Marcos Rolim – As ideologias desprezam indicadores e diagnósticos. Elas se alimentam de dogmas e mitos que servem, exatamente, para proteger determinadas ideias da dura realidade. Toda noção de supremacia entre grupos humanos, seja étnica, histórica, racial, política ou religiosa, é sempre uma tradução da ignorância. Onde há supremacistas, entretanto, a ignorância se perpetua, porque as chances de percebê-la diminuem.

IHU On-Line – A cultura tradicionalista que se formou no estado valoriza, de maneira geral, traços que poderiam ser chamados de rústicos, chulos e grosseiros. Isso não dá subsídios para que a identidade do gaúcho seja caricatural e machista?

Marcos Rolim – Por certo que sim. Trata-se de uma tradição que transforma a estupidez em virtude. O “espírito objetivo” do gauchismo se estrutura a partir de um universo profundamente hierárquico, masculino e misógino. Os valores dessa tradição legitimam a violência, apresentada sempre como uma

característica dos “homens de verdade”, aqueles que se impõem pela força, não pela inteligência. Não por acaso, essa é uma vertente cultural bastante intolerante e que reproduz com naturalidade a homofobia e o racismo.

IHU On-Line – A hipervalorização do que é local não transforma os limites do estado em muralhas, estabelecendo uma visão refratária ao que é de fora, à ampliação das perspectivas?

Marcos Rolim – Entendo que o nome disso é provincianismo. O Rio Grande do Sul é extremamente provinciano, outra marca do atraso de nossa cultura hegemônica. Não nos preocupamos com o que ocorre no resto do mundo, tampouco com o destino da América do Sul ou mesmo dos demais estados brasileiros. O espírito é o do verso de Marco Aurélio Campos¹: “Sou o pó que se levanta / sou terra, sangue, sou verso/ sou maior que a história grega/ eu sou gaúcho e me chega prá ser feliz no universo”. Nossa tragédia é a de sequer suspeitar o que perdemos ao repetir coisas do tipo.

IHU On-Line – O que há de arcaico e de contemporâneo no estado?

Marcos Rolim – O provincianismo é arcaico, assim como o machismo, a misoginia, o racismo e a homofobia. O desprezo pelos ideais republicanos e pela democracia, a facilidade com que o preconceito se transforma em paisagem; a opção pela mitologia e pelo dogmatismo em todas as frentes, à direita e à esquerda, isso também é arcaico. O gosto pelas cerimônias e pelos discursos que nada dizem; a opção pela formalidade, pelos rituais e o

desprezo pela ciência, tudo isso respira Idade Média. Sobretudo, penso que a intolerância que passou a se reproduzir também pela ação de agentes do Estado, que tratam as garantias individuais como ameaças e que zombam dos direitos humanos, nos aproximam perigosamente da mentalidade fascista que é profundamente arcaica.

Há eventos, programas, instituições e pessoas que expressam a contemporaneidade no Rio Grande do Sul. O Fronteiras do Pensamento, o Porto Alegre em Cena e a Fundação Iberê Camargo são contemporâneos. A Reforma Psiquiátrica, a Nau da Liberdade e a Parada Gaúcha do Orgulho Louco também. Nei Lisboa², Vitor Ramil³, Zorávia Bettiol⁴, Dione Martins

² **Nei Lisboa** (1959): cantor, compositor e escritor brasileiro nascido em Caxias do Sul (RS). Reside em Porto Alegre desde a infância. É irmão mais jovem – entre sete – de Luiz Eurico Tejera Lisboa, primeiro desaparecido político brasileiro cujo corpo pôde ser localizado, no final dos anos 1970. Tem 11 discos lançados ao longo de mais de três décadas, além de dois livros: uma coletânea de crônicas e um romance, este editado no Brasil e na França. Sua carreira inicia-se em 1979, com os espetáculos *Lado a lado* e *Deu pra ti anos 70*, em parceria constante com o guitarrista Augusto Licks. Gravou mais de 10 discos. O primeiro, *Pra viajar no cosmos não precisa gasolina*, é uma produção independente de 1983. As músicas de Nei participam da trilha de vários filmes da cinematografia gaúcha, como *Deu pra ti anos 70*, *Verdes anos* e *Houve uma vez dois verões*. Em *Meu tio matou um cara*, de Jorge Furtado, um dos principais temas é a canção *Pra te lembrar*, na interpretação de Caetano Veloso, música que também faz parte do CD *Relógios de Sol* – lançado em julho de 2003 pelo selo Antídoto. Em junho de 2015, grava ao vivo em Porto Alegre “Telas, tramas & trapaças do novo mundo”, com patrocínio do projeto Natura Musical. O CD chegou às lojas no último mês de novembro, com shows de lançamento em Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, entre outras cidades do sul do país, e segue sua trajetória neste ano de 2016. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Vitor Ramil** (1962): um músico, cantor, compositor e escritor brasileiro. Começou sua carreira artística ainda adolescente, no começo dos anos 80. Membro de uma família de músicos – com dois irmãos também cantores, Kleiton e Kledir, e um primo músico, Pery Souza – aos 18 anos de idade gravou seu primeiro disco *Estrela*, Estrela, com a presença de músicos e arranjadores que voltaria a encontrar em trabalhos futuros, como Egberto Gismonti, Wagner Tiso e Luis Avellar, além de participações das cantoras Zizi Possi e Tetê Espíndola. Neste período Zizi gravou algumas canções de Vitor, e Gal Costa deu sua versão para *Estrela*, Estrela no disco *Fantasia*. Seu último álbum foi lançado em 2013, com o título ‘Foi no Mês que Vem’. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Zorávia Bettiol** (1935): artista plástica, designer e arte-educadora nascida em Porto Alegre. Trabalha com artes gráficas, arte têxtil, pintura, murais, instalações e performances. Participou de 135 exposições individuais entre 1959 e 2014 na América do Sul, na Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Ministrou cursos de arte têxtil, design de joias, headress e instalações no Brasil e EUA. Suas obras estão em acervos dos principais museus do mundo como o Metropolitan Museum e o Brooklyn Museum, ambos de Nova Iorque; o Kunsthindustriemuseum, de Oslo e o Museum of Modern Art, de Kyoto. (Nota da **IHU On-Line**)

¹ **Marco Aurélio Campos** (1942-1997): poeta, músico e declamador nascido em Uruguaiana (RS). Integrou o grupo Os Teatinos, deixando registrado no disco *Telurismo* a sua interpretação para o poema de sua autoria intitulado *Eis o homem*. Gravou este e mais dez poemas no seu primeiro LP solo, *Poesia gaúchas*. (Nota da **IHU On-Line**)

(Xadalu)⁵, Jorge Furtado⁶, Esther Grossi⁷ e Eva Sopher⁸ são contem-

5 Dione Martins da Luz (Xadalu, 1985): nascido em Alegrete (RS), vive e trabalha em Porto Alegre. O personagem Xadalu surge pela primeira vez em 2004, como uma forma de manifestação artística, trazendo luz ao tema da destruição da cultura indígena, abordando essa e outras causas sociais e ambientais. Xadalu está presente em mais de 60 países, atingindo os quatro continentes, fazendo parte de um cenário mundial da arte urbana contemporânea, participando de exposições e diversos festivais de arte, com obras em acervos de museus do Rio Grande do Sul, sempre com foco na informação e conscientização dos temas abordados. Dione tem fortalecido sua relação com comunidades indígenas do estado do Rio Grande do Sul, sempre buscando formas de contribuição e apoio aos moradores das aldeias. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Jorge Furtado (1959): cineasta nascido em Porto Alegre, um dos fundadores da Casa de Cinema de Porto Alegre. Destacou-se inicialmente como autor de curtas-metragens, em especial *Ilha das flores* (1989), que ganhou vários prêmios internacionais. Diretor e roteirista de longas como *Houve uma vez dois verões* (2002), *O homem que copiava* (2003), *Meu tio matou um cara* (2005), *Saneamento básico, o filme* (2007), *O mercado de notícias* (2014), além de vários curtas-metragens premiados no Brasil e no exterior, como *O dia em que dorival encarou a guarda* (1986), *Barbosa* (1988), *Esta não é a sua vida* (1991), *Angelo anda sumido* (1997) e *O sanduiche* (2000). Roteirista e diretor do episódio *Estrada*, do longa-metragem *Felicidade é...* (1995). Para a TV Globo, dirigiu a série *Cena aberta* (2003), a minissérie *Luna caliente* (1998) e *História do amor* (2011), e escreveu dezenas de roteiros: *Agosto* (1993), *Memorial de Maria Moura* (1994), *A invenção do Brasil* (2000), além da série *Comédias da vida privada*, da qual também dirigiu o episódio *Anchietanos* (1997). Vários países já realizaram mostras e retrospectivas da obra de Furtado, entre eles, Hamburgo, Alemanha (1994), Rotterdam, Holanda (1995), Tóquio, Japão (1995), São Paulo, Brasil (1997), Santa Maria da Feira, Portugal (1998), Toulouse, França (2004), Paris, França (2005), Londres, Inglaterra, (2006), Lisboa, Portugal (2007) e Harvard, Estados Unidos (2008). (Nota **IHU On-Line**)

7 Esther Pillar Grossi (1936): educadora nascida em Santa Maria. Em 1955, foi para Porto Alegre, onde estudou Matemática, campo em que mais tarde fez mestrado e doutorado na Sorbonne, em Paris. Em 1970, com mais 49 professores de Porto Alegre, fundou o GEEMPA (Grupo de Estudos Sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação), tornando-se uma liderança na busca de soluções aos grandes problemas da escola pública brasileira. Como responsável pela área de pesquisa do GEEMPA, coordenou a realização de inúmeras pesquisas sobre questões do Ensino e da Aprendizagem, incluindo especialmente a construção de atividades didáticas que produzissem efeitos reais de rendimento escolar em alunos provenientes de famílias de classes populares. Foi professora alfabetizadora na vila Santo Operário, na periferia de Porto Alegre, em sua primeira experiência de aplicação da proposta baseada em novíssimas ideias sobre o aprender. Em abril de 1997, Esther coordenou, em Porto Alegre, o projeto "O prazer de ler e escrever de verdade", realizado pelas ONGs GEEMPA e THEMIS, com recursos do Ministério da Educação, e que objetivava a alfabetização de mil mulheres em três meses. Por sua proposta inovadora, a realização do projeto foi especialmente acompanhada pela Unesco e pelo Unicef. Foi secretária municipal de Educação de Porto Alegre de 1989 a 1992 e deputada federal pelo PT de 1995 a 2002, tendo atuado prioritariamente nas áreas da educação, da cultura e da ciência e tecnologia. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Eva Sopher (1923): nascida em Frankfurt am Main (Alemanha), é uma empreendedora cultural teuto-brasileira. Tornou-se conhecida por seu trabalho bem-sucedido na recuperação do Teatro São Pedro, um dos marcos mais importantes da cidade de Porto Alegre, após um longo período de decadência. De família de origem judaica, emigrou para o Brasil em 1936, em razão da perseguição nazista. Ligou-se ao grupo Pro Arte de Theodor Heuberger, no Rio de Janeiro, e depois se fixou em São Paulo, onde estudou arte, dese-

porâneos, assim como a Themis, o Nuances e a Frente por uma Nova Política Prisional. Eliane Brum⁹ e Michel Laub são contemporâneos e, talvez por isso, tenham saído do Rio Grande do Sul. Caio Fernando Abreu¹⁰, Sérgio Metz¹¹, Giba Giba¹², Moacyr Scliar¹³ e João Gil-

nho e escultura no Instituto Mackenzie. Em 1975, assumiu a direção do Teatro São Pedro, para gerenciar as obras de sua restauração, continuando a dirigi-lo depois de sua reabertura em 1984, ora como Presidente da Fundação Teatro São Pedro. (Nota da **IHU On-Line**)

9 Eliane Brum (1966): jornalista, escritora e documentarista nascida em Ijuí (RS). Ganhou mais de 40 prêmios nacionais e internacionais de reportagem. Trabalhou 11 anos como repórter do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, e 10 como repórter especial da Revista Época, em São Paulo. Desde 2010, atua como freelancer. De 2009 a 2013 manteve uma coluna no site da Revista Época, e desde outubro de 2013 no jornal El País. É autora do romance *Uma Duas* (LeYa), dos livros de reportagem *Coluna Prestes – O Avesta da Lenda* (Artes e Ofícios), *A vida que ninguém vê* (Arquipélago Editorial), ganhador do Prêmio Jabuti de Reportagem em 2007, e *O Olho da Rua* (Arquipélago Editorial), de *A Menina Quebrada* (Arquipélago Editorial, Prêmio Açorianos 2013), que reúne 64 de suas colunas escritas no site da revista Época, além de ter participado da compilação de reportagens especiais sobre os Médicos sem Fronteiras *Dignidade!*, que incluiu também autores como Mario Vargas Llosa. É codiretora de três documentários: *Uma História Severina*, *Gretchen Filme Estrada* e *Laerte-se*. (Nota da **IHU On-Line**)

10 Caio Fernando Abreu (1948- 1996): jornalista, dramaturgo e escritor nascido em Santiago (RS). Apontado como um dos expoentes de sua geração, a obra de Caio, escrita num estilo econômico e bem pessoal, fala de sexo, de medo, de morte e, principalmente, de angustiante solidão. Apresenta uma visão dramática do mundo moderno e é considerado um "fotógrafo da fragmentação contemporânea". Recebeu os prêmios Jabuti de Literatura por *Ovelhas Negras*, *Os Dragões não Conhecem o Paraíso* e *O Triângulo das Águas*. Publicou, entre outros títulos, *Morango mofado*, *Pequenas epifanias*, *O ovo apunhalado* e *Mel & girassóis*. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Luiz Sérgio Metz (1952-1996): jornalista e escritor nascido em Santo Ângelo (RS). Também foi letrista do grupo Tambo do Bando, Jacaré, como era conhecido, lançou em vida três livros: o compêndio de contos *O Primeiro* e *O Segundo Homem* (Martins Livreiro, 1981), a biografia *Aureliano de Figueiredo Pinto* (Tché, 1986) e o romance *Assim na Terra* (Artes & Ofícios, 1995 e Cosac Naify, 2013). Esse último, segundo Luís Augusto Fischer, é "uma das 10 mais importantes obras de ficção do Rio Grande do Sul de todos os tempos e certamente uma das 10 melhores coisas escritas no país na última década" – (Zero Hora, 29 de junho de 1996). Postumamente, teve publicado o volume *Terra adentro* (Arquipélago Editorial, 2006), relato de uma viagem a cavalo pelo interior do estado, ao lado dos amigos Pedro Luiz Osório e Tau Golin. (Nota da **IHU On-Line**)

12 Giba Giba (Gilberto Amaro do Nascimento, 1940-2014): cantor, compositor, percussionista e ativista cultural nascido em Pelotas (RS). Além de uma carreira de mais de 40 anos, foi ligado diretamente aos movimentos negros. Um dos fundadores e primeiro presidente da escola de samba Praiana. A Unidos do Fragata de Pelotas, em 2002, fez uma homenagem a ele com o enredo *No toque do tambor, Ogum mandou Giba Giba* aqui. (Nota da **IHU On-Line**)

13 Moacyr Scliar (1937-2011): escritor nascido em Porto Alegre. Formado em medicina, trabalhou como médico especialista em saúde pública e professor universitário. Sua prolífica obra consiste de contos, romances, ensaios e literatura infanto-juvenil. Também ficou conhecido por suas crônicas nos principais jornais do país. Sétimo ocupante da cadeira 31 da Academia Brasileira de Letras. Foi eleito em 31 de julho de 2003, na sucessão de Geraldo França de Lima, e recebido

berto Noll¹⁴ eram contemporâneos e morreram sem que os gaúchos se enlutassem. Os exemplos de perspectiva contemporânea existem e são muitos. O problema é que, entre nós, a contemporaneidade rema contra a correnteza.

“O provincianismo é arcaico, assim como o machismo, a misoginia, o racismo e a homofobia.”

IHU On-Line – Segurança e direitos humanos são áreas às quais o senhor se dedica. Por que o Rio Grande do Sul vive em permanente estado de insegurança?

Marcos Rolim – Vários fatores se combinam para esse resultado. Os mais importantes, me parece, estão vinculados ao papel desempenhado pelo encarceramento des-criterioso e em massa que praticamos – o que tem sido extremamente funcional para a formação, fortalecimento e ampliação de facções criminais – e à absoluta ausência de políticas sérias de Segurança, amparadas em diagnósticos com base científica, orientadas por evidências e por boas práticas e que apostem no papel que pode ser desempenhado pelo poder público e pela sociedade civil quanto à prevenção.

IHU On-Line – Por que os prósídios gaúchos estão entre os

em 22 de outubro de 2003 pelo acadêmico Carlos Nejar. (Nota da **IHU On-Line**)

14 João Gilberto Noll (1946-2017): escritor nascido em Porto Alegre. Venceu o Prêmio Jabuti por cinco vezes. Autor de, entre outros, *O Cego* e *a Dançarina* (1980), *A Fúria do Corpo* (1981), *Bando-leiros* (1985), *Rastros de Verão* (1986), *Hotel Atlântico* (1989), *O Quietão Animal da Esquina* (1991), *Harmada* (1993), *A Céu Aberto* (1996), *Berkeley em Bellagio* (2002), *Mínimos Múltiplos Comuns* (2003), *Lord* (2004) e *Solidão Continental* (2012). (Nota da **IHU On-Line**)

piores do país?

Marcos Rolim – Porque os governantes que já tivemos, todos eles, nunca trataram efetivamente de mudar esse quadro, um desleixo que, assinala-se, sempre foi amparado pela opinião pública. Assim, não devemos apenas responsabilizar os gestores pela inação, pela incúria e pela incompetência. O fato é que as condutas omissivas dos governantes foram a tradução política dos valores presentes no senso comum; no Rio Grande do Sul, mais que em outros estados.

IHU On-Line – No que tange aos direitos humanos, que pessoas são mais vulneráveis no Rio Grande do Sul em função das características próprias do estado e por qual razão?

Marcos Rolim – Não sei se as

pessoas são mais vulneráveis no Rio Grande do Sul às violações quando comparadas às realidades vividas nos demais estados. Desconheço, pelo menos, evidências que amparem essa conclusão. Podemos dizer, entretanto, que estamos mais vulneráveis hoje, no Rio Grande do Sul, do que no passado, o que expressa um grave retrocesso.

IHU On-Line – O senhor exerceu mandatos como vereador, deputado estadual e federal. Por que se afastou do universo político-partidário?

Marcos Rolim – Porque percebi que o partido no qual militei por mais de 20 anos havia se transformado em uma máquina burocrática e arrogante, conivente com práticas de corrupção, e vocacionada apenas para as disputas pelo poder. O PT em que eu militei deixou de existir

há muito. O que restou dele é uma caricatura cínica.

IHU On-Line – Há políticos gaúchos que tiveram projeção nacional ao longo da história republicana. Nos últimos anos, que peso o Rio Grande do Sul tem no cenário político brasileiro?

Marcos Rolim – Nas últimas décadas, o Rio Grande do Sul viu sua influência política ser reduzida. O motivo mais forte para esse resultado é que não produzimos novas gerações de políticos especialmente capacitados, intelectual e moralmente. Quando me dizem que políticos gaúchos como Eliseu Padilha e Darcísio Perondi seriam muito influentes no governo federal, fico pensando, inclusive, que, talvez, tenha sido melhor para o Brasil que tenhamos reduzido nossa influência. ■



IX Colóquio Internacional IHU

A Biopolítica como teorema da Bioética

17 e 18 de Outubro de 2017

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Unisinos | Campus São Leopoldo

Informações e inscrições em ihu.unisinos.br

Imprensa é a maior responsável pela manutenção da ideia de superioridade do gaúcho

Pedro Osório avalia que os sucessivos governos, por estimularem o tradicionalismo, ajudam a insuflar a arrogância própria do estado

Vitor Necchi

37

“**A** exaltação do gaúcho e suas façanhas insufla uma ideia de superioridade, procurando apagar as injustiças cometidas e a barbárie que nos caracterizou”, e “essa postura é estimulada pela imprensa, que é a maior responsável pela sua manutenção”, avalia o jornalista e professor Pedro Osório. No entanto, ela não age sozinha: “Teve e tem a contribuição decisiva do estado, sob cujas asas o tradicionalismo floresceu e se mantém prestigiado”.

Na construção da pretensa superioridade, parece que nada mais relevante existiu na formação identitária do gaúcho além da figura mítica do monarca das coxilhas. “Certamente a imprensa foi decisiva para que as demais contribuições fossem secundarizadas”, critica Osório em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. No seu entendimento, o jornalismo praticado no Rio Grande do Sul tem uma distinção regional: “Tendência para a infantilização e para a supremacia dos colonistas”. O principal grupo de comunicação do estado, destaca Osório, orgulha-se de contar com mais de cem colonistas. “A isso se soma o predomínio do noticiário espor-

tivo – leia-se futebol – sobre todos os outros assuntos chamados nas capas.”

O jornalista reconhece as diversas crises que o Rio Grande do Sul atravessa, como a de segurança, mas considera que “a crise efetiva manifesta no estado é gerada pela mediocridade e incompetência”. Ao tratar do governo Sartori, dispara: “A sua totalidade, sem exceções, uniu mediocridade e incompetência. Algo nunca visto. É um terreno fértil para a arrogância, a presunção e o autoritarismo”.

Pedro Luiz da Silveira Osório é jornalista (UFSM), mestre em Comunicação e Informação e doutor em Ciência Política (UFRGS). Leciona na Unisinos. Presidiu a Fundação Piratini (2011-2014) e a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (2012-2014). Foi secretário de Comunicação de Porto Alegre (1993-1996). Trabalhou nos jornais O Interior, Gazeta Mercantil, Diário do Sul, na Companhia Jornalística Caldas Júnior e na revista **IHU On-Line**. Integrou a Comissão Nacional de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj. É dirigente do Sindicato dos Jornalistas do RS.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Entre as medidas que o governo de José Ivo Sartori elaborou para combater a crise financeira do estado, está a extinção de fundações, entre elas a Piratini (TVE e FM Cultura), que o senhor já pre-

sidiu. Qual sua análise dessa proposta, em particular no que tange às emissoras públicas?

Pedro Osório – É notória e conhecida a inépcia do governador para governar. Sabidamente, ele não tinha um plano de governo,

não sabia o que fazer com o estado. Isso ficou mais do que evidente nos debates eleitorais e é fato admitido pelos quadros históricos do PMDB. Quando ele passou para o segundo turno das eleições, um arremedo de plano foi montado às pressas, em

um final de semana. Quem conhece os bastidores da disputa sabe disso. Sem propostas e ideias para governar, Sartori¹ passa a administrar o estado – palavras dele – como quem administra o orçamento familiar, cortando despesas. Mas o corte, obviamente, atinge predominantemente os membros mais pobres da “família”, agravando a situação social e econômica e, também obviamente, não constitui uma política pública. Incapaz de propor alternativas, seu governo buscou reforço no ideário neoliberal e nas ideias políticas conservadoras que o justificam. Daí que a ideia de extinguir as fundações segue uma lógica exacerbada de implantar um estado mínimo, mas Sartori não consegue justificá-la. Simples, escandalosa e inacreditavelmente porque ele não conhece nem compreende a estrutura estatal, seus propósitos, sua complexidade e possibilidades. O professor Cláudio Accurso, decano dos economistas do estado e originário do antigo MDB, indagou pessoalmente ao governador quais as razões das extinções e – como declarou publicamente – não obteve resposta. Disso concluiu que “o Palácio Piratini está deserto”.

O desejo de extinguir a Fundação Piratini enquadra-se nessa lógica, com especificidades muito próprias. Justificou a extinção sob a ótica da economia, desconhecendo que os custos das fundações pouco afetam o orçamento estadual. Enfrentou e enfrenta um extraordinário desgaste no meio cultural, comunitário, acadêmico, na sociedade. Não se tomou conhecimento de uma só manifestação apoiando a extinção, salvo de alguns apoiadores do governo, todos da área política. E salvo – note-se

– da mídia hegemônica. Em contrapartida, foram e são incontáveis as manifestações de apoio à TVE e à FM Cultura, veiculadas em todos os meios, plataformas e eventos. Por que o governo persiste? Porque as emissoras detêm um valor simbólico extraordinário e são reconhecidas pela comunidade rio-grandense como um patrimônio cultural, social e político. Como presidente da fundação, percorri os 40 municípios onde há retransmissoras da TVE e fui recebido calorosamente nas prefeituras municipais dirigidas por quaisquer partidos, nas associações culturais, comunitárias, universidades, sindicatos, grupos musicais. Busquei parcerias e, especialmente, levei informações sobre as políticas estadual e nacional para a produção audiovisual independente, estimulando a produção local e regional. Do mesmo modo agimos na capital e na Região Metropolitana.

Não vou discorrer aqui sobre as realizações da gestão que presidi, sobre as possibilidades das políticas audiovisuais então praticadas em âmbito regional e nacional. O que desejo destacar é que a TVE representa para as comunidades gaúchas, suas regiões e seus diversos grupos sociais, provavelmente a única possibilidade de elas contarem suas histórias, firmarem suas identidades, se reconhecerem e se posicionarem frente aos fatos do mundo, de receberem um tratamento noticioso compreensivo e respeitoso. A título de exemplo, lembro do prefeito de um município da região colonial que, referindo-se orgulhosamente ao extraordinário e histórico envolvimento da comunidade em um festival local, cuja organização e dedicação independia do partido que estivesse na prefeitura, queixava-se da postura das emissoras privadas de televisão: “Elas vêm aqui, cobram uma fortuna pela cobertura e nos reduzem todos a comedores de cuca e de linguiça!”. Esse sentimento de impotência frente aos interesses e propósitos da mídia, essa percepção de que a mídia privada raramente percebe e reflete a vida comunitária, seus méritos, nuances e efetivos inte-

resses – isso espalha-se pelo estado e se manifesta em todas as suas regiões. Grupos musicais, teatrais, literários, religiosos, esportivos, políticos, educacionais, organizações da sociedade civil que atuam nas mais diversas áreas, anseiam por um espaço midiático para além dos limites locais, de modo que possam projetar suas inquietações e indagações, suas angústias e propostas, suas visões de mundo. Um espaço cujos critérios de atenção não estejam condicionados basicamente pelo lucro, ou pela abertura para determinados interesses privados, ou restritos a grupos de poder ligados àqueles. Que não permitam o cultivo da intolerância e da visão única do mundo.

Daí porque a mídia privada hegemônica aplaudiu – ainda que tenha aceito a divergência de alguns dos seus colonistas – a ideia de extinguir a Fundação Piratini. A TVE e a FM Cultura representam o oposto das suas práticas e, horror dos horrores, custeadas basicamente com dinheiro público. Elas podem limitar os seus poderes, sua área de influência, podem disseminar novas percepções, abordagens; podem levar às comunidades o debate sobre, por exemplo, as políticas públicas de comunicação e os critérios de concessões das outorgas de rádio e tv. Podem alertar sobre o monopólio midiático. Podem produzir um jornalismo que atenda ao contexto e à diversidade de opiniões, estabelecendo nexos que não são aparentes entre fatos e gerando conhecimento. Podem demonstrar que existe algo para além da indústria cultural. Podem valorizar a política e a participação. Por essas, entre muitas outras razões, a radiodifusão pública é combatida, e no Rio Grande o foi desde os seus primórdios, como atestam pesquisas sobre o tema. A mídia hegemônica nunca tivera coragem, no passado, de reivindicar o fechamento das emissoras, mas sempre trabalhou para mantê-las sufocadas. A Fundação Piratini cresceu na pobreza. Mesmo assim, o extraordinário prestígio que obteve e seus inúmeros prêmios demonstram que, malgrado suas enormes dificuldades e suas oscilações editoriais e

¹ **José Ivo Sartori** (1948): é professor de filosofia e político nascido em Farroupilha (RS). Filiado ao PMDB. Exerceu cinco mandatos consecutivos como deputado estadual e presidiu a Assembleia Legislativa entre 1998 a 1999. Durante o governo de Pedro Simon, foi secretário estadual do Trabalho e Bem-Estar Social entre 1987 a 1988. Concorreu, sem sucesso, ao cargo de prefeito de Caxias do Sul em 1992 e 2000. Em 2002, elegeu-se deputado federal com quase cem mil votos. Em 2004, elegeu-se prefeito de Caxias do Sul no segundo turno, com 52,4% dos votos. Quatro anos depois, reelegeu-se no primeiro turno com 54,3% dos votos. Em outubro de 2014, elegeu-se governador do Rio Grande do Sul, com 61,2% dos votos, sendo empossado em 1º de janeiro de 2015. (Nota da **IHU On-Line**)

administrativas, vinha cumprindo suas finalidades.

A rigor, em apenas duas ocasiões recebeu investimentos significativos: na gestão de José Roberto Garcez, sob o governo de Olívio Dutra² (1999-2002), e na gestão que presidi, sob o governo de Tarso Genro³ (2011-2014). Ambos, como se sabe, governos do PT. Na gestão do Garcez, foram adquiridos equipamentos transmissores da última versão analógica, que deixariam as emissoras em condições superiores às emissoras privadas, no aspecto tecnológico. Parte deles não chegou a ser instalada pelos gestores que o sucederam, sob os governos de Germano Rigotto⁴ (2003-2006) e de Yeda Crusius⁵ (2007-2011). Tamanha foi a desatenção deles para com a fundação que o novo transmissor da TVE passou oito anos à espera da instalação, tendo sido finalmente instalado sob a minha gestão. Além do descaso,

os dirigentes da gestão Rigotto destruíram a rede de rádios que a FM Cultura montara e expandia, com a instalação de antenas receptoras em várias emissoras do interior, que transmitiam alguns dos seus programas. É fato reconhecido e narrado por servidores da fundação, aos quais coube visitar as rádios e retirar as antenas, sob o protesto dos concessionários das referidas emissoras. Muitas dessas antenas ainda estavam abandonadas no pátio da fundação, quando assumi a presidência. Aquela rede de rádios, ainda timidamente, começava a concorrer com a rede Gaúcha SAT, liderada pela Rádio Gaúcha, do Grupo RBS.

Sob o comando dos gestores do governo de Yeda Crusius, foram destinados à fundação apenas R\$ 500 mil. Sem manutenção e renovação dos equipamentos, em 2011 as emissoras estavam praticamente parando. Seja pelos equipamentos, todos já também ultrapassados devido ao advento da digitalização, seja pela falta de pessoal e de investimentos em todas as áreas. Havia apenas dois repórteres. Das 40 retransmissoras, apenas três funcionavam. Praticamente não havia carros, nem motoristas. Nem ar-condicionado. Nem internet. Para retirar a fundação daquele abandono deliberado, investimos R\$ 14 milhões de reais, com a aquisição de equipamentos de captação, edição, transmissão e irradiação para as duas emissoras. No caso da TV, havia um prazo nacional para a sua digitalização, que cumprimos. Foi feito um concurso para o quadro de pessoal. Mudanças administrativas e editoriais foram implementadas. As instalações foram reformadas, incluindo estúdios. As retransmissoras foram recuperadas e mais 20 delas estavam em via de serem liberadas pelo Ministério das Comunicações, reivindicadas que foram.

A TVE, que com suas 40 retransmissoras já era a segunda maior rede de TV aberta do estado, preparava-se para avançar. Nova rede de rádios estava sendo implantada. Sua programação foi aperfeiçoada, com a inclusão de programas abor-

dando questões como a negritude, o regionalismo, a crítica da mídia, o debate das políticas públicas. A cultura, via jornalismo cultural, recebeu uma abordagem antropológica, superando a mera prestação de serviços e resenhas. É compreensível que a mídia privada deseje livrar-se do convívio com emissoras com programações assemelhadas. Por isso considero trágica a possibilidade de extinção. Além do que já mencionei, deve-se também considerar o acervo extraordinário mantido pela TVE. Aliás, os arquivos mantidos pelas emissoras privadas são limitadíssimos, mesmo nas mais poderosas.

Percebendo isso, somado à importância que a sociedade atribui às duas emissoras, o discurso do governo mudou. Passou-se a afirmar que a extinção ocorrerá, mas as emissoras serão mantidas. Uma vez extinta a fundação, as outorgas dos canais, que a ela estão vinculadas, retornam automaticamente ao Ministério das Comunicações. Então será preciso fazer um movimento de transferência das outorgas para o governo do estado. Em tempos normais, isso exigiria uma engenharia jurídica, administrativa e política considerável. Hoje, nestes tempos, tudo é possível, podendo ocorrer um canetaço. Ainda que permaneçam operando, sem o quadro de pessoal (que será extinto com a fundação), a TVE e a FM Cultura tenderão a ser usadas como alto-falantes do governo. Provavelmente a rede de retransmissoras não será digitalizada e as outorgas serão extintas, por força de lei. O alcance da TVE ficará limitado à Região Metropolitana. A mídia hegemônica ficará muito feliz, os grupos conservadores que a apoiam, também. Estando felizes a mídia e os conservadores, Sartori ficará felicíssimo. Quanto ao povo, bem, esse terá aprendido que a radiodifusão pública é coisa de país atrasado.

IHU On-Line – Vige no estado uma ideia de superioridade, como se os gaúchos fossem melhor do que os outros brasi-

² **Olívio Dutra** (1941): sindicalista e político nascido em Bossoroca (RS). Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, ministro das Cidades. Formado em Letras, Olívio foi funcionário concursado do Banrisul, a partir de 1961. Nesta condição, começou a militar no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e chegou à presidência da entidade em 1975. Comandou a greve geral do funcionalismo público de setembro de 1979, motivo pelo qual foi preso durante a ditadura militar e perdeu seu mandato sindical. Foi presidente do PT de 1980 à 1986. (Nota da IHU On-Line)

³ **Tarso Genro** (1947): advogado, jornalista e político nascido em São Borja (RS). Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi duas vezes prefeito de Porto Alegre, ministro da Educação, das Relações Institucionais e da Justiça durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 3 de outubro de 2010, elegeu-se governador do Rio Grande do Sul no primeiro turno, com mais de 54% dos votos válidos. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Germano Antônio Rigotto** (1949): é um médico odontologista, advogado e político brasileiro filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi o 35º Governador do Estado do Rio Grande do Sul, cargo que ocupou entre 2003 e 2006. Além disso, foi deputado estadual e federal, por 2 e 3 mandatos consecutivos, respectivamente. (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Yeda Rorato Crusius** (1944): é uma economista e política brasileira. Foi governadora do Estado do Rio Grande do Sul entre 2007 e 2011, sendo filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Entre janeiro e maio de 1993, durante o governo de Itamar Franco, ocupou o cargo de Ministra do Planejamento. Um ano depois da renúncia como ministra, foi eleita deputada federal pelo Rio Grande do Sul, sendo reeleita em 1998 e 2002 - período em que lançou-se por duas vezes candidata a prefeita de Porto Alegre, em 1996 e 2000, ambas sem sucesso. Como governadora, zerou o déficit do Estado e foi alvo de críticas por sua conduta no chamado Escândalo do DETRAN. Nas eleições de 2010, quando tentava a reeleição, chegou ao final do pleito na terceira colocação. Nas eleições de 2014, candidatou-se a deputada federal, classificando-se na primeira suplência. Em janeiro de 2017, com a renúncia de Nelson Marchezan Júnior, que assume a Prefeitura de Porto Alegre, Yeda retornou à Câmara dos Deputados após uma década. (Nota da IHU On-Line)

leiros. A imprensa local insufla este fenômeno?

Pedro Osório – Sim, mas não só ela. Se considerarmos que até instituições universitárias costumam encerrar seus eventos cantando o Hino Rio-grandense... A ideia da superioridade gaúcha tem sabidamente origens complexas e reais, que vêm do Tratado de Tordesilhas⁶, de um território posteriormente conquistado com fronteiras definidas e defendidas a ferro e fogo durante séculos. Vivemos episódios de heroísmo e resistência, por certo. Abrangem, por exemplo, a Revolução Farroupilha⁷. Ela decorreu do desprestígio regional evidenciado pela decisão imperial de adquirir charque uruguaio, mais barato, para favorecer a oligarquia paulista na manutenção dos seus escravos. Essa revolução esconde, até hoje, o massacre de Porongos⁸, quando o Corpo de Lanceiros Negros⁹ foi de-

sarmado pelos chefes farroupilhas e massacrado pelas tropas imperiais. Foi uma condição imposta pelo Império para aceitar a paz e indenizar os líderes farrapos. Os negros, que lutavam pela promessa de liberdade, precisavam ser aniquilados, pois o Império temia que a libertação deles reforçasse o movimento abolicionista. As indenizações pagas pelo Império geraram desentendimentos e ódios entre os líderes farrapos e seus descendentes que, matizados por concepções políticas outras, explodiram na Revolução Federalista¹⁰, a chamada Revolução da Degola. Nela ocorreram castrações, saques, degolas, estupros. Fatos que desconhecemos ou dos quais não queremos lembrar.

Creio que bastam essas evocações para compreender como a exaltação do gaúcho e suas façanhas insufla uma ideia de superioridade, procurando apagar as injustiças cometidas e a barbárie que nos caracterizou. Passamos a exaltar “nossas façanhas” heroicas e a disseminar a ideia de igualdade entre patrões e peões, consagrada pelo Movimento Tradicionalista. Daí para cantarmos nos estádios “Eu sou gaúcho com muito orgulho...” é um passo. E essa postura é estimulada pela imprensa, que é a maior responsável pela sua manutenção. Salvo raras exceções, ela não contribui para o debate sobre uma identidade alternativa, que não se apoie na figura do monarca das coxilhas e na exaltação de supostas qualidades dele decorrentes. Mas ela não age sozinha. Teve e tem a contribuição decisiva

do Estado, sob cujas asas o tradicionalismo floresceu e se mantém prestigiado. Como se, além do idealizado “monarca”, nada mais relevante tenha existido na origem da nossa formação identitária. Certamente a imprensa foi decisiva para que as demais contribuições fossem secundarizadas, como é o caso dos colonos em suas múltiplas origens, ou aniquiladas, como no caso dos povos originais, dos negros, do gaúcho a pé, entre outros.

Além da postura acrítica da mídia, sua ação amplia-se nas características da indústria cultural. Assim, ambas naturalizam um cancionário regional que, salvo exceções, exaustiva e incansavelmente repete bordões que reificam os traços da suposta superioridade gaúcha. Daí que, com uma assombrosa arrogância, também reivindicamos “sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”, como está no hino. Como se pode, em sua consciência, sustentar tamanha pretensão? Em muito boa medida pela ação da imprensa, ao impedir que nos reconheçamos como um povo no mundo, que reconheçamos o outro. Pois, afinal, a importância de ser gaúcho está acima de tudo. A começar pelo outro.

IHU On-Line – Se comparado com o restante do país, como pode ser avaliado o jornalismo praticado no Rio Grande do Sul?

Pedro Osório – Em linhas gerais, o jornalismo aqui praticado está aprisionado pelo ideário neoliberal e a serviço dele. Como, também em linhas gerais, ocorre no país. Igualmente, aqui também o contraditório inexistente. Entretanto, creio haver componentes regionais que o distinguem: uma tendência para a infantilização e para a supremacia dos colonistas. No caso do jornal Zero Hora, especificamente, por vezes encontramos páginas que mais parecem murais destinados a chamar a atenção de alunos do ensino fundamental inicial. Ainda

⁶ **Tratado de Tordesilhas**: assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 7 de Junho de 1494, foi um tratado celebrado entre o Reino de Portugal e o recém-formado Reino da Espanha para dividir as terras “descobertas e por descobrir” por ambas as Coroas fora da Europa. Este tratado surgiu na sequência da contestação portuguesa às pretensões da Coroa espanhola resultantes da viagem de Cristóvão Colombo, que ano e meio antes chegara ao chamado Novo Mundo, reclamando-o oficialmente para Isabel a Católica. O tratado definia como linha de demarcação o meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde. Esta linha estava situada a meio-caminho entre estas ilhas (então portuguesas) e as ilhas das Caraíbas descobertas por Colombo, no tratado referidas como “Cipango” e Antília. Os territórios a leste deste meridiano pertenceriam a Portugal e os territórios a oeste, à Espanha. O tratado foi ratificado pela Espanha a 2 de Julho e por Portugal a 5 de Setembro de 1494. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Revolução Farroupilha**: também conhecida como Guerra dos Farrapos. Conflito separatista ocorrido entre 1835 e 1845 na então Província do Rio Grande do Sul, alcançando a região de Santa Catarina, na região Sul do Brasil. A época do período regencial brasileiro, o termo farrapo era pejorativamente imputado aos liberais pelos conservadores (chimangos) e com o tempo adquiriu uma significação elogiosa, sendo adotado com orgulho pelos revolucionários, de forma semelhante à que ocorreu com os sans-culottes à época da Revolução Francesa. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Batalha de Porongos ou Traição dos Porongos**: foi o último confronto da Revolução Farroupilha. Persistem suspeitas que teria sido uma batalha combinada entre o general farroupilha David Canabarro e o exército imperial. Resultou no massacre do Corpo de Lanceiros Negros de Teixeira Nunes, que estavam acampados na curva do arroio Porongos, no atual município de Pinheiro Machado quando foram atacados pelos imperiais. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ **Lanceiros Negros**: é o nome dado a dois corpos de lanceiros constituídos, basicamente, de negros livres ou de libertos pela República Rio-grandense que lutaram na Revolução Farroupilha. Possuíam 8 companhias de 51 homens cada, totalizando 426 lanceiros. Tornou-se célebre o 1.º Corpo de Lanceiros Negros organizado e instruí-

do, inicialmente, pelo coronel Joaquim Pedro, antigo capitão do Exército Imperial, que participara da Guerra Peninsular e se destacara nas guerras platinas. Ajudou, nesta tarefa, o major Joaquim Teixeira Nunes, veterano e com ação destacada na Guerra Cisplatina. Este bravo, à frente deste Corpo de Lanceiros Negros, libertos, prestaria relevantes serviços militares à República Rio-Grandense. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **Revolução Federalista** (1893-1895): conflito ocorrido nos três estados do sul do Brasil após a Proclamação da República, devido à instabilidade política gerada pelos federalistas. Eles pretendiam acabar com o poder de Júlio de Castilhos, então presidente do Rio Grande do Sul, e conquistar mais autonomia do estado em relação ao poder da recém proclamada República. Os seguidores de Castilhos saíram vencedores. Uma das marcas do conflito foi a prática da degola. (Nota da **IHU On-Line**)

que as transformações no jornalismo estejam apontando alterações no conceito de notícia e recomendando o uso de determinados apelos editoriais inéditos, há exageros que já vêm se tornando uma marca da publicação, como o uso de trocadilhos. É uma prática assumida. Quanto aos colunistas, a RBS – principal grupo sulino – orgulha-se de contar com mais de cem. Muitos são jornalistas da empresa, reforçando no jornalismo diário um “achismo” típico do senso comum e beira a irresponsabilidade, quando não a ultrapassa. Tais características não são exclusivas do jornalismo rio-grandense, mas considero que aqui elas beiram o paroxismo. A isso se soma o predomínio do noticiário esportivo – leia-se futebol – sobre todos os outros assuntos chamados nas capas. Estas observações – infantilização, predomínio da opinião e do futebol – se aplicam ao jornalismo de todos os veículos, praticamente.

IHU On-Line – Há alguns anos, circulava pela internet uma relação de manchetes sobre o fim do mundo. Um veículo focado em economia anunciaria que a destruição do planeta quebrou a bolsa de valores. Um jornal gaúcho informaria que o Rio Grande acabou. O que esta brincadeira sugere sobre os critérios de noticiabilidade adotados pela imprensa gaúcha no que se refere a fatos e personagens ligados ao estado?

Pedro Osório – Como se sabe, o humor pode conter algumas facetas do conhecimento. A manchete, para além de brincar com o gauchismo exacerbado, também indica convivência com uma imprensa focada nos limites da região, que reflete e produz um ambiente autocentrado. Por outro lado, os critérios de noticiabilidade que, especialmente em determinado período, orientaram fortemente a construção das notícias em torno de fontes ou referências gaúchas, expressaram uma visão de mercado. Foi uma reação à oferta do

noticiário internacional ou de outras regiões, oferecido pelos grandes portais, gerando, em parte, a dispersão da audiência. Tais notícias tendiam a sobrepujar os fatos próximos aos leitores. O mercado voltou-se, então, a buscar fatos noticiosos nos quais a figura do gaúcho estivesse presente, nos quais ela pudesse ser incluída. Foi uma manobra mercadológica para manter a fidelidade do público e de ocupar um espaço editorial. Mas os marqueteiros perderam a medida dessa ação, que descambou para o ridículo e ainda reverbera.

IHU On-Line – A imprensa gaúcha é bairrista, provinciana?

Pedro Osório – Creio que sim. Aliás, o esforço de marketing referido na resposta anterior fortaleceu o bairrismo de tal modo que, cabe lembrar, gerou uma publicação de humor chamada “O bairrista”, que se divertia apresentando o gaúcho e o Rio Grande como o centro do mundo. Noticiava, por exemplo, que Obama¹¹ ligara para Fortunati¹² pedindo dicas para ser reeleito... A publicação tornou-se muito popular e crescia. Foi adquirida pela RBS e desapareceu nas suas entranhas corporativas. Esse perfil bairrista contribui, em boa medida, para reforçar o traço provinciano, a incapacidade de colocar-se no mundo e de levar seus leitores à reflexão sobre as mudanças e tendências globais. Essa limitação é vencida, em parte, em alguns cadernos culturais ou voltados para as reportagens. No caso das tevês, rádios e portais noticiosos, a mentalidade provinciana é soberana. Mas é justo dizer que a imprensa gaúcha não está só: a imprensa brasileira é provinciana, ressaltados dois ou três grandes jornais. Refiro-me à mídia hegemônica.

¹¹ **Barack Obama [Barack Hussein Obama II]** (1961): advogado e político estadunidense. Foi o 44º presidente dos Estados Unidos, tendo governado o país entre 2009 e 2017. (Nota da IHU On-Line)

¹² **José Fortunati** (1955): bancário e político nascido em Flores da Cunha (RS). Foi prefeito de Porto Alegre entre 2010 e 2016. (Nota da IHU On-Line)

“O perfil bairrista contribui, em boa medida, para reforçar o traço provinciano, a incapacidade de colocar-se no mundo.”

IHU On-Line – Alguns dos principais comentaristas e colunistas da imprensa gaúcha são ligados ao futebol. Nas últimas décadas, poucos nomes se destacaram em áreas como política e economia. Este cenário deve-se ao perfil do público ou tem mais a ver com a proposta editorial das empresas de comunicação?

Pedro Osório – Em 1991, o jornalista e historiador Tau Golin¹³ publicou um interessante artigo sobre este assunto na revista *Porto&Vírgula*, da qual eu era o jornalista responsável, editada pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. Intitulado *Hegemonia da “Escola do Futebol”*, o texto chamava a atenção para o uso recorrente na imprensa de analogias futebolísticas aplicadas à política e à cultura, por exemplo. Sugeriu que a comunicação rio-grandense estava prisioneira de um modelo cujas normas fundamentais eram dadas pelo “universo do futebol”, marcado pela passionalidade, por vezes por um ódio irracional ou pelo orgulho arri-vista triunfal, pela ausência de uma cultura reflexiva, pela simploriedade, pela obsessão por resultados imediatos. Segundo o autor, apenas uma minoria de jornalistas e comunicadores esforçava-se para distinguir as particularidades componentes

¹³ **Tau Golin**: historiador e jornalista. Doutor em História (UFRGS), com estágio pós-doutoral na Universidade de Lisboa. Professor da Universidade de Passo Fundo. (Nota da IHU On-Line)

de uma totalidade e então apreendê-la. Escrevia ele que “a notícia fica refém de uma técnica que não permite a universalização a partir dos desdobramentos do fenômeno abordado ‘em si’, o fato corre sempre o risco de ser episódico, conclusivo e finalista (como o gol)”. De modo predominante, fosse o assunto “energia nuclear, direitos humanos, cirurgia plástica”, as mediações tendiam para exemplos buscados no “mundo do jogo” e especialmente para conduzir a entrevista sob a sua lógica – tal como o entrevistador a entendia. Essa “escola” tornou-se hegemônica, sustentada por “apresentadores, articulistas, comentaristas, editores, redatores, repórteres” – todos advindos da “escola do futebol”, cuja mentalidade predominava.

Penso que as considerações formuladas por Tau Golin continuam válidas, sendo que nas últimas décadas a hegemonia da “escola do futebol” ampliou-se. São muitos os exemplos de jornalistas e radialistas esportivos que conduzem programas ou entrevistas de outras áreas, da música à política. E suas intervenções, de modo geral, tornaram-se ainda mais superficiais e inadequadas. Refletem as características contemporâneas do cenário futebolístico, agora dominado totalmente pela lógica do mercado, sendo que o sucesso depende basicamente da realização de bons negócios. O predomínio dessa opção neoliberal vai reforçar as decisões das empresas de comunicação na modelagem das suas editorias e programas. Assim, caminhamos para a infantilização e o colunismo mencionados anteriormente, com forte reflexo na retração de materiais reflexivos em todas as áreas. Não há, por exemplo, um editor ou editora de política ou economia capaz de explicar as suas áreas de trabalho à luz da nossa história política ou econômica e daí inferir e interpretar efetivamente o que nelas ocorre ou poderá ocorrer. Diversamente do que deveria ser, não é possível compreender o que se passa nessas áreas e posicio-

nar-se frente a elas se limitarmos as nossas fontes de informação ao noticiário dos principais meios de comunicação. Ele é raso, descontextualizado e tendencioso. Falta-lhes cultura – e ser culto é uma condição da profissão jornalística.

“O jornalismo aqui praticado está aprisionado pelo ideário neoliberal e a serviço dele.”

IHU On-Line – Durante décadas, a partir do final do século 19 até o final dos anos 1970, a Caldas Júnior dominava a comunicação do estado. Com a debacle da companhia, a RBS assumiu a liderança do mercado. A prevalência de uma empresa gera que efeito para o jornalismo?

Pedro Osório – É extraordinariamente danosa. Impõe um determinado modo de fazer jornalismo, com características, algumas delas, aqui mencionadas. Esse modelo espalha-se pelo estado e torna-se referência no jornalismo interiorano, potencializando seus danos e naturalizando práticas equivocadas ou discutíveis, ou inadequadas para determinadas regiões. Por outro lado, sua prevalência reduz, em proporções igualmente extraordinárias, o mercado de trabalho. São vários os jornais do interior que encerraram suas atividades com a abertura de jornais locais de propriedade da RBS. No âmbito do rádio, as vagas também vão sendo eliminadas com a vigência de uma rede dirigida pela Rádio Gaúcha, principal emissora do grupo. As rádios de mais de cem municípios transmitem os noticiários da emissora sediada em Porto Alegre. Desse modo, o jornalismo radiofônico local praticamente desaparece,

sendo substituído por programas de comentaristas que em tudo lembram os programas da capital. Na soma de tudo, consolida-se o discurso único.

IHU On-Line – Para além da crise econômica, que outras crises o senhor identifica no estado?

Pedro Osório – Obviamente há uma crise na área de segurança. Inédita, assustadora. Os números revelam isso. Há também dificuldades em outras áreas, que contribuem para o seu agravamento. Mas considero que a crise efetiva manifesta no estado é gerada pela mediocridade e incompetência. Tivemos dirigentes, em alguns casos, mais ou menos medíocres, mais ou menos incompetentes. Independentemente da linha adotada pelos seus governos, eles sempre estiveram apoiados por quadros de razoável competência nesta ou naquela área e próximos de medíocres sem grande relevância. No caso do governo Sartori, a sua totalidade, sem exceções, uniu mediocridade e incompetência. Algo nunca visto. É um terreno fértil para a arrogância, a presunção e o autoritarismo.

IHU On-Line – De que maneira a imprensa se comporta em relação a esse contexto de crise?

Pedro Osório – O governo é apoiado pela mídia hegemônica, que se refere aos crescentes problemas do estado sem creditá-los aos dirigentes atuais, praticamente os desresponsabilizando. De modo geral, as dificuldades são apresentadas como preexistentes, o que muitas vezes é verdade, mas creditadas aos governos anteriores. Especialmente o último. Além disso, a imprensa ataca as estruturas estatais, pregando em favor do estado mínimo e da livre iniciativa. Em alguns casos, frequentemente patrocinados pela RBS, apresenta-se como portadora de soluções, sugerindo medidas favoráveis a interesses privados. A notícia da reestruturação do Instituto de Previdência do Estado - IPE, por exemplo, foi antecedida por longas

matérias sobre a acessibilidade e benefícios da previdência privada, publicadas pelo jornal Zero Hora.

“O governo é apoiado pela mídia hegemônica, que se refere aos crescentes problemas do estado sem creditá-los aos dirigentes atuais, praticamente os desresponsabilizando.”

IHU On-Line – Como a imprensa gaúcha costuma se relacionar com os sucessivos governos estaduais? E com os diferentes partidos que elegeram governadores?

Pedro Osório – A relação imprensa-governo se dá em duas fases. Inicialmente, as empresas oferecem apoio em troca de anúncios. Isso está implícito – quase sempre. Como os governos efetivamente precisam dar publicidade às suas realizações, obras e iniciativas, precisam anunciá-las. É preciso tornar público aquilo que é do público. Não se trata, portanto, de comprar apoio, mas de imperiosamente anunciar. Naturalmente, a destinação de recursos públicos para anúncios e campanhas

está submetida a determinados critérios técnicos, geográficos e outros. Esses critérios concentram as tensões que costumam caracterizar as relações governo-mídia. Quando eles desagradam as empresas de comunicação, o aspecto implícito da relação desaparece. As negociações deixam de ser feitas pelos executivos polidos e perfumados e passam a ser feitas por verdadeiros jagunços. Aí, as ameaças são explícitas: sem a veiculação de anúncios, o governo passará a ser atacado – pouco importando o que está fazendo ou deixando de fazer. O comportamento das empresas é o mesmo com todos os governos estaduais. O que muda é o grau de “compreensão” dos seus representantes, que muitas vezes é influenciado pela presença deste ou daquele partido no governo.

A segunda fase consiste no seguinte: as empresas, segundo as próprias, não vendem apoio. Por essa razão, independentemente de anúncios já comprados, elas não poderão deixar de destacar aspectos do governo que julgarem discutíveis ou negativos. Naturalmente, a avaliação do que é “discutível” ou “negativo” pode estar balizada pela opinião pública, mas geralmente está orientada por nova busca de recursos governamentais. Essa segunda fase tem outra face: a empresa estaria valorizando as realizações do governo, por isso espera receber mais anúncios. As formas de relacionamento dos governos com a mídia dependem da capacidade de interesse de cada um deles movimentar-se nesse cenário.

IHU On-Line – A verba publicitária do governo estadual impacta a cobertura jornalística?

Pedro Osório – Pelo que sei, ela chega a representar 30% do mercado publicitário, em determinados perí-

odos. Isto é uma dedução baseada na minha experiência e informações. O impacto é evidente e se revela nas formas que acima descrevi.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Pedro Osório – Estou convencido de que a realidade da imprensa gaúcha (e nacional), tal como a descrevi, pode ser mudada. E deve. “Não haverá democracia no Brasil sem a democratização da comunicação”, escreveu Daniel Herz¹⁴, falecido há 11 anos, fundador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC. Ela pode ser alterada a partir da adoção de políticas públicas de comunicação, eliminando os monopólios, regulando as atividades das empresas, estabelecendo formas de participação da sociedade, fomentando as pequenas empresas, garantindo a diversidade, fortalecendo a comunicação pública – entre muitas outras diretrizes. De modo que a imprensa e a comunicação em geral sejam direcionadas ao desenvolvimento da cultura e da nação brasileira. ■

¹⁴ **Daniel Herz** (1954-2006): jornalista nascido em Porto Alegre, que ficou nacionalmente conhecido após escrever o livro *A História Secreta da Rede Globo*, publicado originalmente em 1987, no qual relata os procedimentos ilegais que levaram à estruturação da Rede Globo e as relações do dono desta, Roberto Marinho, com o poder político nacional. Este livro, que teve 14 edições em duas editoras, foi uma das fontes de inspiração para o documentário *Muito Além do Cidadão Kane*, do diretor britânico Simon Hartog. Participou da fundação do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, onde foi professor e chefe de departamento. Fundou ainda o Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom). Seu trabalho no Epcom incentivaria a criação do projeto Donos da Mídia, em 2002. Foi secretário de Comunicação do governo Olívio Dutra em Porto Alegre. Militante do movimento pela democratização da comunicação durante os anos 1980, quando foi coordenador da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação (1984-85). Também liderou a campanha da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) pela democratização das comunicações durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Herz foi ainda um dos fundadores e, posteriormente, coordenador do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC) e membro da diretoria da Fenaj por várias gestões nos anos 1990. Participou ativamente como mentor e defensor da Lei da Cabodifusão (Lei 8.977 de 1995). (Nota da **IHU On-Line**)



A tendência é que o atraso do Rio Grande do Sul se amplie

Para Cecilia Hoff, o colapso econômico do estado afeta investimentos, com efeitos a longo prazo

Vitor Necchi

O colapso econômico do Rio Grande do Sul não é exclusivo do estado. “Nos últimos dois ou três anos, o que se vê é uma crise generalizada na economia brasileira”, avalia a economista Cecilia Hoff. No entanto, há fatores que aprofundaram esse processo nas finanças locais. Os setores automotivos e de máquinas e equipamentos, que tiveram maior expansão no ciclo de crescimento dos anos 2000, com participação relevante na economia gaúcha, foram duramente afetados. “Além disso, a crise atingiu o estado numa situação de deterioração fiscal, sem espaço de endividamento para fazer frente à queda das receitas e preservar a normalidade na prestação dos serviços públicos.” O colapso afeta investimentos, com efeitos a longo prazo. “A infraestrutura é claramente insuficiente, os indicadores de educação não são satisfatórios e a tendência é que o atraso se amplie”, projeta Hoff em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

A crise fiscal é um dos principais problemas pelo qual o estado passa. “No lado das despesas, os maiores problemas são a previdência e a dívida. Embora não houvesse clareza na época, a renegociação da dívida de 1998 estabeleceu condições que acabaram tornando a dívida do Rio Grande do Sul impagável”, pondera. Para agravar o quadro, o estado acumula perda de receitas.

Hoff entende que há um desequilíbrio

nas questões federativas. “O governo federal vem centralizando cada vez mais as receitas, enquanto a ausência de uma política de desenvolvimento regional induz os estados a entrarem no jogo da guerra fiscal”, avalia. A consequência é que os serviços que cabem aos estados, entre eles segurança pública e ensino, estão em crise.

O Rio Grande do Sul não tem mais espaço para endividamento, a ponto de precisar “receber as receitas do mês para fazer frente às suas obrigações”, mas os ingressos são insuficientes. Hoff projeta que, no curto prazo, a solução passa por renegociar a dívida com a União. A médio e longo prazos, é necessário ampliar receitas por meio da recuperação da economia, da revisão dos incentivos fiscais e da “negociação, cada vez mais urgente, de um novo pacto federativo”.

Cecilia Hoff é doutora e mestra em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. É pesquisadora em economia na Fundação de Economia e Estatística – FEE e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

A entrevista foi publicada em Notícias do Dia, 29-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2wB6XgX>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Do ponto de vista econômico, o que caracteriza a crise do Rio Grande do Sul e como ela foi gerada?

Cecilia Hoff – Tenho dúvidas se de fato há uma crise econômica específica no Rio Grande do Sul. Nos últimos dois ou três anos, o que se

vê é uma crise generalizada na economia brasileira, que atingiu todas as regiões do país. Esta crise conjuga elementos de esgotamento do

“A situação fiscal não é fácil em vários Estados, mas os casos mais graves são os do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.”

ciclo econômico e do sistema político brasileiro, em um cenário de intensas transformações na sociedade mundial, e ainda precisa ser entendida em toda a sua complexidade. No aspecto econômico, o modelo de crescimento que caracterizou o Governo Lula parece ter se esgotado a partir de 2012, tanto por motivos externos (fim do ciclo de expansão dos preços das commodities e início da reversão dos estímulos monetários nos EUA), quanto internos (limites da expansão do crescimento puxado pelo crédito). No Governo Dilma, houve uma tentativa de mudança do modelo, com uma maior ênfase ao investimento, mas as medidas adotadas não surtiram os efeitos esperados e acabaram ampliando os desequilíbrios nos fundamentos macro – inflação represada e aumento dos déficits público e externo. A correção desses desequilíbrios, iniciada em 2015, jogou a economia brasileira na maior crise das últimas três décadas. Alguns dos setores que apresentaram maior expansão no ciclo de crescimento dos anos 2000, como o automotivo e o de máquinas e equipamentos, têm participação relevante na economia gaúcha e foram duramente afetados. Além disso, a crise atingiu o Estado numa situação de deterioração fiscal, sem espaço de endividamento para fazer frente à queda das receitas e preservar a normalidade na prestação dos serviços públicos.

IHU On-Line – O colapso nas finanças afeta investimentos em todos os segmentos, inclu-

sive em áreas fundamentais, como ensino, saúde e segurança. O alcance dessa crise será sentido por muito tempo?

Cecilia Hoff – Sim, a falta de investimentos hoje provavelmente terá efeitos de longo prazo. A infraestrutura é claramente insuficiente, os indicadores de educação não são satisfatórios e a tendência é que o atraso se amplie. É grave também o desperdício de recursos nos investimentos em infraestrutura que foram iniciados e que hoje estão se depreciando. Veja-se, por exemplo, as obras paralisadas da nova ponte do Guaíba e a duplicação da BR-116 no trecho Porto Alegre–Pelotas. Os investimentos não serão retomados do ponto em que pararam, haverá perdas no caminho.

IHU On-Line – O elevado nível de endividamento é explicado pelos sucessivos déficits orçamentários praticados em mais de quatro décadas, ou seja, receitas orçamentárias insuficientes para suprir os gastos. Por que isso ocorreu?

Cecilia Hoff – A crise fiscal tem origens tanto no lado das despesas quanto das receitas. No lado das despesas, os maiores problemas são a previdência e a dívida. Embora não houvesse clareza na época, a renegociação da dívida de 1998 estabeleceu condições que acabaram tornando a dívida do Rio Grande do Sul impagável. Isto é, o serviço da dívida, fixado como uma proporção máxima das receitas estaduais, não se mostrou

suficiente para pagar sequer os juros, que se tornaram muito elevados devido à utilização do IGP-DI como indexador. A dívida passou então a acumular os chamados “resíduos”, que esgotaram o espaço de endividamento do Estado, a despeito dos recursos volumosos – e que fizeram falta em outras áreas – despendidos para o seu pagamento. Por outro lado, o estado vem perdendo receitas, seja por decisões fundamentadas na política econômica nacional, como a Lei Kandir e, mais recentemente, as desonerações, seja em função das renúncias fiscais.

IHU On-Line – O déficit da Previdência estadual é fator que agrava a situação? Qual o alcance desse problema?

Cecilia Hoff – A Previdência não foi um problema no passado, quando a proporção de aposentados nas receitas fiscais era menor, e talvez também não seja um problema no futuro, visto que houve alteração nas regras de aposentadoria, com o aumento das contribuições e a constituição de um fundo previdenciário para os servidores estaduais. Mas é um problema no presente. Hoje, o número de matrículas de inativos é maior do que o de ativos, e o resultado disso é que o governo gasta uma parcela grande das suas receitas com pessoal, ao mesmo tempo em que há escassez de servidores para a prestação de serviços públicos essenciais. Ou seja, o gasto com pessoal dá a impressão de um Estado inchado, mas há carências em diversas áreas.

IHU On-Line – A participação do Estado na economia nacional encolheu? Por quê?

Cecilia Hoff – A participação do Estado na economia nacional vem encolhendo desde meados dos anos 1950. Na FEE [Fundação de Economia e Estatística], temos uma série que vai de 1947 a 1994, que mostra uma redução de cerca de 9%, no início da série, para 8%, em 1994; e outra, não totalmente comparável com a anterior, porque houve uma mudança metodológica que reestimou a participação dos setores no PIB, que mostra uma redução da participação de cerca de 7% em 1995 para 6% em 2013. Devido às limitações da estatística, não é possível dizer que a participação da economia gaúcha se reduziu de 9% para 6% em todo o período, mas dá para dizer que há uma tendência de redução em ambas as séries.

De todo modo, esse não parece ser um bom indicador para avaliar o desempenho econômico, é cheio de armadilhas. Um crescimento abaixo da média nacional não necessariamente é um problema, se o todo está em crescimento e o seu ritmo é suficiente para que a região se desenvolva. Além disso, é esperado que nos ciclos de expansão as regiões relativamente mais atrasadas cresçam de forma mais acelerada, o que ajuda a reduzir as desigualdades regionais. A questão que parece relevante é se o Estado tem condições de se articular de forma dinâmica na divisão nacional do trabalho, isto é, se o crescimento se dá em setores modernos, com capacidade de evolução e adaptação, ou em segmentos atrasados e de baixa produtividade.

IHU On-Line – A crise pela qual passa o Rio Grande do Sul tem que semelhanças e diferenças com a situação dos outros Estados?

Cecilia Hoff – A situação fiscal não é fácil em vários Estados (e também em alguns municípios), mas os casos mais graves são os do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio

Grande do Sul. Os três têm em comum uma burocracia estatal antiga, e, portanto, um alto endividamento e uma proporção relativamente elevada de servidores aposentados no total dos gastos com pessoal. Rio Grande do Sul e Minas Gerais também têm em comum a perda de receitas com a Lei Kandir. Nas estimativas do governo de Minas, a dívida poderia ser zerada em um eventual encontro de contas com a União. No Rio Grande do Sul, estima-se que os ressarcimentos atrasados correspondam a algo em torno de 80% da dívida estadual. Mas as semelhanças param por aí. Tanto o Rio de Janeiro quanto Minas Gerais têm uma parte importante das suas receitas fiscais vinculadas ao desempenho da indústria extrativa (petróleo e gás, no caso do Rio, minério de ferro, no caso de Minas). Nos dois casos, a queda dos preços das commodities contribuiu para ampliar a frustração de receitas na crise. No Rio, a queda das commodities se somou a uma crise específica na Petrobras. No Rio Grande do Sul, a indústria extrativa é praticamente ausente, e a indústria de transformação é mais diversificada.

IHU On-Line – A guerra fiscal travada entre as unidades federativas para atração de investimentos reduz a arrecadação, por conta da concessão de incentivos. No Rio Grande do Sul, a estimativa é de que haja uma renúncia fiscal de R\$ 9 bilhões ao ano. Essa política que se expandiu fortemente nos anos 1990 é salutar para o Rio Grande do Sul ou ajudou a agravar a crise?

Cecilia Hoff – Há um desequilíbrio nas questões federativas, com repercussões gerais, que não atingem apenas o Rio Grande do Sul. O governo federal vem centralizando cada vez mais as receitas, enquanto a ausência de uma política de desenvolvimento regional induz os Estados a entrarem no jogo da guerra fiscal. O resultado é a redução da parcela dos Estados no bolo tributário nacional, enquanto as suas obri-

gações na distribuição federativa dos serviços públicos permanecem. Não é à toa que os serviços de responsabilidade dos Estados, como segurança pública e ensino, estão em crise em todo o Brasil. Os incentivos fiscais implicam na renúncia de receitas, mas, na lógica federativa atual, é um dos poucos instrumentos que podem ser usados pelos governos para estimular o desenvolvimento das suas regiões.

“Como não há mais espaço para o endividamento, consumido pela trajetória insustentável da dívida, o Estado precisa receber as receitas do mês para fazer frente às suas obrigações”

IHU On-Line – A falta de transparência em relação às informações acerca da concessão de incentivos fiscais impede uma avaliação mais criteriosa sobre a eficácia dessa política?

Cecilia Hoff – Sem dúvida. A renúncia fiscal de R\$ 9 bilhões parece um exagero e escancara a necessidade de uma avaliação, mas a revisão precisa ser cuidadosa. As empresas que recebem incentivos fiscais pagam impostos (mesmo que parcialmente) e geram empregos e renda, que também têm os seus efeitos indiretos na arrecadação. Além disso,

muitos dos incentivos são concedidos para empresas que se instalam em regiões de baixo desenvolvimento. A possibilidade de perdas de empresas e de empregos não pode ser desconsiderada. Ou seja, a revisão é necessária, e pode vir a ser uma solução para os desequilíbrios fiscais do Estado a médio prazo, mas não é trivial e precisa estar fundamentada em uma análise séria e transparente de custo-benefício.

IHU On-Line – O Estado não tem mais fontes de financiamento. Conforme a FEE, o estoque de depósitos judiciais foi praticamente exaurido, e o limite de endividamento legal foi superado no primeiro quadrimestre de 2015. O que resta como estratégia de curto prazo?

Cecilia Hoff – A queda conjuntural das receitas, provocada pela recessão, pegou o estado de “calças curtas”. As despesas são rígidas, concentradas em gastos com pessoal, sobretudo na educação, na segurança e na previdência. Como não há mais espaço para o endividamento, consumido pela trajetória insustentável da dívida, o Estado precisa receber as receitas do mês para fazer frente às suas obrigações. Mas os in-

gressos não são suficientes, e a conta não fecha. A queda das receitas é tão grave que a suspensão do pagamento das parcelas da dívida, enquanto são conduzidas as negociações do acordo de recuperação fiscal dos Estados, não foi suficiente para equilibrar a situação fiscal. No curto prazo, a solução passa por uma renegociação da dívida, que revise o seu estoque e permita a tomada de novos recursos, seja para colocar as obrigações do Estado em dia, seja para substituir parcelas da dívida atual por contratos com juros mais baixos. O governo federal, porém, tem se mantido intransigente e há o risco de que a renegociação, se levada a cabo, seja conduzida novamente sob condições impraticáveis. A médio e longo prazos, o caminho é ampliação das receitas, seja pela recuperação da economia e pela revisão dos incentivos fiscais, seja pela negociação, cada vez mais urgente, de um novo pacto federativo.

IHU On-Line – Para justificar a extinção de nove fundações e a venda de três estatais como estratégia para combater a crise, o governador José Ivo Sartori apresentou uma economia na casa dos milhões. Como essa medida pode ser avaliada, se for levado em conta também o

papel estratégico desses órgãos em áreas de pesquisa e assessoramento para o Estado?

Cecilia Hoff – O governo fez uma estimativa simples e equivocada de economia com a extinção das fundações. Tomou a diferença entre as receitas e as despesas de cada uma delas como o potencial de recursos que poderiam ser economizados, e não explicou como os serviços continuarão sendo prestados (mesmo que reduzidos aos que considera essenciais) e quanto isso vai custar, nem colocou esses valores entre as despesas futuras. O plano era demitir todos os funcionários concursados, com larga experiência em suas áreas, para depois buscar no mercado profissionais para exercer as mesmas atividades, mas sem concurso ou experiência. Desconsiderou o caráter cumulativo da pesquisa e o patrimônio científico que seria perdido. Atacou a pesquisa em suas diferentes áreas, da economia e estatística ao meio ambiente, da tecnologia à gestão metropolitana, simultaneamente. De todos os ângulos, esse projeto é um crime administrativo. É claro que as fundações precisam ser modernizadas (assim como toda a administração pública), mas a modernização se faz com gestão, não com o desmonte das instituições. ■



Mostra e comercialização de produtos,
todas as quartas e sextas

ECOFEIRA UNISINOS

10h às 18h – quartas-feiras | Local: em frente ao Instituto HumanitasUnisinos - IHU
11h às 14h – sextas-feiras | Local: Complexo Tecnológico Unitec ihu.unisinos.br

Rio Grande do Sul vive estagnação desde 2014

Róber Iturriet Avila afirma que a situação do estado é complexa, e repostas simplistas como “gastou demais” são limitadas

Vitor Necchi

ORio Grande do Sul criou um estado moderno e uma burocracia estatal antes das demais unidades do Brasil. A lembrança é feita pelo economista Róber Iturriet Avila quando começa a explicar o elevado grau de endividamento do estado. Além disso, os gaúchos têm uma das maiores expectativas de vida do país. “Isso quer dizer que o estado possui muitas pessoas aposentadas e que vivem muito. Então, quando se observam as contas do estado, logo se percebe que os gastos com inativos são superiores aos gastos com os servidores ativos”, analisa Avila, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Isso tem um custo alto.”

Outro fator lembrado por Avila é o fato de que, desde a década de 1990, adotou-se a prática de concessão de elevados benefícios fiscais para atração de investimento. As desonerações eram 20% da arrecadação em 2003 e pularam para 30% em 2015. Nesse último ano, totalizaram R\$ 8,98 bilhões. “De um lado, aumenta a despesa com inativos e, de outro, o estado abre mão de receitas de maneira crescente”, resume.

A situação se torna mais nebulosa porque, conforme o professor, “há

pouca transparência sobre essas desonerações e sobre o seu retorno”, pois o estado alega sigilo fiscal. “Em um momento grave como este, estudos sobre o retorno dos incentivos fiscais são imperativos.” Avila salienta que o combate à sonegação fiscal deve ser considerado como medida para enfrentamento da crise. “A questão é complexa, e as repostas simplistas como ‘gastou demais’ são limitadas”, critica.

Nesta entrevista, Avila apresenta os distintos ciclos da economia do Rio Grande do Sul, desde a fase de industrialização, entre 1930 e 1980, quando houve elevadas taxas de crescimento neste setor, até a estagnação iniciada em 2014 e que perdura até o momento.

Róber Iturriet Avila é doutor e mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, onde leciona no Departamento de Economia e Relações Internacionais. É colunista do portal Brasil Debate. Foi analista pesquisador da Fundação de Economia e Estatística – FEE.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Na primeira metade do século 20, o Estado mantinha uma base agropecuária forte, expandiu a indústria, conseguia influenciar a política nacional e nasceram empresas do porte da Varig. Como foi a segunda metade?

Róber Iturriet Avila – O desempenho da economia gaúcha possui relação com o movimento geral da economia brasileira. Entre 1930 e 1980, ocorreu o período de industrialização, com elevadas taxas de crescimento neste setor. Após a década de 1980, a economia nacional

entra numa fase de menor crescimento, o que encontra paralelo com o ocorrido no mundo como um todo. As taxas de crescimento caem globalmente. Assim, entre 1948 e 1980, o crescimento econômico no Brasil e no Rio Grande do Sul foi liderado pela indústria, com taxas de cresci-

“O desempenho da economia gaúcha possui relação com o movimento geral da economia brasileira”

mento na ordem de 8,1% ao ano nesse setor da economia gaúcha. No período do Plano de Metas, a agropecuária gaúcha sofreu uma crise, e por esse motivo a economia gaúcha cresceu três pontos percentuais abaixo da economia brasileira entre 1956 e 1960. Retomou o crescimento em 1961 e 1962 e depois ficou estagnado novamente até 1967. Todavia, no período do Milagre Econômico, de 1968 a 1973, a agropecuária gaúcha teve um decisivo crescimento, a ponto de marcar uma inflexão, sobretudo pela ampliação da produção de soja (616,8% no período). Esse produto se torna o principal do setor primário. Entre 1981 e 1994, o país passou por um período de instabilidade macroeconômica, sendo que entre 1981 e 1983 a economia do estado decresceu consecutivamente. Recessão também em 1990 e 1991. E então alguns setores tradicionais da indústria gaúcha passam por problemas, como couro e calçados. A abertura econômica afetou o desempenho da indústria a partir dos anos 1990, e mesmo a produção agrícola não foi muito positiva neste período, tendo os serviços puxado o crescimento.

IHU On-Line – E nessas primeiras duas décadas do século 21, qual a situação?

Róber Iturriet Avila – O corte analítico mais adequado aqui é iniciar em 1995, com uma nova fase da economia. No final do século 20, a economia cresceu de maneira moderada, mas, no início do século

21, houve maior expansão, em alinhamento com a economia nacional e internacional. Nesse período, a indústria gaúcha passa a ter um desempenho muito fraco, e o crescimento é puxado pela agropecuária, no chamado período do superciclo das *commodities*, a despeito de alguns anos de forte estiagem, como em 2005 e 2012. É preciso notar que a indústria gaúcha sofreu bastante com a apreciação cambial ocorrida em grande parte do período. Desde 2014, temos uma fase de estagnação, seguida de dois anos de forte retração e, para este ano de 2017, se desenha um cenário de estagnação, em linha com o que ocorre no país.

IHU On-Line – Qual o perfil da matriz econômica do estado? É diversificada? Foi bem planejada?

Róber Iturriet Avila – Mesmo que a indústria tenha sofrido, ela é bastante diversificada. Existem dezenas de aglomerações industriais e agroindustriais. Além dos tradicionais setores de calçados, couro, vestuário, fumo, leite, móveis, madeira e alimentos agrícolas (como frutas, milho, trigo, soja e arroz) e da pecuária (gado, suínos e frango), há também máquinas agrícolas, componentes eletrônicos, metalomecânico, automotivo, petroquímica, refino de petróleo, fabricação de máquinas, polos tecnológicos, pedras preciosas, equipamentos médicos etc. É preciso considerar também polos de serviços, como as cidades universitárias, comerciais e mais militarizadas, essa última por ser região fronteira-

ça. Alguns setores foram planejados, como o petroquímico, ou incentivados com políticas públicas, como o metalomecânico e o naval, agora em decadência. Mas uma análise mais ampla requer mais espaço para comentar todo esse processo, suas contradições e limites.

IHU On-Line – De que maneira o Rio Grande do Sul chegou a um patamar tão grave de endividamento, sem capacidade de investimento?

Róber Iturriet Avila – O Rio Grande do Sul criou um estado moderno antes das demais unidades do Brasil. Getúlio Vargas¹ inicia seu projeto de “modernização” do país a partir da experiência gaúcha, que vem com Júlio de Castilhos². Então,

¹ **Getúlio Vargas** [Getúlio Dornelles Vargas] (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Recentemente a **IHU On-Line** publicou o Dossiê Vargas, por ocasião dos 60 anos da morte do ex-presidente, disponível em <http://bit.ly/1na0ZMX>. A **IHU On-Line** dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão – 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PU-C-RS, apresentou o **IHU Ideias** *Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos **Cadernos IHU Ideias**, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuon30>. Ainda a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação**, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Júlio de Castilhos** (1860-1903): político gaúcho. Em 15 de julho de 1891, foi eleito presidente do estado do Rio Grande do Sul. Com a queda de Deodoro da Fonseca, foi deposto em 3 de novembro

constituímos uma burocracia estatal antes dos demais. Além disso, o estado figura entre as maiores expectativas de vida do país. Isso quer dizer que o estado possui muitas pessoas aposentadas e que vivem muito. Então, quando se observam as contas do estado, logo se percebe que os gastos com inativos são superiores aos gastos com os servidores ativos. Isso tem um custo alto.

Paralelamente, desde a década de 1990, instalou-se uma cultura de conceder benefícios fiscais expressivos para atrair investimento. Dessa forma, as desonerações fiscais são consideráveis no estado do Rio Grande do Sul. Elas saem de um patamar de 20% da arrecadação, em 2003, para 30%, em 2015. Nesse último ano, elas totalizaram R\$ 8,98 bilhões. Então, de um lado, aumenta a despesa com inativos e, de outro, o estado abre mão de receitas de maneira crescente.

É preciso salientar que há pouca transparência sobre essas desonerações e sobre o seu retorno. A cifra não é insignificante, pelo contrário. A falta de transparência justificou a apresentação do Ministério Público do Estado, que solicitou as informações. O Estado argumenta que é preciso respeitar o sigilo fiscal, mas quem paga a desoneração é a sociedade. Em um momento grave como este, estudos sobre o retorno dos incentivos fiscais são imperativos. De toda forma, não é possível revogar com facilidade essas desonerações. O combate à sonegação fiscal é outro aspecto a considerar e ele tem crescido, sobretudo com a informatização. A questão é complexa e as repostas simplistas como “gastou demais” são limitadas.

IHU On-Line – O governo gaúcho considera que não há precedentes para a crise financeira

do mesmo ano. Pouco mais de um ano depois, disputa uma eleição (sem concorrentes) e volta a ocupar o antigo posto. Empossado em 1893, contém a Revolução Federalista, de tendência parlamentarista e liderada por Gaspar Silveira Martins. Sobre Júlio de Castilhos, confira a edição 14 dos Cadernos IHU Ideias, intitulado *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS*, de autoria de Gunter Axt, e a IHU On-Line número 78, de 6-10-2003. (Nota da **IHU On-Line**)

atual. O que a situação tem de mais agudo?

Róber Iturriet Avila – Entre 1981 e 1983, as taxas de crescimento foram negativas três anos consecutivos, mas uma redução modesta, entre 0,6% e 1,7%. Os anos de 1990 e 1991 foram também difíceis, com quedas mais acentuadas. Entre 2014 e 2016, houve novamente três anos consecutivos de queda, mas nos últimos dois anos foram de -3,4% e -3,1%. Então, de fato, são expressivos. Quando o produto cai, as receitas tributárias caem em uma proporção maior. Isso em um quadro anterior já existente de esgotamento do endividamento e elevado custo com servidores aposentados. A situação é mesmo delicada. Mas essa crise ocorre em paralelo com a crise brasileira, que encontra muitos determinantes, desde fatores externos, como a queda expressiva dos termos de troca, ou seja, dos preços das nossas exportações com relação às importações, que se inicia em 2011 e se agrava a partir do último quadrimestre de 2014, mas passa também pelo ajustamento fiscal desde 2015, que puxa a economia para baixo e, é claro, a crise política que afeta a questão anímica dos agentes, deteriora as expectativas, traz incerteza e receios que fazem os investimentos e os gastos das famílias se retraírem. Além disso, a Operação Lava Jato afeta a economia real, sobretudo no município de Rio Grande, que é atingida também pela revisão da política da Petrobras.

IHU On-Line – O quanto o Rio Grande do Sul é competitivo, em comparação com os outros Estados? Qual sua capacidade de atrair investimentos?

Róber Iturriet Avila – O Rio Grande do Sul vem perdendo participação na economia nacional, o que não é uma surpresa. De um lado, estamos em uma fase mais avançada de envelhecimento populacional do que o Brasil como um todo e, consequentemente, temos o mais baixo crescimento demográfico. Além disso, em um processo de desconcentração do crescimento, como o ocorrido

em períodos recentes, as regiões menos desenvolvidas crescem mais, o que faz as regiões mais desenvolvidas perderem participação. Um fator relevante é a localização do estado, em um extremo do país. A localização de Minas Gerais e São Paulo é, sem dúvidas, mais vantajosa. De outro lado, estamos mais próximos de parceiros relevantes como o Uruguai e a Argentina, mas que possuem uma estrutura produtiva semelhante à gaúcha, então são também competidores e não apenas mercados consumidores.

Temos um nível de escolaridade um pouco mais elevado do que a média brasileira, o que faz a mão de obra ser um pouco mais custosa, de um lado, e produtiva, de outro. Adicionalmente, devido ao peso da agropecuária, as variações climáticas afetam a economia gaúcha com intensidade, sobretudo as estiagens. Temos uma fronteira agrícola praticamente esgotada, ao contrário do que ocorre em outros estados como Mato Grosso, por exemplo.

Sob outro aspecto, a economia gaúcha tem potenciais relevantes, como o setor de grãos, veículos e bens de capital. Esse último, em particular, possui potencial de ser fornecedor à economia brasileira e a países do entorno. Com a desvalorização cambial nos anos recentes, pode haver recuperação das exportações, além de fatores relevantes como a revogação de subsídios das exportações agrícolas nos países desenvolvidos, que estão em vigor desde janeiro de 2016. Isso tem potencial de favorecer a economia gaúcha e suas exportações.

IHU On-Line – O acordo da dívida pública com a União, assinado pelo ex-governador Antônio Britto em 1998, é um dos fatores que mais elevam o déficit do estado. Lidar com este tema é determinante para atenuar a crise financeira?

Róber Iturriet Avila – A repactuação firmada em 1997 tinha relação com a restrição da emissão de títulos estaduais, em aderência ao

projeto de estabilização originado no Plano Real. Ou seja, os estados deixaram de emitir títulos e apenas a União ficou com essa prerrogativa, a não ser que o Senado Federal e a União autorizem. Assim, a União assumiu a dívida mobiliária dos estados brasileiros. Imediatamente após a implementação do Plano Real, as taxas de juros se elevaram consideravelmente. Isso fez a dívida do estado do Rio Grande do Sul crescer muito entre 1994 e 1998. Além disso, as receitas tributárias eram corrigidas pela inflação (elevada) no período anterior, ao contrário das despesas; esse processo é chamado de “imposto inflacionário”. Com a redução das taxas de inflação, os estados passaram a ter mais dificuldades em um momento de taxas de juros altas.

O contrato firmado com a União previa pagamentos mensais até o limite de 13% da Receita Líquida Real. A dívida é reajustada pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Inter-

na (IGP-DI) acrescido de uma taxa de juros de 6% ao ano. Na época, parecia um bom negócio, mas o tempo mostrou que não foi. Ou seja, as taxas de juros são elevadas, há risco cambial e o comprometimento na despesa mensal é considerável.

Um novo acordo está em processo, exigindo a ampliação da contribuição previdenciária, privatizações, restrição de reajustes salariais e contratações, além de outros cortes de gastos. Medidas duras. Haveria também a revisão de 10% dos incentivos fiscais. O governador José Ivo Sartori negocia a retirada dessa cláusula de revisão de incentivos fiscais, o que me parece um erro.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Róber Iturriet Avila – A situação das finanças públicas do estado é grave. As soluções não são fáceis, mas precisam de um mínimo de

acordo político entre várias partes. O que está no horizonte é redução de serviços públicos, corte de pessoal, privatizações e manutenção dos elevados incentivos fiscais no estado. Ou seja, apenas partes da sociedade pagarão a conta: aquela que precisa dos serviços públicos e das empresas estatais, além dos próprios servidores. Não parece uma saída equilibrada. Uma nova rodada de negociação deveria colocar em pauta um alinhamento tributário no país, para mitigar a guerra fiscal, a qual fragiliza as contas dos estados e que é responsável por considerável perda de receita do Rio Grande do Sul. Além, é claro, de um novo pacto federativo, que clarifique o que é competência de cada ente. Do contrário, será apenas um projeto neoliberal de redução dos serviços públicos, privatizações, oneração financeira pelos estados e manutenção de benesses fiscais. Esse é o novo “acordo salvador” na mesa. ■



Gaúcho - o que sabe que já foi valente.
Prof. Dr. Luis Augusto Fischer – UFRGS

21 de setembro de 2017
 (quarta-feira) | 17h30min
 Sala Ignacio Ellacuría e
 Companheiros - IHU

IHU IDEIAS

O eleitor gaúcho hoje elege dementes

Para Francisco Marshall, o governador do estado e o prefeito de Porto Alegre não sabem governar e não têm capacidade de estudo

Vitor Necchi

O professor Francisco Marshall é severo ao falar dos gaúchos: “Não temos homogeneidade suficiente para constituir um povo; somos uma equação desequilibrada de segmentos sociais discordantes. Há delicadeza e grossura, cultura e ignorância, lucidez e demência políticas, mas creio que predomina a inconsistência cultural, sobretudo nas classes afluentes”. O mesmo tom se estende à análise das escolhas: “O eleitor gaúcho hoje elege dementes e se aliena com cara de penico. Se não está morta, a cultura política gaúcha hiberna pesadamente”.

No seu entendimento, a demagogia é o principal problema das democracias. “Os eleitores votam iludidos em candidatos inconsistentes, enganados por imagens manipuladas. Estes candidatos costumam não declarar ou detalhar programa, mas uma vez eleitos aplicam pacotes ideológicos automatizados, como o caso atual do neoliberalismo de sarjeta, hoje epidêmico”, avalia em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Sobre o governador do estado e o prefeito de Porto Alegre, utiliza o mesmo juízo: “Simplesmente não sabem governar, não têm capacidade de

estudo, diálogo, inovação, planejamento, não conseguem formar equipes de qualidade e liderá-las com inteligência e serenidade”.

Para Marshall, “as autoridades não percebem que as emanções culturais são a fonte mais virtuosa para o desenvolvimento”. Reconhece o poder do capital, mas agarra-se ao humanismo como perspectiva. “O capital alimenta-se do humano para concentrar-se, tornar-se cada vez maior – e mais devastador. Seu limite e sua única chance de tẽmpera é o humanismo”.

Francisco Marshall é historiador e arqueólogo. Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP, fez estágio pós-doutoral na Princeton University (EUA) e na Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg (Alemanha). Leciona na UFRGS. É fundador e curador cultural do Studio-Clio - Instituto de Arte & Humanismo, em Porto Alegre. Publicou *Édipo Tirano, a tragédia do saber* (EdUFRGS e EdUnB, 2000), que venceu o Prêmio Açorianos 2001.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – É notória a crise econômica pela qual passa o Rio Grande do Sul. Para além dela, que outras crises o estado vive e por quê?

Francisco Marshall – Sete pontos:

1) Narcísica, ao modo lacaniano:

pensa ser o que não é, é o que não pensa ser.

2) Política: degradação da democracia, vazio de articulação entre sociedade, partidos e lideranças, ausência de debate de alto nível para planejamento e determinação de metas, derrota da alta burocracia de Estado e do pen-

samento acadêmico pela insensatez de governantes despreparados.

3) Econômica e fiscal: com desindustrialização e sem projeto de desenvolvimento, incapaz de agregar valor à produção primária, incapaz de combinar pesquisa em C&T com desenvolvimen-

“O eleitor gaúcho hoje elege dementes e se aliena com cara de penico”

to social e econômico, capacho derrotado na guerra fiscal (com a União e com os demais estados), o Rio Grande do Sul cresce como rabo de cavalo.

- 4) Social: persistência e mesmo expansão das favelas em cidades médias e grandes, ausência de recursos e projetos públicos para os fundamentos da cidadania (ciência, cultura, educação, espaços públicos, saúde e segurança), desmotivação da juventude.
- 5) Educacional: escolas públicas e professorado historicamente depreciados.
- 6) Moral: safados atacam princípios virtuosos movidos por fundamentalismo ideológico e ganância, com aplauso de imprensa laica.
- 7) Histórica: começou faz tempo, não dá sinais de que será superada.

IHU On-Line – O senso comum diz que o povo gaúcho é educado, culto e politizado. Onde está o acerto ou o exagero dessa afirmação? Por quê?

Francisco Marshall – Não temos homogeneidade suficiente para constituir um povo; somos uma equação desequilibrada de segmentos sociais discordantes. Há delicadeza e grossura, cultura e ignorância, lucidez e demência políticas, mas creio que predomina a inconsistência cultural, sobretudo nas classes afluentes. O trânsito é bom espelho da grossura hegemônica: não se respeita pedestre, poucos cedem espaço, não há alinhamen-

to dos carros para facilitar o fluxo das motocicletas, autoridades preferem caçar multas fáceis a educar motoristas, há muitos acidentes e mortes, as pessoas abrem a janela do carro e jogam lixo pela janela, combate-se plano cicloviário como se fora ideia de esquerdista; isto é espelho de uma sociedade incivilizada e metáfora do que ocorre no restante da sociedade gaúcha, portanto-alegrense em particular. Quanto ao politizado, fica por conta de Getúlio Vargas¹ e Leonel Brizola², bem

¹ **Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas]** (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Recentemente a **IHU On-Line** publicou o Dossiê Vargas, por ocasião dos 60 anos da morte do ex-presidente, disponível em <http://bit.ly/1na0ZMX>. A **IHU On-Line** dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão – 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PU-C-RS, apresentou o **IHU Ideias Getúlio, 50 anos depois**. O evento gerou a publicação do número 30 dos **Cadernos IHU Ideias**, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuid30>. Ainda a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação**, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Leonel Brizola** (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação** intitulado *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. Leia também a **IHU On-Line** intitulada *Leonel de Moura Brizola 1922-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon107>. (Nota da **IHU On-Line**)

como das experiências do Orçamento Participativo³ e seu irmão cultural, o Fórum Social Mundial⁴; tudo no passado, sucumbido, arquivado. O eleitor gaúcho hoje elege dementes e se aliena com cara de penico. Se não está morta, a cultura política gaúcha hiberna pesadamente.

IHU On-Line – O que há de arcaico e de contemporâneo no estado?

Francisco Marshall – A estrutura produtiva básica é da era colonial (âncora na produção primária sem valor agregado – soja in natura); tal como no Brasil, as lideranças empresariais (agronegócio, comércio, indústria e serviços) não assumem seu potencial burguês e sufocam a transformação social possível pelo trabalho, o que bloqueia o futuro e produz tensão social. Parte desse

³ **Orçamento Participativo (OP)**: mecanismo governamental de democracia participativa, por meio do qual cidadãos podem influenciar ou decidir sobre a destinação dos investimentos de orçamentos públicos de prefeituras municipais. Uma experiência pioneira ocorreu em no município de Porto Alegre (RS), em 1989, com o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT). A experiência inspirou uma série de municípios, como Saint-Denis (França), Rosário (Argentina), Montevideu (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá), Bruxelas (Bélgica), Belém (Pará), Santo André (SP), Aracaju (Sergipe), Blumenau (SC), Recife (PE), Olinda (PE), Belo Horizonte (MG), Atibaia (SP), Guarulhos (SP) e Mundo Novo (MS). (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Fórum Social Mundial (FSM)**: é um evento altermundialista organizado por movimentos sociais de muitos continentes, com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. Seu slogan é “Um outro mundo é possível”. O número de participantes cresceu nas sucessivas edições do Fórum: de 10 mil a 15 mil no primeiro fórum, em 2001, a cerca de 120 mil em 2009, com predominância de europeus, norte-americanos e latino-americanos, exceto em 2004, quando o evento foi realizado na Índia. Os fóruns são realizados anualmente. Os dois primeiros foram em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A partir de então, decidiu-se que seria itinerante. (Nota da **IHU On-Line**)

atraso se reflete em lideranças de péssima qualidade e de ideologias atrasadas e improdutivas. Mais que arcaico (o princípio que pode se modernizar), este lastro é de índole retrógrada. Por incrível que pareça, temos contemporaneidade em alguns aspectos (não muitos): artes de excelente qualidade (especialmente artes visuais, cinema, literatura e música), ciência e cientistas de bom nível em vários *campi*, festivais culturais muito interessantes (Fronteiras do pensamento, PoA em Cena, Virada sustentável, Noite dos Museus, PoA Jazz Festival, FantasPoa Literária, entre outros), jovens com capacidade de inovação e, sobretudo, um resíduo de gente consciente, capaz de ao menos perceber e denunciar o rumo errado de muitas decisões – resistência iluminista em era de catástrofes.

“Se não está morta, a cultura política gaúcha hiberna pesadamente”

IHU On-Line – O atual prefeito de Porto Alegre defende a privatização do Mercado Público. O projeto de revitalização do Cais Mauá, preparado em gestões anteriores, prevê a construção de shopping center na orla do Guaíba. O que esses fatos dizem sobre a visão de futuro para a cidade por parte das administrações?

Francisco Marshall – O principal problema de todas as democracias é a demagogia. Os eleitores votam iludidos em candidatos inconsistentes, enganados por imagens manipuladas. Estes candidatos costumam não declarar ou detalhar programa, mas uma vez eleitos aplicam pacotes ideológicos automatizados,

como o caso atual do neoliberalismo de sarjeta, hoje epidêmico, que hostiliza a palavra “público” e acalenta diversos compromissos com o que chama de “privado”: os interesses de grandes corporações e mamatas para parceiros empresariais. Ademais, estes gestores (como, *e.g.*, [Nelson] Marchezan Jr.⁵ e [José Ivo] Sartori⁶) simplesmente não sabem governar, não têm capacidade de estudo, diálogo, inovação, planejamento, não conseguem formar equipes de qualidade e liderá-las com inteligência e serenidade, não possuem qualquer virtude acadêmica ou conhecimento contemporâneo, então sua sujeição ideológica e seus erros, próximos da demência, tornam-se ainda mais patéticos e onerosos para a população. Para quem não sabe governar, a ideologia de pacote pronto preconiza, e a mídia laica ratifica: privatiza!

Nos dois casos apontados, há uma erosão perversa da esfera pública e um solapamento da inteligência contemporânea e de potenciais virtuosos. Mercado Público: o jovem prefeito tomou como alvo a palavra (público) e antes de diagnosticar qualquer problema e de examinar como solucioná-lo, na condição de gestor, aperta um botão; simplório, ineficiente, possivelmente interesseiro (alguém lucrará, e isso pode bonificar o demagogo profissional, na forma de apoios e verbas). Cais

do Porto: trata-se de um projeto horrendo, que quer shopping center em área vocacionada a parque, e baseia-se em modelo de verticalização e economia concentrada, em lugar de horizontalização e economia criativa e cooperativa, recomendadas para revitalizações urbanísticas. Repleto de vícios e mesmo delitos, o projeto é protegido por agentes muito suspeitos na administração municipal (Executivo e Legislativo) e estadual, e conta com certa leniência e morosidade judiciária, aparentemente refém do medo de onerar o poder público com eventual indenização rescisória. Enquanto isso, perdemos o tempo precioso para ali desenvolver um projeto realmente bom, bonito, eficiente e contemporâneo, o qual nem requer recursos vultosos, apenas inteligência, atualidade e espírito público. Logo, enquanto a opinião pública não perceber os riscos de apoiar este tipo de políticos (demagogos inconsistentes e nocivos) e o alto preço de sua alienação social e política, estaremos expostos a muita batalha para evitar catástrofes, que podem ocorrer.

IHU On-Line – Não é curioso que os integrantes do movimento tradicionalista, de maneira geral, valorizem como atributo dos gaúchos traços rústicos, chulos e grosseiros?

Francisco Marshall – Os regionalistas defendem também valores positivos de autenticidade, lealdade e hospitalidade, gostam de poesia (mesmo que de estilo antigo), valorizam a música e o folclore, têm uma certa noção de identidade e enquanto tomam mate ou assam ovelhas estão deixando de fazer outras bobagens; então, não é perda total. Paixão Côrtes⁷ foi um folclorista à

⁵ **Nelson Marchezan Júnior** (1971): advogado, administrador e político nascido em Porto Alegre. Não tinha maiores pretensões na política até a morte do pai, em 2002. No mesmo ano, concorreu e foi eleito deputado federal, mas a Justiça Eleitoral impediu sua diplomação por falta de filiação partidária válida. Ele não apresentou provas que era filiado ao PSDB um ano antes das eleições. Iniciou na vida pública em 2003, como diretor de Desenvolvimento, Agronegócios e Governos do Bannrisul durante o mandato do governador Germano Rigotto. Abandonou o cargo em 2006, quando elegeu-se deputado estadual. Em 2010, foi eleito deputado federal. Em 2016, elegeu-se no segundo turno prefeito de Porto Alegre. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **José Ivo Sartori** (1948): é professor de filosofia e político nascido em Farroupilha (RS). Filiado ao PMDB. Exerceu cinco mandatos consecutivos como deputado estadual e presidiu a Assembleia Legislativa entre 1998 a 1999. Durante o governo de Pedro Simon, foi secretário estadual do Trabalho e Bem-Estar Social entre 1987 a 1988. Concorreu, sem sucesso, ao cargo de prefeito de Caxias do Sul em 1992 e 2000. Em 2002, elegeu-se deputado federal com quase cem mil votos. Em 2004, elegeu-se prefeito de Caxias do Sul no segundo turno, com 52,4% dos votos. Quatro anos depois, reelegeu-se no primeiro turno com 54,3% dos votos. Em outubro de 2014, elegeu-se governador do Rio Grande do Sul, com 61,2% dos votos, sendo empossado em 1º de janeiro de 2015. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Paixão Côrtes** (1927): João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes é folclorista, compositor, radialista e pesquisador gaúcho. Trata-se de um dos personagens mais importantes da cultura gaúcha e, em particular, do movimento tradicionalista. Era um dos alunos do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, que fundaram o primeiro centro de tradições gaúchas (CTG), chamado de 35, em 1953. Em 1954, serviu de modelo para o escultor Caringi criar a estátua Laçador, fixada em uma das entradas de Porto Alegre. Formou-se em Agronomia, na UFRGS, e trabalhou na Secretaria da Agricultura. Costuma dizer que o fato de ser folclorista

altura de Câmara Cascudo⁸, e a cultura regionalista, com seus festivais e em seu circuito social, conseguiu gestar artistas valiosos, como Borghettinho⁹, Luiz Carlos Borges¹⁰, Mário Barbará¹¹, sem falar na família Fagundes¹², cheia de talentos, e outros bons valores. Creio que o maior volume de grossura é mesmo do arrogante urbano, um íncoia sem cosmopolitismo, indelicado, conservador e tolo. O médico racista que lidera movimento de opinião contra as cotas sociais, por exemplo, revela uma grossura muito mais grave, aquela de quem tem acesso a recursos culturais e os desdenha em favor de interesses mesquinhos; este tipo é de uma rusticidade chula e grosseira deplorável, muito pior que a de qualquer devoto de galpão-oratório.

IHU On-Line – O senhor é curador de uma instituição inserida na vida cultural do estado. Neste campo, as produções costumam receber apoio de verbas públicas ou patrocínios

e “falar a mesma língua do homem do campo” facilitou a comunicação e a implantação de novas tecnologias. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Luís da Câmara Cascudo** (1898–1986): historiador, folclorista, antropólogo, advogado e jornalista brasileiro. Passou toda a sua vida em Natal e dedicou-se ao estudo da cultura brasileira. Foi professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Pesquisador das manifestações culturais brasileiras, deixou uma extensa obra, inclusive o *Dicionário do Folclore Brasileiro*. A edição 126 dos Cadernos IHU Ideias é intitulada *Câmara Cascudo: um historiador católico*, e pode ser lida em <https://goo.gl/ouil34>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ **Renato Borghetti** (1963): mais conhecido como Borghettinho, músico instrumentista e acordeonista nascido em Porto Alegre. Seu primeiro disco, *Gaita-Ponto*, tornou-se o primeiro álbum de música instrumental brasileira a ganhar um disco de ouro, vendendo cem mil cópias. Excursionou por todo o Brasil e por diversos países. Em 1991, ganhou o prêmio disco do ano, na categoria regional, da Associação Paulista de Críticos de Arte. Mescla folclore e modernidade em suas composições. Tem mais de uma quinzena de discos gravados e dezenas de participações em gravações. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **Luiz Carlos Borges** (1953): músico instrumentista, compositor e intérprete nascido em Santo Ângelo. É considerado um dos principais nomes da música regional do Rio Grande do Sul. Participou e venceu diversos festivais. Atuou, também, como jurado, idealizador e organizador do Musicante Sul-Americano de nativismo na cidade de Santa Rosa. Tem mais de 32 discos gravados. (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹ **Mário Barbará** (1954): poeta, cantor e compositor nascido em São Borja (RS). Sua música de maior sucesso foi *Desgarrados*, escrita junto com Sérgio Napp, vencedora da 11ª Califórnia da Canção Nativa de 1981, em Uruguaiana. (Nota da **IHU On-Line**)

¹² **Os Fagundes**: é uma banda brasileira de música nativista, formada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O grupo leva esse nome por ser composto por integrantes de uma mesma família. (Nota da **IHU On-Line**)

privados. Qual a situação do Rio Grande do Sul no que tange aos incentivos culturais?

Francisco Marshall – O StudioClio não recebe nem verba pública nem patrocínio privado; é uma experiência visando à sustentação unicamente pela produção e consumo cultural. Como o gaúcho tem pouco hábito de consumo cultural e gosta de comprar em camelô (mesmo os ricos), a situação lá é difícilíssima. A LIC-RS [Lei de Incentivo à Cultura] passou por revisão recentemente, que a piorou um tanto, pois os recursos autorizados para grandes projetos são insuficientes e os para projetos menores, inexistentes, aquém da capacidade de captação e realização. No Conselho Estadual de Cultura, que emite pareceres da LIC, nota-se uma assombrosa falta de preparo técnico, pelo predomínio de indicações políticas na sua composição. Atualmente (2017), ninguém sabe onde anda ou o que faz a gestão estadual, pois a decadência é vertiginosa, sobretudo dos museus e projetos de desenvolvimento cultural. O fomento via Pronac-mecenato [Programa Nacional de Apoio à Cultura] no MinC [Ministério da Cultura] é igualmente crítico, ainda mais neste momento recessivo, em que as empresas não declaram lucro e não têm, portanto, de onde tirar recursos fiscais habilitados.

Infelizmente a meta de Sérgio Paulo Rouanet¹³ não se realizou – o desenvolvimento de uma cultura de mecenato. Atrélaram-se projetos culturais a finalidades de marketing, e nisso predominou a preferência por fenômenos de massa com pouca ou nenhuma densidade cultural em detrimento do poder de inovação dos arte-criadores, do estímulo ao florescimento pela arte e pela cultura e do desenvolvimento das relações entre arte e educação. O regime de editais temáticos

¹³ **Sérgio Paulo Rouanet** (1934): diplomata, filósofo e ensaísta nascido no Rio de Janeiro. É membro da Academia Brasileira de Letras desde 1992. Exerceu o cargo de secretário de Cultura do presidente Fernando Collor de Mello e foi responsável pela criação da Lei Rouanet, de incentivos fiscais à cultura. (Nota da **IHU On-Line**)

e do fortalecimento das instituições realizadoras (institutos, museus, bibliotecas, centros culturais) permite contornarem-se os vícios dos programas de incentivos fiscais, mas ainda predomina a grave escassez de recursos.

No Rio Grande do Sul, ademais, vivemos o escabroso quadro de um ataque do governo estadual (Sartori) a instituições de arte, ciência, cultura e conhecimento técnico aplicado (as fundações ameaçadas de extinção), em um programa de desenvolvimento socioeconômico regional; uma insensatez monstruosa. O Brasil e o Rio Grande do Sul seguem à espera de um novo modelo de fomento à cultura, mais eficiente e favorável ao desenvolvimento dos valores necessários a todas as civilizações – arte e cultura.

“Há delicadeza e grossura, cultura e ignorância, lucidez e demência políticas, mas creio que predomina a inconsistência cultural, sobretudo nas classes afluentes”

IHU On-Line – No cenário cultural nacional, prevalecem produções do Rio de Janeiro e de São Paulo. Há também expressões importantes de estados nordestinos, como Pernambuco. Por outro lado, artistas que trabalham no Rio Grande do Sul costumam apontar que suas obras têm pouca aceitação

nacional. Isso procede? Devese ao quê?

Francisco Marshall – O modernismo brasileiro, patrono de nossas noções e instituições de patrimônio, orientou sua bússola para o patrimônio mineiro e para o Nordeste, efetivamente ricos em arte e folclore. Mário de Andrade¹⁴ e Villa-Lobos¹⁵ são avatares desta tendência, perpetuada desde então. O Rio Grande do Sul era sentido mais como concorrência, por possuir sua própria cultura (e economia), do que como assunto meritório; alinhava-se ao Pampa e às culturas castelhanas, longe de um mundo de praias, coqueiros, coloridos da flora tropical, lastros de lusitanidade castiça e africanidades pulsantes. Nos anos 30, ademais, especialmente depois de 1932, cresceu a hostilidade política de São Paulo contra o Rio Grande do Sul. Isto ajudou a construir a miopia incapaz de ver Simões Lopes Neto¹⁶ em seu quadro real, alinhado a Ja-

mes Joyce¹⁷ e a Guimarães Rosa¹⁸, e uma certa dificuldade de assimilar expoentes como Erico Veríssimo¹⁹ e Josué Guimarães²⁰ (entre outros) em sua verdadeira dimensão, máxima. Na música, porém, creio que temos expressões mais bem acolhidas, em um arco que vai de Radamés Gnattali²¹ a Yamandu Costa²².

¹⁷ **James Joyce** (1882-1941): romancista, contista e poeta irlandês que viveu boa parte de sua vida expatriado. É amplamente considerado um dos autores de maior relevância do século 20. Suas obras mais conhecidas são o volume de contos *Dublinenses/Gente de Dublin* (1914) e os romances *Retrato do artista quando jovem* (1916), *Ulisses* (1922) e *Finnegans Wake* (1939) – o que se poderia considerar um “cânone joyceano”. Também participou dos primórdios do modernismo poético em língua inglesa, sendo considerado por Ezra Pound um dos mais eminentes poetas do imagismo. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁸ **João Guimarães Rosa** (1908-1967): escritor, médico e diplomata brasileiro. Como escritor, criou uma técnica de linguagem narrativa e descritiva pessoal. Sempre considerou as fontes vivas do falar erudito ou sertanejo, mas, sem reproduzi-las num realismo documental, reutilizou suas estruturas e vocábulos, estilizando-os e reinventando-os num discurso musical e eficaz de grande beleza plástica. Sua obra parte do regionalismo mineiro para o universalismo, oscilando entre o realismo épico e o mágico, integrando o natural, o místico, o fantástico e o infantil. Entre suas obras, citamos: *Sagarana*, *Corpo de baile*, *Grande sertão: veredas*, considerada uma das principais obras da literatura brasileira, *Primeiras histórias* (1962), *Tutaméia* (1967). A edição 178 da **IHU On-Line**, de 2-5-2006, dedicou ao autor a matéria de capa, sob o título “Sertão é do tamanho do mundo”. 50 anos da obra de João Guimarães Rosa, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/178>. Confira ainda a edição 275 da Revista **IHU On-Line**, de 29-9-2008, intitulada *Machado de Assis e Guimarães Rosa: intérpretes do Brasil*, disponível em <http://bit.ly/mBZOce>. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁹ **Erico Veríssimo** (1905-1975): um dos mais importantes escritores brasileiros. Em 1932, o autor publica uma coletânea de contos, *Fantoches*, sua estreia na literatura. Recebeu o Prêmio Machado de Assis, com *Música ao Longe*, e o Prêmio Graça Aranha, com *Caminhos Cruzados*. Integra o Segundo Tempo Modernista (1930-1940), período em que a literatura brasileira refletiu os problemas sociais do país. A obra de Erico costuma ser dividida em três fases: Romance urbano; Romance histórico e Romance político. Na segunda, encontra-se o épico *O tempo e o vento*, trilogia (O Continente, O Retrato e O Arquipelago) que cobre 200 anos da história do Rio Grande do Sul, de 1745 a 1945. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁰ **Josué Guimarães** (1921-1986): escritor e jornalista nascido no Rio Grande do Sul. Trabalhou em jornais como *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Zero Hora* e *Correio do Povo*. Cobriu a Revolução dos Cravos, em Portugal, e as independências na África. Entre suas obras, destacam-se *A ferro e fogo 1 – Tempo de solidão* (1972), *A ferro e fogo 2 – Tempo de guerra* (1975), *Depois do último trem* (1973), *Os tambores silenciosos* (1977), *Dona Anja* (1978) e *Camilo Mortágua* (1980). (Nota da **IHU On-Line**)

²¹ **Radamés Gnattali** (1906-1988): arranjador, compositor e pianista nascido em Porto Alegre. (Nota da **IHU On-Line**)

²² **Yamandu Costa** (1980): violonista e compositor brasileiro. É considerado um dos maiores violonistas do Brasil. Filho da cantora Clari Marcon e do multi-instrumentista e professor de música Algacir Costa. Começou a estudar violão aos sete anos de idade com o pai, Algacir Costa, líder do grupo Os Fronteiriços e aprimorou-se com Lúcio Yanel, argentino radicado no Brasil. Até os quinze anos, sua única escola musical era a música folclórica do Sul do Brasil, Argentina e Uruguai. Depois de ouvir Radamés Gnattali começou a procurar por outros brasileiros como Baden Powell, Tom Jobim e Raphael Rabello. Yamandu toca estilos

A última derrota cultural do Rio Grande do Sul foi nos anos 80 e início dos 90, quando uma geração muito talentosa foi colocar-se no Rio de Janeiro, mas explodia, na época, um produto em compota, o assim chamado rock nacional, que concentrou e quase monopolizou mídia e produção. Ultimamente, o Brasil inteiro sucumbe a uma pavorosa leva de mau gosto musical, que contamina também o Rio Grande do Sul. O ônus dessas relações desequilibradas é que artistas locais têm pouco acesso à rica economia concentrada no Sudeste e ficam condenados a atuar em um brejo com pouco vigor econômico e cultural, insuficiente para sustentar a produção efetiva dos artistas e a renovação necessária da cultura.

IHU On-Line – Há poucas bibliotecas públicas no estado, não existe uma política oficial para compra de livros e as escolas públicas estão em situação precária, justamente em um estado que desde a Primeira República era referência em educação. O que dizer deste cenário?

Francisco Marshall – Pior: um projeto da prefeitura de Porto Alegre, em parceria com a Câmara Rio-grandense do Livro, o Adote um escritor, que vitaliza ricamente literatura e produção editorial nas escolas da cidade, foi recentemente (gestão Marchezan Jr.) desfigurado, rumo ao colapso. A falta de bibliotecas é homóloga à falta de teatros, auditórios, cineclubes e centros culturais; na periferia das cidades, onde mais se necessita destes recursos, o vazio é total e trágico. As autoridades não percebem que as emanações culturais são a fonte mais virtuosa para o desenvolvimento: potencializam destinos, fomentam a autoria e a construção de símbolos, identidades e sujeitos, distribuem pensamentos

diversos como choro, bossa nova, milonga, tango, jazz, samba e chamamé, difícil enquadrá-lo em uma corrente musical principal, dado que mistura todos os estilos e cria interpretações de rara personalidade no seu violão de sete cordas. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁴ **Mário de Andrade** [Mário Raul de Moraes Andrade] (1893-1945): poeta, romancista, musicólogo, historiador, crítico de arte e fotógrafo brasileiro. Um dos fundadores do modernismo brasileiro, praticamente criou a poesia moderna brasileira com a publicação de seu livro *Paulicéia Desvairada*, em 1922. Exerceu uma influência enorme na literatura moderna brasileira e, como ensaísta e estudioso (foi um pioneiro do campo da etnomusicologia) sua influência transcendeu as fronteiras do Brasil. Andrade foi a figura central do movimento de vanguarda de São Paulo por vinte anos. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁵ **Heitor Villa-Lobos** (1887-1959): compositor nascido no Rio de Janeiro. Aprendeu as primeiras lições de música com seu pai, Raul Villa-Lobos, funcionário da Biblioteca Nacional. Ele lhe ensinou a tocar violoncelo usando improvisadamente uma viola, devido ao tamanho de Tuhu (apelido de origem indígena que Villa-Lobos tinha na infância). Sotinho, aprendeu violão na adolescência, em meio às rodas de choro cariocas, às quais prestou tributo em sua série de obras mais importantes: *Os Choros*, escritos na década de 1920. Destacou-se por ter sido o principal responsável pela descoberta de uma linguagem peculiarmente brasileira em música, sendo considerado o maior expoente da música do modernismo no Brasil, compondo obras que contêm nuances das culturas regionais brasileiras, com os elementos das canções populares e indígenas. No Brasil, sua data de nascimento (5 de março) é celebrada como Dia Nacional da Música Clássica. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁶ **João Simões Lopes Neto** (1865-1916): escritor nascido em Pelotas (RS). A ele a revista **IHU On-Line** dedicou a edição 73, chamada *João Simões Lopes Neto: força da literatura brasileira e latino-americana*, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/73>. O oitavo número dos Cadernos **IHU Ideias** é intitulado *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho*, de autoria da professora Márcia Lopes Duarte, disponível em <https://goo.gl/STCqYG>, tem como base a apresentação da professora no **IHU Ideias** de 4 de setembro de 2003. É possível conferir sobre o autor uma entrevista concedida por Márcia na **IHU On-Line** número 73, de 1º de setembro de 2003. Entre as principais obras do escritor, destaca-se *Cancioneiro Guasca* (1910), *Contos Gauchescos* (1912), *Lendas do Sul* (1913). (Notas da **IHU On-Line**)

e sensibilidades elevadas, mobilizam as comunidades em harmonia, ocupam o tempo com qualidade e, como percebeu Aristóteles²³, ajudam a cidade a purgar seus males (catarse). Como efeito complementar, mas não menos relevante, a cultura incide rápida e vigorosamente sobre os índices de violência, hoje críticos. O livro e as bibliotecas são parte deste processo; mesmo que o livro tenha uma dimensão comercial, é um bem cultural precioso, que necessita fomento. A cultura é como a democracia: sempre um bebê cheio de possibilidades, mas necessitando de alento e cuidados vários. O meu sonho ci-

23 **Aristóteles de Estagira** (384 a.C.–322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira. Suas reflexões filosóficas – por um lado, originais; por outro, reformuladoras da tradição grega – acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou significativas contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia e história natural. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da **IHU On-Line**)

dadão é que houvesse um StudioClio público em cada distrito, bem como mais espaços culturais, em formatos variados, junto aos parques, na paisagem urbana, para o florescimento de qualidades com as quais um mundo melhor efetivamente se realiza.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Francisco Marshall –A humanidade hoje vive diversos dilemas graves; mais graves do que os pretéritos, pois todas as forças se desenvolveram nestes 5.000 anos como vetores potentes, e hoje uns cooperam, muitos conspiram coligados, quase todos colidem. A agressividade contra o ambiente degradou o planeta e ameaça a todos. A polarização social cresceu, e o desenvolvimento conquistado segue restrito a uma parcela pequena da população. Bens vitais e simbólicos são preciosos e escassos. Retóricas e imagens

perversas ocultam e ameaçam. Talvez o mais grave conflito hoje seja entre capital e humanismo. O capital alimenta-se do humano para concentrar-se, tornar-se cada vez maior – e mais devastador. Seu limite e sua única chance de tempera é o humanismo. Não se trata apenas de embate entre direita e esquerda, mas de algo muito mais denso e grave. Olhamos para trás e vemos um patrimônio de inteligência que nos alimenta. É disso que vive o humanismo, e de onde provêm forças e possibilidades que nos resgatam da adversidade e nos nutrem para criar presente e futuros melhores para nós e para todos. Que este humanismo, que inspira a esta bela edição e a quem deseja viver em harmonia, seja também e sempre a razão para nos posicionarmos no mundo e cooperarmos. Eis o bem maior, possui graça inata e dá sentido a tudo o que fazemos, humanistas. ■



Ouse pensar
o que ninguém pensou.
ihu.unisinos.br

Atitudes de Sartori denunciam crise de identidade que não é apenas do governo, mas de todos

Giba Assis Brasil afirma que a produção audiovisual depende da existência e da permanência de políticas públicas para o setor

Vitor Necchi

O professor e montador de cinema Giba Assis Brasil trabalha há 37 anos na área e afirma que o audiovisual, assim como o teatro, a literatura, a música, são ótimos espaços para se discutir temas como educação, inclusão de minorias, distribuição de renda, direitos humanos, desmilitarização da polícia, relações de trabalho e meio ambiente. “De forma qualificada, aceitando as diferenças e sem promover o ódio”, salienta. Nesta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Giba discute o papel das políticas públicas para a área cultural e o desenvolvimento do campo audiovisual no Rio Grande do Sul.

“Momentos favoráveis, ou não, dependem da economia do estado e do país, como em qualquer atividade. Mas, no caso da produção audiovisual, dependem mais ainda da existência ou não de políticas públicas para o setor e da permanência ou não dessas políticas ao longo do tempo”, explicou. A postura dos governantes se revela determinante para o desenvolvimento do setor cultural. Giba explica que a produção audiovisual tem um ciclo muito longo. “Por isso leva mais tempo para sair da crise, mas também demora para entrar nela”, resume. “Nesse momento, ainda não sabemos que tamanho terá o desman-

che na área de Cultura, [...] mas ele já está acontecendo.”

Giba arrisca alguns palpites sobre as crises do Estado. A começar pelo fato de os gaúchos estarem, desde 1982, elegendo governantes de partidos diferentes a cada pleito. Isso “pode sugerir que estejamos numa séria crise de identidade”. Ele não questiona a alternância de poder, “que como possibilidade é essencial à democracia”, mas pretende discutir o “fato de estarmos sempre querendo começar do zero”.

Admite que não votou no atual governador, “mas ele foi eleito, faz parte de um governo legítimo, que no fim das contas me representa”. Ao analisar algumas atitudes de José Ivo Sartori, diz que elas “parecem denunciar esta crise de identidade, que certamente não é apenas do governo, mas do estado, de nós todos”.

Giba Assis Brasil é montador de cinema e graduado em Jornalismo pela UFRGS. Teve reconhecimento de Notório Saber, nível Mestrado, pela Unisinos. Foi presidente da Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos – APTC em dois períodos (1989-1991 e 2013-2015). Integrou o Conselho Superior de Cinema, do Ministério da Cultura (2004 e 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Há pelo menos 35 anos o senhor participa da produção cinematográfica do estado e do país como realizador e como articulador

de políticas públicas voltadas à área. Neste período, quais os momentos mais e menos favoráveis à atividade nas duas esferas?

Giba Assis Brasil – Momentos favoráveis, ou não, dependem da economia do estado e do país, como em qualquer atividade. Mas, no caso da produção audiovisual, dependem

“Leis de incentivo à cultura são importantes, podem e devem fazer parte de uma política cultural – mas não podem SER a política cultural”

mais ainda da existência ou não de políticas públicas para o setor e da permanência ou não dessas políticas ao longo do tempo. É assim em qualquer parte, não se trata de uma característica brasileira ou mesmo do sul do mundo.

O Rio Grande do Sul tem uma particularidade: é o único estado do Brasil em que nenhum governo se reelegeu desde a redemocratização. Nesse cenário, as políticas públicas tendem a ser sempre reinventadas a cada quatro anos. A LIC, Lei estadual de Incentivo à Cultura, mesmo com as suas limitações, foi um ponto positivo do governo [Antônio] Britto¹, assim como o Prêmio RGE, que infelizmente não teve continuidade. O passo seguinte à LIC, que seria o FAC, Fundo de Apoio à Cultura, com sua política de editais, só foi aprovado no final do governo Olívio² [Dutra] e só veio a ser realmente implantado no governo Tarso [Genro]³, dez anos depois.

Em termos nacionais, não há dúvida de que nas últimas décadas nós vínhamos tendo cada vez mais e melhores políticas públicas na área cultural. Mas foi com Gilberto Gil⁴ no Ministério da Cultura que chegamos, pela primeira vez, a ter uma verdadeira política cultural para todo o país. Leis de incentivo à cultura são importantes, podem e devem fazer parte de uma política cultural – mas não podem SER a política cultural.

IHU On-Line – Em 2010, a Associação dos Técnicos Cinematográficos do Estado - APTC coletou dados acerca do investimento feito em cinema por 11 estados brasileiros. O Rio Grande do Sul apareceu em último lugar. No passado, costumava ser lembrado como o terceiro polo cinematográfico do Brasil. Qual a situação e a relevância da produção audiovisual do estado atualmente?

Giba Assis Brasil – O mito do “terceiro polo” tem menos a ver com quantidade de filmes, e mais com continuidade de produção: o Rio

Grande do Sul foi o único estado, além de Rio e São Paulo, que nunca parou de produzir entre os anos 1960 e a virada do século. Mas hoje o digital praticamente universalizou o que poderíamos chamar de “acesso ao primeiro filme”: em qualquer lugar se pode produzir um filme de estreia, aquele em que a necessidade de expressão e o fascínio pelo cinema bastam para mobilizar os realizadores, em que equipe e elenco raramente são pagos, em que muitos serviços são obtidos por mobilização da comunidade etc. A questão é que a realização do segundo ou do terceiro filme em diante dependem de muitos outros fatores: políticas públicas, financiamento, formação de equipes, profissionalização das relações de trabalho e, claro, resposta de público.

Acredito que, hoje, o nível de produção do Rio Grande do Sul nos coloque em quinto ou sexto lugar entre os estados do país. O que não é mau, considerando o pouco investimento realizado nos últimos 20 anos.

IHU On-Line – Os dados da APTC revelaram que, desde 2006, o governo estadual investiu no setor audiovisual menos do que os recursos destinados pelo Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural (Fumproarte), da prefeitura de Porto Alegre. Por que o pouco interesse do estado por uma atividade que, para além da questão artística, movimenta

1 **Antônio Britto Filho** (1952): é um jornalista, executivo e político brasileiro, que exerceu os cargos de deputado federal, ministro da Previdência Social e governador do estado do Rio Grande do Sul. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Olívio Dutra** (1941): sindicalista e político nascido em Bossoroca (RS). Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, ministro das Cidades. Formado em Letras, Olívio foi funcionário concursado do Banrisul, a partir de 1961. Nesta condição, começou a militar no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e chegou à presidência da entidade em 1975. Comandou a greve geral do funcionalismo público de setembro de 1979, motivo pelo qual foi preso durante a ditadura militar e perdeu seu mandato sindical. Foi presidente do PT de 1980 a 1986. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Tarso Genro** (1947): advogado, jornalista e político nascido em São Borja (RS). Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi duas vezes prefeito de Porto Alegre, ministro da Educação, das Relações Institucionais e da Justiça durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 3 de outubro de 2010, elegeu-se governador do Rio Grande do Sul no

primeiro turno, com mais de 54% dos votos válidos. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Gilberto Gil** (1942): é um político, cantor, compositor, multi-instrumentista, escritor, ambientalista, empresário e intelectual brasileiro, também conhecido por sua inovação musical e por ser ganhador de prêmios Grammys e galardoado pelo governo francês, com a Ordem Nacional do Mérito (1997) e pela Unesco como “artista pela paz” (1999). Gil foi embaixador da ONU para agricultura e alimentação e ex-ministro da Cultura (2003–2008). Em mais de 50 álbuns lançados, ele incorpora a gama eclética de suas influências, incluindo rock, gêneros tipicamente brasileiros, música africana e reggae, por exemplo. (Nota da **IHU On-Line**)

a economia local?

Giba Assis Brasil – Este dado significa em primeiro lugar que o município de Porto Alegre conseguiu criar, ainda nos anos 1990, um mecanismo de financiamento à produção cultural que se consolidou, apesar de ter reduzido seu investimento nos últimos anos e de estar atualmente inadimplente com dezenas de produtores culturais. O FAC, que seria o equivalente ao Fumproarte no Estado, ainda sofre pela descontinuidade das políticas.

No Festival de Cinema de Gramado deste ano, o secretário [de Estado da Cultura] Victor Hugo garantiu publicamente que vai lutar para que os investimentos deste ano não sejam menores que os do ano passado, o que, no atual cenário, não deixa de ser uma boa notícia.

IHU On-Line – Nos últimos anos, políticas públicas de financiamento de projetos audiovisuais impactaram positivamente a produção no estado. Neste ano, até agosto, foram lançados oito longas. Outros nove estão finalizados, cerca de 20, em finalização e 18, em pré-produção. De uma maneira geral, qual a procedência desses recursos?

Giba Assis Brasil – Cada projeto tem uma história, uma forma específica de composição do seu orçamento, que às vezes muda entre a concepção e a filmagem, entre a montagem e a finalização. Se analisarmos os filmes produzidos no Rio Grande do Sul que foram ou serão lançados em 2017, vamos encontrar uma diversidade de mecanismos de financiamento.

Por exemplo, *Cidades fantasmas* e *Quem é Primavera das Neves* foram coproduzidos em 2016 pela Globo News com recursos do artigo 3º-A da Lei do Audiovisual, sendo que um deles virou série em parceria com o Canal Brasil, através de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA. *Baleia* e *Legalidade* receberam, em outubro de 2015, recursos

do Prodecine 1, linha do FSA que é analisada pelo Comitê de Investimentos do BRDE [Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul]. *Garoto neon* e *Mudança* ganharam o edital para filmes de baixo orçamento do MinC [Ministério da Cultura], em dezembro de 2015. *Mulher do pai* ganhou o Prodecine 5, edital específico para filmes com propostas de inovação de linguagem do FSA, no início de 2015, além de recursos internacionais do Fundo Ibermedia. Este mesmo Prodecine 5, no ano seguinte, premiou *Bio* e *Raia 4. Mar inquieto, Desvios, Central e Eles vieram e roubaram sua alma* ganharam o edital de finalização de longas do FAC, ainda no governo Tarso (junho de 2014). *Rifle, Depois de ser cinza, Yoñlu*⁵, *A vida extraordinária de Tarso de Castro* e *Música para quando as luzes se apagam* (e mais cinco projetos ainda em produção) foram contemplados no primeiro edital conjunto FSA-FAC, em que o Estado banca 40% e a Ancine [Agência Nacional do Cinema], 60% dos recursos. Este edital também foi negociado ainda no governo Tarso e o resultado saiu em janeiro de 2015.

Ou seja, todos estes projetos existem por iniciativas de realizadores audiovisuais, individualmente ou em grupo, mas nenhum deles teria chegado onde chegou sem algum tipo de política pública. E podemos ver que, em sua grande maioria, se tratam de políticas públicas federais, eventualmente complementadas pelo estado.

⁵ **Vinicius Gageiro Marques** (1989-2006): conhecido como Yoñlu, foi um músico amador que se suicidou em 2006, aos 16 anos de idade. Trata-se de um dos primeiros casos de suicídio assistido via internet no Brasil. Com o pseudônimo Yoñlu, Vinicius deixou um legado de cerca de 60 canções, que revelaram uma intrigante produção artística, todas compostas e gravadas inteiramente por ele em seu quarto. As faixas trazem letras reflexivas e melodias invariavelmente melancólicas, sendo marcadas pela confluência de gêneros. Em 2007, a gravadora goiana Allegro Discos reuniu 23 dessas músicas no álbum Yoñlu. No ano seguinte, o selo Luaka Bop, criado por David Byrne, selecionou 14 canções em um disco de caráter conceitual, *A society in which no tear is shed is inconceivably mediocre*. “Gostamos das músicas antes de ouvir a história de seu autor”, disse à época Yale Evelev, um dos gestores da marca. Em 2016, começou a ser produzido um longa-metragem contando sua história. Em 2008, o pai do garoto, Luiz Marques, concedeu uma entrevista à **IHU On-Line**, publicada nas Notícias do Dia de 26-5-2008, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2eV6iIO>. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Como os recursos de editais estão encolhendo, o cenário descrito na questão anterior deve mudar nos próximos anos?

Giba Assis Brasil – A produção audiovisual tem um ciclo muito longo. Por isso leva mais tempo para sair da crise, mas também demora para entrar nela. Filmes selecionados em um edital levam de um a dois anos para serem finalizados, às vezes mais. Projetos em desenvolvimento, também apoiados por editais, podem levar quatro ou cinco anos para chegar ao mercado. O investimento do Fundo Setorial em Núcleos Criativos tem resultados de prazo ainda mais longo. Nesse momento, ainda não sabemos que tamanho terá o desmanche na área de Cultura, nem quanto tempo ele levará para chegar ao audiovisual (à Ancine, ao Fundo Setorial), mas ele já está acontecendo.

Também não sabemos em que medida vamos retroceder na universalização da educação, nas políticas de inclusão, na soberania nacional, no combate ao trabalho escravo. Não sabemos em que medida estes retrocessos serão provisórios ou permanentes, mas eles já estão acontecendo, e bem mais adiantados.

De qualquer maneira, não me parece que seja por acaso que a primeira medida anunciada pelo governo golpista tenha sido o fechamento do Ministério da Cultura. (Se depois voltaram atrás, como em muitas outras medidas tomadas desde então, parece mais um recuo tático que uma mudança de estratégia.) Aliás, a relação histórica que alguns comentaristas insistem em ver entre o atual processo e o governo Itamar Franco⁶ talvez esteja justamente na inversão de atitudes: antes do Plano Real, antes mesmo de ser efetivado como presidente, Itamar reinstituíu o Ministério da Cultura, que havia sido extinto por Collor⁷. É claro que,

⁶ **Itamar Franco** (1930-2011): político brasileiro, foi o 33º presidente da República do Brasil, entre 1992 e 1994, após o impeachment de Fernando Collor de Mello (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Fernando Collor de Mello** (1949): político, jornalista, economista, empresário e escritor bra-

em outras circunstâncias, abrir ou fechar um ministério poderia ser apenas uma ação administrativa, sem grandes consequências reais. Mas a Política e a Cultura se fazem também por atos simbólicos.

IHU On-Line – O diretor artístico do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, Eduardo Valente, apresentou recentemente um levantamento que realizou acerca da procedência dos longas inscritos para a edição deste ano: 51 do Rio de Janeiro, 47 de São Paulo, 13 de Pernambuco, 11 de Minas Gerais, 10 de Brasília e da Bahia, cinco do Ceará, quatro de Santa Catarina e do Pará, três do Rio Grande do Sul, de Goiás e do Espírito Santo, dois da Paraíba e um do Paraná, de Mato Grosso, de Piauí, de Alagoas e do Maranhão. O que esses números sugerem, em relação ao cinema feito no Rio Grande do Sul?

Giba Assis Brasil – Antes de mais nada, o que estes números sugerem sobre o cinema brasileiro? Em primeiro lugar, que a produção aumentou muito nos últimos anos, em função da existência de fortes políticas públicas federais, mas também pelas facilidades trazidas pela tecnologia digital. Segundo, que Rio e São Paulo continuam produzindo mais do que o restante do país inteiro. Terceiro, que os estados que tive-

ram políticas públicas contínuas, mesmo com mudanças de governo (casos de Pernambuco e Minas), são os que mais produzem atualmente fora do “eixo” – e com evidentes reflexos na qualidade desta produção. Quarto, que, apesar da concentração de recursos, em parte inevitável pela natureza da atividade, a nacionalização da produção audiovisual está acontecendo: o levantamento mostra que, neste momento, há filmes produzidos em 18 estados brasileiros, algo impensável alguns anos atrás.

Mas, aparentemente, duas unidades da federação apresentam aqui números incoerentes com a trajetória de sua produção: Brasília para mais e o Rio Grande do Sul para menos. A possível defasagem positiva do Distrito Federal deve ter a ver com a identificação entre os cineastas locais e o seu festival. E a nossa defasagem negativa talvez revele mais sobre Brasília do que sobre o Rio Grande do Sul.

Outros dados já mencionados indicam que há uma quantidade bem maior de filmes novos ou em finalização no estado, mas que por algum motivo não se inscreveram no festival de Brasília. Por quê? Porque seus realizadores não os consideram “filmes de festivais”? Porque não têm expectativa de ser selecionados, talvez em função de experiências anteriores? Ou porque preferiram aguardar o resultado da seleção de Gramado – ou Recife, ou Tiradentes, ou Fortaleza? Ou ainda porque estão voltados para festivais internacionais? Somente perguntando para o produtor ou realizador de cada filme.

IHU On-Line – É notória a crise econômica pela qual passa o Rio Grande do Sul. Para além dela, e na sua visão, que outras crises o Estado vive e por quê?

Giba Assis Brasil – Não me considero capacitado para este tipo de avaliação, mas posso arriscar alguns palpites. O próprio fato de o Rio Grande do Sul estar, desde 1982, elegendo a cada pleito gover-

nantes de partidos diferentes pode sugerir que estejamos numa séria crise de identidade. Não estou questionando a alternância de poder, que como possibilidade é essencial à democracia; o que eu discuto é o fato de estarmos sempre querendo começar do zero.

Não votei no governador [José Ivo] Sartori⁸, mas ele foi eleito, faz parte de um governo legítimo, que no fim das contas me representa – e não posso dizer o mesmo dos sujeitos que estão hoje em volta do Palácio do Planalto. Seja como for, algumas atitudes do governo Sartori parecem denunciar esta crise de identidade, que certamente não é apenas do governo, mas do estado, de nós todos. O projeto de extinção das fundações, por exemplo, parecia um grande equívoco desde o princípio. A FEE [Fundação de Economia e Estatística] é uma assessoria de alto nível que levou décadas para ser construída, e por cujos serviços o estado vai ter que comprar no mercado daqui para frente. No caso da TVE e da FM Cultura, já ficou evidente que os poucos funcionários que podem ser demitidos por não terem estabilidade são os mais jovens, com salários menores e com mais domínio das novas tecnologias – ou seja, uma economia mínima para uma enorme perda. A impressão que dá é que o governo já se deu conta do erro, mas não quer voltar atrás.

IHU On-Line – O que há de arcaico e de contemporâneo no estado?

Giba Assis Brasil – Seria simplista associar o arcaísmo aos valores do campo e a contempora-

silheiro, prefeito de Maceió de 1979 a 1982, governador de Alagoas de 1987 a 1989, deputado federal de 1982 a 1986, 32º presidente do Brasil, de 1990 a 1992, e senador por Alagoas de 2007 até a atualidade. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil e o presidente eleito por voto direto do povo, após o Regime Militar (1964/1985). Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano; junto a isso, denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor, culminaram com um processo de impugnação de mandato (Impeachment). Atualmente, está entre os denunciados da Operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção envolvendo agentes políticos e empresários. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **José Ivo Sartori** (1948): é professor de filosofia e político nascido em Farroupilha (RS). Filiado ao PMDB. Exerceu cinco mandatos consecutivos como deputado estadual e presidiu a Assembleia Legislativa entre 1998 a 1999. Durante o governo de Pedro Simon, foi secretário estadual do Trabalho e Bem-Estar Social entre 1987 a 1988. Concorreu, sem sucesso, ao cargo de prefeito de Caxias do Sul em 1992 e 2000. Em 2002, elegeu-se deputado federal com quase cem mil votos. Em 2004, elegeu-se prefeito de Caxias do Sul no segundo turno, com 52,4% dos votos. Quatro anos depois, reelegeu-se no primeiro turno com 54,3% dos votos. Em outubro de 2014, elegeu-se governador do Rio Grande do Sul, com 61,2% dos votos, sendo empossado em 1º de janeiro de 2015. (Nota da **IHU On-Line**)

neidade à vida na cidade grande. Arcaico é reler *O tempo e o vento*⁹ e contemporâneo é o prefeito da capital se comunicar com a população através de piadinhas no Twitter?

Contemporâneo, pensando bem, é o que faz parte do nosso tempo, ou seja: a eleição de Trump¹⁰ nos Estados Unidos, a irrupção do Estado Islâmico, a Inglaterra saindo da União Europeia, a França restringindo a entrada de imigrantes. Se for assim, talvez seja o caso de buscar alguns valores bem “arcaicos”, como a solidariedade ou os direitos humanos, para tentar reconstruir um futuro.

IHU On-Line – Embora a presunção de superioridade, em várias áreas decisivas para o futuro o Rio Grande do Sul vai de mal a pior. O que sustenta a permanência da arrogância que costuma ser atribuída aos gaúchos?

⁹ **O tempo e o vento**: romance do escritor Erico Veríssimo. Dividido em tomos: *O Continente* (1949), *O Retrato* (1951) e *O Arquipélago* (1961), a obra conta uma parte da história do Brasil vista a partir do Sul – da ocupação do Continente de São Pedro (1745) até 1945 (fim do Estado Novo), por meio da saga das famílias Terra e Cambará. (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ **Donald Trump** (1946): Donald John Trump é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu no voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da IHU On-Line)

Giba Assis Brasil – Nossas fanfarras. Continuamos acreditando no grito de Sepé Tiaraju¹¹, na espada erguida de Bento Gonçalves¹², na pose do Laçador¹³ ameaçando pealar qualquer um que entre ou saia da capital sem lhe prestar continência. Brincamos com tudo isso, mas muitos de nós ainda se entusiasma nos estádios de futebol, quando a bandinha da Brigada Militar¹⁴ executa o “Comorora”¹⁵ frente a alguns atônitos visitantes de outros estados.

Alguém deveria apresentar um projeto de emenda popular propondo mudar um verso do Hino rio-grandense: em vez de “Povo que não tem virtude /acaba por ser escravo”, ficaria “Povo que não tem virtude / COMEÇA POR TER escravos”. Duvido que fosse aprovada, mas daria uma discussão pública interessante.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Giba Assis Brasil – Até aqui falamos basicamente de políticas públicas para a área cultural. Mas podemos e devemos discutir edu-

cação, inclusão de minorias, distribuição de renda, direitos humanos, desmilitarização da polícia, relações de trabalho, meio ambiente. O audiovisual, assim como o teatro, a literatura, a música, são ótimos espaços para levantar esse tipo de discussão de forma qualificada – aceitando as diferenças, sem promover o ódio.

Um bom personagem-símbolo da história recente brasileira é a Jéssica, do filme *Que horas ela volta?*¹⁶: a filha da empregada que se tornou a primeira da família, depois de séculos, a entrar na universidade, e que agora não respeita mais limites: quer o sorvete do Fabinho, quer namorar, quer entrar na piscina. A Dona Bárbara, a patroa, pode gritar, pode bater panela, pode fingir ou mesmo acreditar que está lutando contra a corrupção ou contra a dissolução dos costumes, mas a Jéssica não volta mais para a senzala, não. Ou pelo menos a gente que vê o filme quer acreditar nisso.

Desse ponto de vista, as políticas públicas de Cultura nem são assim tão importantes. Com elas ou sem elas, a gente que faz filmes e peças e músicas e livros termina se virando. Eu defendo, claro, o Fundo Setorial do Audiovisual com toda a convicção dos meus 37 anos de trabalho na área. Mas, se for o caso, troco-o pelo direito de as Jéssicas entrarem na piscina, e ficarem lá o tempo que quiserem.

Por isso: Fora, Temer. A História cobra. ■

¹⁶ Filme brasileiro de 2015, escrito e dirigido por Anna Muylaert. (Nota da IHU On-Line)



O corpo é obsoleto? Reflexões fenomenológicas sobre biotecnologias, Pós-humanismo e Arte Carnal

Conferencista: Prof. Dr. Francisco Ortega – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

12 de setembro (terça-feira) | 19h30min | Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br



Quatro sintomas sociais dos gaúchos

Jaime Betts

O psicanalista Jaime Betts, em parceria com a professora Sinara Robin, foi um dos organizadores do seminário *NósOutros Gaúchos – as identidades dos gaúchos em debate interdisciplinar*, que deu origem a um livro homônimo (Editora da UFRGS). Os encontros, realizados em 2015, reuniram profissionais de diferentes áreas que apontaram questionamentos sobre quem são os gaúchos e como se relacionam.

No artigo aqui publicado, retoma alguns dos temas tratados no seminário. Afirma que, “levando em consideração que conflito é da condição humana, a questão que se põe para uma determinada comunidade cultural é a de como procura solucionar os mesmos”. O resultado, escreve, “são as melhores ou piores soluções encontradas, soluções de compromisso denominadas na psicanálise de sintomas sociais”.

No caso específico do Rio Grande do Sul, os sintomas sociais são muitos, mas o psicanalista destaca quatro: a dificuldade histórica de se inserir e de se relacionar politicamente no contexto nacional e na geopolítica internacional; o complexo de caranguejo invejoso; um narcisismo galopante; um reducionismo identitário mitificante e conservador.

Jaime Betts é psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre – APPOA. Foi diretor executivo do Instituto APPOA – clínica, pesquisa e intervenção em psicanálise (2012-2016).

Eis o artigo.

As questões de quem são os gaúchos e como se relacionam precisam necessariamente ser debatidas em uma perspectiva interdisciplinar. É o que procuramos fazer no seminário *NósOutros Gaúchos – as identidades dos gaúchos em debate interdisciplinar*, que resultou no livro *NósOutros Gaúchos – as identidades dos gaúchos em debate interdisciplinar* (Editora da UFRGS)¹.

Buscar respostas no debate interdisciplinar levado a cabo ao longo do projeto implicou pautar o mesmo por quatro princípios: nenhuma disciplina da conta do todo; não há hierarquia entre as diferentes disciplinas; ninguém é dono da verdade; o real é impossível de simbolizar. Se estes são princípios necessários para a fecundidade do trabalho interdisciplinar, se caracterizam de especial importância quando o assunto é quem são os gaúchos e como se relacionam, como se pode depreender pelo que segue abaixo. Recomendo a leitura do livro, pois traz uma abordagem múltipla muito rica.

Levando em consideração que conflito é da condição humana, a questão que se põe para uma determinada comunidade cultural é a de como procura solucionar os mesmos. O resultado são

¹ A obra pode ser acessada em <https://goo.gl/f9rbBn>

as melhores ou piores soluções encontradas, soluções de compromisso denominadas na psicanálise de sintomas sociais.

Os sintomas sociais do Rio Grande do Sul são muitos, mas menciono aqui apenas quatro, que abordarei em seguida numa perspectiva histórico-psicanalítica:

1. a dificuldade histórica de se inserir e de se relacionar politicamente no contexto nacional e na geopolítica internacional;
2. o complexo de caranguejo invejoso;
3. um narcisismo galopante;
4. um reducionismo identitário mitificante e conservador.

Começarei pelo último, o reducionismo identitário. O gentílico gaúcho – que identifica os nascidos no Rio Grande do Sul ou que o adotaram como sendo seu lugar – é um reducionismo metonímico que toma a parte pelo todo, ou seja, o todo é reduzido a uma de suas partes. As identidades dos gaúchos e das gaúchas são múltiplas, oriundas de muitas etnias e culturas que compuseram historicamente quem somos hoje. Elas não se reduzem à identidade do gaúcho pilchado da campanha ou das prendas e seus vestidos rodados, conforme defendido pelo folclorismo conservador dominante difundido pelos meios de comunicação. Esse reducionismo é empobrecedor, pois exclui a potencial riqueza de uma diversidade cultural em condições de um diálogo construtivo entre os diferentes interesses políticos em jogo no estado.

Outro exemplo de mito reducionista de tomar a parte pelo todo é considerar que o Rio Grande do Sul é terra dos pampas. Não é! Tomamos de empréstimo dos *hermanos* argentinos a paisagem pampiana. A paisagem do estado se caracteriza pelo planalto sul-rio-grandense ao sul e o planalto meridional ao norte, com uma geodiversidade e biodiversidade maiores que a pampiana, como o geólogo Rualdo Menegat expôs num dos encontros do projeto. O território que se assemelha ao pampa argentino é uma estreita faixa de terra que se vê ao seguir pela BR-290 entre Porto Alegre e Uruguaiana. Perguntas de psicanalista: por que tomar como nossa uma paisagem emprestada de outros? Por que reduzir nossas identidades culturais a uma apenas, idealizada e normatizada pelos manuais do movimento tradicionalista? E com que consequências sociais, políticas e econômicas?

O terceiro dos sintomas sociais referidos acima é o do narcisismo gaúcho galopante, que tem várias manifestações. O Hino Rio-grandense, conhecido de cor e cantado em brados retumbantes nos eventos públicos pela maioria dos gaúchos, comete a insensatez de propor que nossas façanhas sirvam de modelo a toda terra. Por que tanto orgulho de ser gaúcho? Para que tanto? E por que cantar o Hino Rio-grandense se sobrepondo ao Hino Nacional, como tem acontecido em eventos esportivos?

A primeira leitura do fenômeno a ser considerada é que tanta exaltação narcísica procure ocultar um complexo de inferioridade, de exclusão e ressentimento pela falta de reconhecimento pelos outros ‘de nossas façanhas servirem de modelo a toda terra’. Tomemos três aspectos históricos mais ou menos esquecidos de nossas origens. Primeiro, mencionado acima, o que hoje é nosso gentílico ‘gaúcho’, no passado designava um personagem nômade, marginal, bandoleiro, sem-teto e sem-terra, que sobrevivia se alimentando de gado solto no campo e, posteriormente, trabalhando como peão e soldado para a oligarquia pecuarista dos senhores da terra e da guerra.

Segunda leitura: outro fato histórico é que a oligarquia pecuarista gaúcha se ressentia de servir como economia subsidiária no fornecimento do charque à oligarquia paulista dominante no Império, que queria alimento barato para seus escravos nas fazendas cafeeiras. O Império, por sua vez, impunha altos impostos à importação dos insumos necessários à produção do charque, o que beneficiava os preços daquele produzido pelos nossos *hermanos* uruguaios e argentinos, que, além disso, era de carne de melhor qualidade.

Foi este o contexto sócio-político-econômico que desencadeou a revolta farroupilha de 1835 a 1845. Guerra perdida para o Império, mas cuja história é contada pelos vencidos, ressaltando apenas seus feitos heroicos. Cabe lembrar que durante muitas décadas, após seu término, o conflito era motivo de chacota, pelo menos em Porto Alegre, que resistiu aos farroupilhas e ganhou por isso de dom Pedro II, em 1841, o título de *mui leal e valerosa*, em virtude do seu

posicionamento a favor do Império, expulsando a invasão dos rebeldes e resistindo a três cercos posteriores. Ironicamente, a Semana Farroupilha é comemorada anualmente em Porto Alegre, esquecida de seu lado da história.

Terceira leitura: somado a isso, o ressentimento da oligarquia pecuarista pela falta de reconhecimento político e de atribuição de importância por parte do Império (sobretudo da oligarquia paulista dominante) de que a conquista da terra, definição e defesa das fronteiras do que hoje é o RS foi feita a ferro, fogo e sangue pelos senhores da guerra e seus peões.

Abordamos aqui o contexto histórico do primeiro sintoma social mencionado acima – a dificuldade histórica de se inserir e de se relacionar politicamente no contexto nacional e na geopolítica internacional. Com a exceção do senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), que foi um dos mais influentes políticos no cenário da República Velha (1889-1930) e que morreu apunhalado pelas costas no Rio de Janeiro, pouco tivemos uma presença efetiva de articulação política de inserção dos interesses do estado no cenário nacional. Muitos gaúchos se tornaram políticos importantes, como Getúlio Vargas, mas este, contrariando as expectativas de seus conterrâneos, levou adiante uma política de modernização industrial do país e de inserção no cenário internacional. E o Rio Grande não subiu no trem desse projeto político com ele e ficou marcando passo, queixoso e ressentido.

A tônica histórica do posicionamento político do estado gaúcho, seguindo a temática separatista farroupilha, é de um ensimesmamento, fechado em si mesmo, com a arrogância da ilusão de autossuficiência. Ou então, de procurar o poder federal com o chapéu na mão – como faz nosso atual governo estadual –, sem procurar decididamente construir uma articulação política com os demais governos estaduais para fazer valer a defesa dos interesses do Rio Grande do Sul em conjunto com os demais. Por exemplo, no combate à Lei Kandir, que sangra as divisas do estado oriundas das exportações. Nesse sentido, a miopia narcísica-política limita a visão do potencial que a atual posição geopolítica traz para o estado tanto no cenário nacional quanto no internacional.

Aqui temos o segundo dos sintomas sociais mencionado no início: o complexo de caranguejo invejoso. É comum ouvirmos a expressão de que a ‘caranguejada’ foi contra essa ou aquela iniciativa, mais por ser do contra que por outro motivo razoável. A anedota lembrada pela expressão acima é de que por aqui a cesta com os caranguejos não precisa ser tampada para evitar que os mesmos saiam, pois, assim que um começa a subir, vem outro e o puxa para baixo. A inveja não tolera que o outro se realize, pois o ressentimento do invejoso do contra se origina em sua incapacidade de lutar positivamente pelo que deseja.

A dificuldade de se chegar a um consenso por estas bandas, de fazer as coisas acontecerem, é um dos poucos consensos locais e nacionais. Fala-se do grenalismo, uma rivalidade muitas vezes passional e intolerante que facilmente descamba para a violência. Historicamente, disputas políticas ou diferenças de opinião eram resolvidas na base da faca. No traumático episódio da guerra civil, chamada de Revolução da Degola – a Revolução Federalista de 1893 –, o solo gaúcho ficou encharcado de sangue, ódio e ranger de dentes.

Trata-se de um ódio mal resolvido que é facilmente reativado pelos conflitos sociais, gerando mais ódio e intolerância. A violência de Estado se repete em nossa história recente com a brutal expulsão pela Brigada Militar da ocupação pelo movimento dos Lanceiros Negros de um edifício público estadual em Porto Alegre. O prédio estava desocupado e sem função há oito anos, e nele estavam morando muitas famílias. Uma total falta de diálogo e de negociação política do Estado, e de visão histórica, pois repete com violência em outros termos o famigerado episódio de traição dos generais farroupilhas, que desarmaram os lanceiros negros – que haviam dado seu sangue pela revolução em troca de sua liberdade e foram chacinados.

Logo se vê o tamanho do desafio que nossos sintomas sociais colocam. E, ao mesmo tempo, vislumbramos o potencial de crescimento que toma consciência da pluriculturalidade que caracteriza quem somos e de como podemos nos relacionar melhor no Rio Grande do Sul, implementando políticas públicas de inclusão, de disposição ao diálogo com as diferenças e de articulação efetiva com os demais estados da União. Recomendo novamente a leitura do livro para um debate interdisciplinar amplo de nossas questões e desafios.■

Elogio ao tempo perdido

Maura Corcini Lopes, professora e decana da Escola de Humanidades da Unisinos, valoriza os momentos de ócio como atos de resistência do pensamento

Lara Ely

O valor do não dito tem um preço alto para quem dedicou a vida a estudar a surdez. Pelo viés da educação inclusiva, a decana da Escola de Humanidades Maura Corcini Lopes fecha um semestre à frente do cargo e já sente na rotina o peso da responsabilidade. Na pele de uma mulher que concilia os cargos de chefia, docência e pesquisa à vida pessoal, ela coloca em perspectiva a criação de espaços de ócio na rotina para fazer a “resistência do pensamento”. Sem isso, não há inovação, defende. No seu caso, o desafio extra é cumprir as mil e uma tarefas e conseguir zelar pela sala de aula como templo do conhecimento, da democracia e da relação de troca de saberes.

Dez anos após conceder entrevista ao IHU¹ pela primeira vez, a professora segue lecionando com a mesma devoção do início da carreira. À frente do Grupo de Pesquisa em Inclusão, criado por ela em 2002, mas formalizado em 2006, ela vive rodeada de bolsistas de iniciação científica, mestres, doutores e pós-doutores. Ao vivo ou por Skype, eles se encontram todas as quintas-feiras e discutem sobre deficiência, gênero, raça e outros tipos de preconceito.

Os pupilos da decana são multiplicadores de uma bandeira levantada por ela desde 1998, quando entrou na universidade para cursar o Mestrado. Naquela época, o grupo atuava na informalidade, se dedicava à inclusão pelo olhar do cinema. A presença da professora Eli Fabris, anos mais tarde, o intercâmbio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e os novos projetos deram sustância à produção do grupo.



Foto: Juliana Borgmann / Unisinos

“Elas trazem seus olhares externos como pesquisadoras em programas de pós-graduação em vários locais do Brasil, e com isso, multiplicam a inclusão. Eu trabalho com a deficiência auditiva. Mas tem pessoas que pesquisam a pobreza, etnia, gênero. Tem uma variedade de desdobramentos que são típicos da contemporaneidade. É um grupo de tentáculos que busca entender como podemos qualificar a vida desses coletivos que acabaram, de alguma forma, à margem da sociedade”.

¹ A referida entrevista está disponível em <http://bit.ly/2gysXl0>. (Nota da IHU On-Line)

O tema não podia ser mais atual. Na paradoxal era da Revolução 4.0 e, ao mesmo tempo, da exclusão tecnológica, da fome e dos repatriamentos, o tempo dedicado ao outro é cada vez mais escasso. “Cada um tem que se ocupar do gerenciamento e da promoção de si mesmo, atuando como sujeito S.A., e pouco se dedica ao exercício da empatia”. O problema disso, segundo Maura, é que nem todos possuem repertório para se afirmar no ringue cotidiano de nossas competitivas sociedades.

Sala de aula: refúgio de acolhimento

À beira da máquina de costura da mãe, em Santiago do Boqueirão, cidade vizinha de Santa Maria, ela costumava conversar com as clientes que encomendavam roupas. Certa vez, a filha de uma delas, que estudava Educação Especial na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, presenteou-lhe com uma coleção de livros, que ela levaria como companhia de férias.

campo das Humanidades faz com que ela consiga ser, em discurso e prática, o próprio refúgio de acolhimento que propõe.

Para isso, seu dia começa cedo: às cinco da manhã está de pé revisando afazeres, organizando a agenda, planejando as atividades. Embora sua sala fique junto à Reitoria, passa a maior parte do tempo interagindo com professores, alunos e funcionários.

“A mulher multitarefa não vem de hoje. Nós só agregamos tarefas a uma rotina que é histórica. Quando vem para cá (universidade) só soma. Essa ideia do cuidado faz parte do nosso jeito, e eu não gostaria de perder isso. É típico do feminino, e para ganhar outros espaços eu não abro mão de manter esse cuidado – é o que nos diferencia.”

Esse olhar afetuosos que remete ao outro é um dos diferenciais de Maura no grupo composto por seis decanos, todos entre 30 e 50 anos, metade homens, metade mulheres. Seu papel é garantir a interlocução

entre professores e alunos e os gestores da instituição, assim como se integrar com as demais escolas da universidade. Segundo ela, a escolha dos decanos não é associada ao tempo de vida ou de instituição, mas ao perfil.

“Estou aqui para garantir a melhor experiência de aprendizagem, mas não aceito que nós, professores, sejamos taxados de mediadores do conhecimento.

Professor é professor, mudar esse conceito é diminuir a nossa tarefa”, argumenta a professora de 45 anos.

Ilhas de fruição para a vida

Em tempos utilitaristas, onde a produtividade e a necessidade de atualização constante fazem com que os alunos cheguem à universidade com muita bagagem e pouca disposição para refletir, ela defende o lugar da sala de aula como um templo do aprendizado, o qual caracteriza como uma espé-

Ninguém mais tem tempo para ler um livro, ir ao cinema, caminhar ao acaso. Com isso, as pessoas estão perdendo o tempo para pensar a vida. Acho que devemos fazer um movimento de contraconduta, para proteger o direito ao ócio

Aquele compilado de palavras sobre psicologia, psiquiatria nunca saíram do imaginário da pequena Maura. Pelo contrário: foram decisivos para ela optar pela Educação Especial, em vez da Pedagogia Clássica. Mal sabia que se tratava apenas do aperitivo para o que, anos depois, viria a ser o alimento do seu cotidiano.

Passados 19 anos de Unisinos entre docência, gestão e pesquisa, Maura não se entregou ao conservadorismo de um posto acadêmico. Pelo contrário: a constante atualização e o contato com a pesquisa no

cie de ilha para ancorar o conhecimento.

“Quando você recorda de ter feito algo que não seja útil? Com esse sujeito tão atarefado e digital, como eu vou mobilizar o pensamento? Para mim, é na colaboração e troca com o outro que se dá esse avanço.”

Subverter essa lógica cotidiana de correria consiste em criar “ilhas de fruição para a vida”. São momentos que aumentam o repertório, dão sentido ao que se faz no mundo profissional, e mais: nutrem de forma criativa as ações no campo das ideias.

“Ninguém mais tem tempo para ler um

livro, ir ao cinema, caminhar ao acaso. Com isso, as pessoas estão perdendo o tempo para pensar a vida. Acho que devemos fazer um movimento de contracultura, para proteger o direito ao ócio. Daí vem o repertório para desempenhar o papel de improviso que é estar em sala de aula (...). Quanto mais saberes você tem, mais preparado você está na sala de aula. Os saberes inúteis enriquecem nosso repertório para a intelectualidade. A filosofia não serve para alguma coisa, mas instrumentaliza para pensar a vida”, ensina. ■

Cadernos Teologia Pública

Cadernos Teologia Pública divulga artigos que apresentam a contribuição da teologia com os debates que se desenvolvem na esfera pública da sociedade e na universidade, com abertura ao diálogo com as ciências, com a cultura e com as religiões.

Publicações disponíveis em: ihu.unisinos.br



Exibição do documentário

MARTÍRIO

(162min, 2016, Brasil) um filme de
Vincent Carelli, Ernesto de Carvalho e Tita

29 de setembro de 2017

Sexta-feira | 19h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros - IHU

ihu.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Médico (Imanol Arias) prepara o corpo de Evita para o funeral em cena que adquire um ar de sonho – ou pesadelo

70

A Argentina não dorme

História do roubo do corpo de Eva Perón
traz memórias e fantasmas da ditadura

Fernando Del Corona¹

Para todas as diferenças e rivalidades entre Brasil e Argentina, existem aproximações inegáveis na história dos dois países sul-americanos, especialmente no século 21. Ambas nações sofreram sob o jugo de governos populistas e regimes totalitários – quando não uma mistura dos dois, como durante o período do Estado Novo no Brasil – e de militares que desestabilizaram o país. Na Argentina, em particular, seis diferentes golpes de estado ocorreram em um período de 50 anos, enfraquecendo o que outrora fora a economia mais poderosa da América Latina.

Uma pessoa em especial estava às voltas da política argentina durante 30 desses anos. Juan Perón, como fora Getúlio Vargas no Brasil, governou o país por dois mandatos entre 1946 e 1955, quando foi deposto por um golpe militar intitulado A Revolução Libertadora. Ele voltaria ainda a ser eleito democraticamente em 1973 e morreu no ano seguinte, deixando no seu lugar sua mulher e vice-presidente, Isabel Martínez de Perón, que, por sua vez, foi deposta por mais um golpe militar que perdurou até 1983.

¹ Fernando Del Corona é mestrando em Comunicação e especialista em Televisão e Convergência Digital pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, graduado em Produção Audiovisual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Em seu artigo de conclusão da especialização, pesquisou a relação de fãs da série *Game of Thrones* com spoilers no ambiente do site reddit. Em sua dissertação, em fase de desenvolvimento, investiga a presença da imagem-tempo na obra da diretora norte-americana Sofia Coppola.

Depois disso, outra figura se manteve em voga como uma das mais emblemáticas da política Argentina moderna: a primeira mulher de Perón, Eva – ou Evita². A primeira-dama mais famosa do país esteve firmemente ao lado do marido até a sua morte prematura de câncer, em 1952, aos 33 anos – a mesma idade de Jesus, comenta o almirante Emilio Eduardo Massera³ (Gael García Bernal) na narração que pontua momentos chaves de *Eva não dorme*, novo filme de Pablo Agüero⁴.

A comparação com Jesus não é em vão: Evita foi adorada pelo povo argentino, idolatrada pelos descamisados – a classe trabalhadora – por sua luta pelos interesses do povo. Antes de sua morte, ganhou do Congresso argentino o título de Líder Espiritual da Nação. É essa figura mística, mais do que uma personagem real e humanizada, que surge nas margens de *Eva não dorme*. Em tempo: Eva aparece no filme por meio de seu corpo morto, embalsamado, desejado, possivelmente violado, que é interpretado – ou pelo menos incorporado – pela atriz Sabrina Machi. Ela também aparece em inúmeras imagens de arquivo que separam os três capítulos do filme. Mas a verdadeira presença de Evita no longa não é física ou visível – seu corpo é quase uma materialização hipnótica de um ideal divino. Ela é sentida pelo efeito que gerou na nação, no medo que inseria no governo militar – até mesmo morta –, na raiva de Massera que a chama de vadia repetidamente, na devoção dos revolucionários que buscam seu corpo. Sua presença é etérea.

A história de *Eva não dorme* se passa no período de 1952, quando o corpo de Evita é roubado pelos militares que proíbem o peronismo no país e temem o efeito que ela pode gerar sobre o povo, até 1974, quando finalmente retorna para o seu país, após ter sido enterrada em uma cripta em Milão. Detalhe curioso: depois que o corpo dela foi descoberto em 1971, permaneceu em uma sala climatizada na casa de Perón na Espanha, onde ele cumpriu seu exílio de 1955 a 1973. Ele voltou para a Argentina e se elegeu presidente, mas os restos mortais da ex-esposa permaneceram na Europa. Depois que o político morreu, Isabelita fez o traslado do corpo de Evita para a Argentina. Os detalhes do roubo e do retorno para casa, porém, são mantidos como pano de fundo do filme, que foca diretamente no efeito que a “mãe dos pobres” tinha sobre os argentinos. Em certos momentos, parece mais um filme de fantasma do que histórico.

Agüero separa o longa em três capítulos independentes e devidamente intitolados. O primeiro deles, “O embalsamador”, assume, ainda mais que os outros, um ar de sonho – ou pesadelo. Sob a luz de velas, um médico (Imanol Arias) prepara o corpo de Evita para o funeral. Ele a submerge em um líquido vermelho, as peças de roupa envolvendo-a como se fosse uma múmia. A maneira que ele toca nos pés e nas mãos é acentuada. O momento cronológico em que isso acontece é deixado em aberto. De todos os três capítulos, esse é o que mais se aproxima de um experimentalismo narrativo, e não avança o pouco que se pode chamar de trama do filme.

O episódio seguinte, “O transportador”, é o único que sugere alguma ideia de como o corpo pode ter sido roubado e transferido para outro país, mas também foge de detalhes. O foco principal são os dois homens responsáveis por levar o cadáver, um coronel (Denis Lavant) e um jovem soldado escolhido para ajudá-lo (Nicolás Goldschmidt). Essa história se passa inteiramente dentro do caminhão no qual transportam o corpo. O soldado não sabe nada sobre a carga que carregam, e a disciplina militar o impede de perguntar – mas Evita parece exalar uma força que o chama, inconscientemente. Conforme ele se curva sobre o corpo azulado, Evita parece mais uma bela adormecida esperando pelo beijo que vai acordá-la.

O momento central desse episódio é uma conversa entre os dois na traseira do caminhão, estando entre eles a caixa contendo o corpo. A cena é filmada em um impressionante plano único, em que a câmera se afasta lentamente conforme o dia clareia pela janela. A atmos-

² **María Eva Duarte de Perón** (1919-1952): foi uma atriz e líder política argentina. Tornou-se primeira-dama da Argentina quando o general Juan Domingo Perón foi eleito presidente. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Emilio Eduardo Massera** (1925): militar argentino, anti-peronista convicto, participou do golpe que destituiu Juan Perón em 1955. Membro integrante da junta militar ao lado de Jorge Rafael Videla (Exército) e Orlando Ramón Agosti (Aeronáutica), Massera protagonizou através da Marinha Argentina uma repressão implacável aos opositores do regime, com um saldo de milhares de mortos. Comandou o centro de detenção clandestino da Marinha em Buenos Aires, conhecido como ESMA (Escola Superior de Mecânica da Armada). Neste local estima-se que passaram 5 mil presos e entre eles, uma centena sobreviveu. Massera foi julgado e condenado a prisão perpétua em 1985. Indultado pelo governo de Carlos Menem, Massera se tornou novamente alvo da justiça após Néstor Kirchner reabrir os processos contra os militares da última ditadura. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Pablo Agüero**: é um diretor argentino e roteirista. (Nota da **IHU On-Line**)

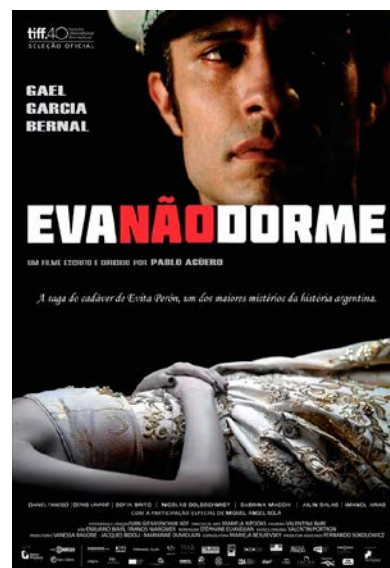
fera sexual que ronda o cadáver parece influenciar o ambiente, conforme os dois militares bebem, se desafiam e comparam seus corpos feridos. Apoiada por uma sólida performance dos atores, esse é o melhor capítulo da história, ainda que não tente explicar as minúcias de como ocorreu o transporte – novamente, o que importa é o efeito que o corpo de Evita gera no país e naqueles que o cercam.

O segmento final, “O ditador”, conjectura sobre o possível desenrolar de um acontecimento real: o sequestro do general Pedro Eugenio Aramburu⁵ (Daniel Fanego) pelo grupo peronista Montoneros⁶ – novamente, nomes e detalhes são deixados para familiarizados com a história argentina, nada é explicitado para desavisados. Mais uma vez a trama se passa em um único ambiente, o espaço subterrâneo onde o general foi mantido e interrogado sobre o paradeiro do corpo de Evita. Ele escuta a notícia da própria morte anunciada no rádio que ouve através das tábuas do cativeiro. A única chance do seu próprio corpo ser descoberto é se ele revelar o que sabe sobre o roubo do cadáver da ex-primeira-dama, mas, como é de se imaginar em uma situação dessas, uma única pessoa nunca tem todas as repostas.

Os três episódios funcionam bem independentemente e são intercalados com as cenas de arquivo que contrastam o clima de sonho do filme com a realidade bruta das filmagens. Ainda assim, o resultado final é insatisfatório para quem não conhece a história contada. O filme é eficaz em sua proposta experimental de recriar o efeito quase religioso que Evita – e o seu corpo – teve em sua nação, mas para quem busca algum tipo de aprofundamento na história do país e da própria Eva, não existe resposta no longa-metragem.

O filme, no entanto, não precisa dar respostas para aqueles que desconhecem a história. A figura de Evita é muito importante para os argentinos, assim como a história dela. A arte de um país é uma das maneiras possíveis de lidar com seus fantasmas e seu passado, e isso *Eva não dorme* faz. Não à toa, a ditadura é tema recorrente no cinema argentino – em 1985, *A história oficial*, de Luiz Poenzo, ganhou o Oscar de melhor filme estrangeiro, e, mais recentemente, filmes como *O clã* (2015), de Pablo Trapero, e *O segredo de seus olhos* (2009), de Juan José Campanella, ainda que não tratem diretamente sobre a ditadura, mostram o efeito que ela teve em sua população e como suas marcas perduram, mesmo depois de seu término.

Apesar das semelhanças entre os dois países, a relação da Argentina com o período da ditadura militar difere do que acontece no Brasil: não existe um virar de costas para a própria história. Claro que há brasileiros que denunciam a arbitrariedade e os crimes cometidos a partir do golpe de 1964, no entanto, a elucidação dos fatos relativos aos 21 anos de ditadura não foi tratada com determinação pelo país – basta ver que os arquivos do período seguem inacessíveis e que familiares dos desaparecidos não tiveram o direito de enterrar seus entes. De maneira distinta, o país vizinho vem enfrentando os horrores do passado. As avós e as mães da Praça de Maio incessantemente mantêm viva a memória dos mortos e desaparecidos – mais de 30 mil entre 1976 e 1983. Militares continuam sendo julgados



Eva não dorme (2015), de Pablo Agüero

⁵ **Pedro Eugenio Aramburu** (1903-1970): militar e político argentino, ditador de 1955 a 1958 durante a autoproclamada Revolução Libertadora, autointitulado presidente. Em 1962, fundou a União do Povo Argentino (Udelap), partido que sustentou sua candidatura presidencial nas eleições de 1963, na qual ficou em terceiro lugar. Em 1970, foi sequestrado e assassinado pela organização guerrilha Montoneros, no que a organização chamou de “juízo revolucionário”. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Montoneros**: foi uma organização político-militar argentina e guerrilha urbana de esquerda, cujo propósito era o estabelecimento de um estado socialista na Argentina. Seus objetivos foram a desestabilização da ditadura militar governante, a autodenominada Revolución Argentina (“Revolução Argentina”) (Onganía, Levingston, Lanusse / 1966 - 1973); o retorno ao poder do Juan Domingo Perón, ea realização de eleições democráticas. Foi eficaz entre 1970 e 1979 (sendo que seu período de máximo poder se estendeu até 1976). Ihes foi útil para pressionar e desestabilizar a ditadura militar que governava o país. Com o tempo, Montoneros passou a perder o apoio da população. Seu fim tornou-se claro com o chamado Processo de Reorganização Nacional, iniciado após que derrubou de Isabelita Perón, viúva de Perón, da presidência. Devido às estratégias de terrorismo de Estado e investigações ilegais, o grupo foi sistematicamente perseguido pelo regime militar de Jorge Videla, tendo hoje muitos de seus ex-integrantes nas listas de Desaparecidos durante a ditadura argentina. (Nota da **IHU On-Line**)

e condenados. Existe um acerto de contas com o passado. *Eva não dorme* leva isso adiante, honrando uma memória nacional e mostrando o fantasma que paira sobre o país, uma história que não permite ser esquecida.

Ficha técnica

Eva não dorme

Título original: Eva no duerme

Direção: Pablo Agüero

Produção: Jacques Bidou, Marianne Dumoulin, Vanessa Ragone

Elenco: Gael García Bernal, Imanol Arias, Denis Lavant, Nicolás Goldschmidt, Daniel Fanego

Argentina, 2015, 85 min.



NOTÍCIAS DO DIA

Acompanhe notícias, artigos e entrevistas veiculadas na mídia do Brasil e do mundo, em uma seleção preparada pela equipe do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU.**



ihu.unisinos.br/noticias/noticias-do-dia



Corpo elétrico é uma produção rara no cinema ao representar de maneira honesta e naturalizada a experiência queer

74

O corpo e a cidade

Filme apresenta mundo gay da periferia de São Paulo com delicadeza e intimidade

Fernando Del Corona¹

“Se o corpo não é a alma, o que é a alma?”, perguntou Walt Whitman no século 19 em seu poema *Eu canto o corpo elétrico*. O mineiro Marcelo Caetano, diretor de *Corpo elétrico*, parece fazer a pergunta: o que é a alma da cidade, se não o corpo das pessoas que a habitam?

A cidade, no caso, é São Paulo, mas não a São Paulo que se vê no cinema, da Paulista e da Zona Sul. É a São Paulo dos imigrantes, dos operários, da periferia. A história se passa no bairro do Bom Retiro e gira em torno de um grupo de trabalhadores em uma confecção de roupas. O protagonista é o estilista gay Elias (Kelner Macêdo), que transita no limiar entre seus chefes que tiram férias na Europa e seus colegas que lidam com horários abusivos e condições de trabalho que beiram ao insalubre.

Apesar do foco central em Elias, o filme toma um espectro muito mais amplo. O que aparece é um retrato da vida gay urbana no Brasil, de uma realidade proletária cujas histórias não são contadas. Na obra, o corpo *queer* não é violentado, vitimizado. Ele assume uma potência imagética

¹ Fernando Del Corona é mestrando em Comunicação e especialista em Televisão e Convergência Digital pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, graduado em Produção Audiovisual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Em seu artigo de conclusão da especialização, pesquisou a relação de fãs da série *Game of Thrones* com spoilers no ambiente do site reddit. Em sua dissertação, em fase de desenvolvimento, investiga a presença da imagem-tempo na obra da diretora norte-americana Sofia Coppola.

de liberação, controle próprio, protesto, coragem. Existe sem medo como forma de retomar e preencher a cidade. É esse corpo que transita pelas ruas, bares e campos de futebol, que trazem pulso para o ambiente que transitam. Não são os corpos mecanizados tão populares na arte contemporânea: Caetano apresenta o afeto como arma política.

Os personagens que povoam a fábrica encontram entre eles famílias substitutas para aquelas que tiveram que abandonar. O próprio Elias vem da Paraíba. O novo funcionário, Fernando (Welket Bungué), de Guiné-Bissau. Um deles, Wellington (Lucas Andrade), desenha roupas para uma família de *drag queens*. São essas ligações afetuosas que os permitem viver – e sobreviver.

Em uma cena magistral, o grupo sai andando à noite por uma rua deserta, conversando entre si conforme a câmera avança com eles em um longo plano em que essas relações ficam visíveis, se formando e reconstituindo ao longo do tempo. A realidade deles é exposta através do diálogo casual, um dos pontos fortes do filme. Não existe aqui uma trama central, baseada em objetivos grandiosos ou em um encaminhamento romântico óbvio, é apenas uma fatia de vida desses personagens.

Caetano trabalhou em alguns dos melhores filmes nacionais recentes. Foi co-roteirista de *Mãe só há uma* (2016), de Anna Muylaert, ator em *Boi neon* (2015) – que também tem como protagonista um estilista sonhador em um ambiente pouco favorecedor –, de Gabriel Mascaro, assistente de direção em *Tatuagem* (2013), de Hilton Lacerda, e produtor de elenco de *Aquarius* (2016), de Kleber Mendonça Filho, em que conheceu Macêdo em um teste de elenco. Seu primeiro longa-metragem é um grito de força como poucos. É raro no cinema se ver uma representação tão honesta e naturalizada da experiência *queer* em uma abordagem periférica – e, mais raro ainda, feliz. Não existe tragédia no filme, e isso não é uma maneira de negar esta realidade, mas de mostrar que não é a única, que há possibilidade de se viver assim e ter uma vida plena.

Elias encontra afeto por onde passa, seja em relações antigas, em uma transa escondida com um segurança de shopping, em festas ou no trabalho. A vida, o sexo e o corpo gay não são higienizados ou heteronormatizados, são reais e palpáveis e apresentados sem julgamento. Ainda mais, os corpos em tela são os da vida real: novos, velhos, negros, brancos, trans, cis, em forma ou não. A realidade no filme em momentos beira o documental, e algumas cenas levantam a questão de se realmente existe um roteiro ou até uma atuação por trás. Parece que são pessoas cuja existência antecede ao filme, interagindo entre si como o fariam caso a câmera não estivesse lá.

Não existe muito a ser revelado sobre a história. Os personagens vivem suas vidas, cruzam caminhos e pulam de cama em cama, encontram momentos para compartilharem. As festas vêm em sucessão, assim como as conversas pós-sexo. A única maneira possível de contar a trama seria narrar os acontecimentos na ordem em que ocorrem, porque é assim que os fatos desses personagens se desenrolam, efêmera. É a experiência de observar a vida de outras pessoas, uma realidade tátil.

Em um momento, Wellington leva Elias para conhecer a família drag para a qual ele desenha roupas, que inclui Márcia Pantera, ícone da cena nacional e pioneira da arte de bater cabelo, e Simplesmente Pantera, interpretada pela funkeira transexual Linn da Quebrada. Sua voz, assim como a de outras cantoras, como MC Carol, preenchem a trilha sonora ao lado de uma composição de Villa-Lobos. É uma sequência de cenas incríveis. Percebe-se, através do diálogo, uma história prévia entre essas pessoas da qual, assim como de Elias, vemos apenas uma parte. Existem desconfianças e desentendimentos, assim como em qualquer lugar, mas também um carinho e um cuidado imenso.

O cinema gay brasileiro tem passado por uma safra notável nos últimos anos. Além de *Tatuagem*, filmes como *Praia do futuro* (2014), de Karim Aïnouz – que dirigiu em 2002 *Madame Satã*, outro que relata a vida *queer* periférica ao contar a história da famosa transformista dos anos 1920, ainda que sob uma abordagem notadamente diferente –, *Beira-mar* (2015), de Filipe Matzembacher e Márcio Reolon, e *Hoje eu quero voltar sozinho* (2014), de Daniel Ribeiro, assim como *Divinas divas* (2017), de Leandra Leal, e *Castanha* (2014), de Davi Pretto, são obras que refletem sobre performance e identidade de gênero. Esses filmes ajudam a criar um panorama da identidade LGBT nacional que começa a fugir de clichês e tragédias ao qual o gênero se acostumou por conta das representações de uma realidade sombria, marcada por medos, por violências e – figura típica na narrativa gay dos últimos

30 anos – pelo HIV/aids. *Corpo elétrico* não esconde totalmente a existência do preconceito, mas esse aparece na margem, como em um comentário maldoso do amigo de um deles ao ver o grupo reunido, e não como regra e ponto central na vida deles.

Corpo elétrico é um filme necessário, fruto de uma tendência animadora para o cinema brasileiro e para a representativa *queer*. É um filme que mistura atuações excelentes – há tempo não se via um elenco tão eclético e satisfatório em uma obra só – a uma narrativa original com visão aguçada para a linguagem cinematográfica. Caetano se revelou uma promessa importante para o cinema nacional, que passa por uma das suas melhores fases.

Uma ode ao corpo e à cidade, *Corpo elétrico* mescla as duas em uma. Das ruas para a intimidade nua da cama, são as pessoas que povoam e dão alma para o mundo que habitam – um mundo que, por mais frio e indiferente que possa ser, ainda oferece o afeto para quem estiver disposto a aceitá-lo.



Corpo elétrico (2017), de Marcelo Caetano

Ficha técnica

Corpo elétrico

Direção: Marcelo Caetano

Produção: Marcelo Caetano, Roberto Tibiriçá

Elenco: Kelner Macêdo, Welket Bungué, Lucas Andrade, Márcia Pantera, MC Linn da Quebrada

Brasil, 2017, 94 min.

Ouse pensar
o que ninguém pensou.
ihu.unisinos.br



**6 de setembro
(quarta-feira)**

**19h30min - Bioética e a Nova
(des)ordem Mundial: entre a crítica
e a legitimação**



**Prof. Dr. Thiago Rocha
da Cunha – PUC-PR**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus São Leopoldo

Informações e inscrições em ihu.unisinos.br

IX Colóquio Internacional IHU

**A Biopolítica como
teorema da Bioética**



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

O FCPA e a capacidade investigativa global do Departamento de Justiça dos EUA

Bruno Lima Rocha

“**A** circulação de ativos com origens legais ou não, e a acumulação financeira do capital, é a forma superior de riquezas no capitalismo contemporâneo, em escala mundo. Logo, as vantagens irregulares transacionais são algo sempre presente, podendo gerar alvos de investigação em todos os países. Desta forma, os EUA têm a capacidade de intervir nos processos econômicos do planeta”, escreve Bruno Lima Rocha.

Bruno Lima Rocha é professor de relações internacionais da Unisinos, doutor em ciência política pela UFRGS e jornalista graduado na UFRJ.

Eis o artigo.

78

Desde o início da Operação Lava Jato vimos destacando a necessidade de interpretação da Cooperação Judicial do Brasil com os Estados Unidos dentro da grande estratégia de projeção de poder da Superpotência. Através do Departamento de Justiça (DoJ, equivalente ao MJ nacional) e em estreita coordenação com os departamentos de Estado e Defesa, além de integração interagências, o país que ainda é o mais rico do mundo exerce sua influência jurídico-criminal de forma seletiva e discricionária em escala planetária.

Tomando por base a descrição de funcionamento de seus organismos especializados e de fonte direta (DoJ e FBI), neste texto podemos observar um demonstrativo de duas medidas punitivas permanentes: corrupção empresarial e desvios de verbas oficiais. No caso, são dois alvos, um ex-governante da Nigéria e uma empresa transnacional francesa, possível concorrente e rival das TNCs com base nos Estados Unidos.

Trata-se de um exemplo de atuação dos EUA, de como qualquer pessoa jurídica ou física em sua jurisdição territorial ou a esta subordinada no estrangeiro, pode ser alvo de operações legais da Superpotência. Com a capacidade inequívoca de quebra de sinais e vigilância na movimentação financeira, o Departamento de Justiça opera com capacidades extraterritoriais. Vejamos o caso do ex-ministro das Minas e da Geologia da República da Guiné, Mahmoud Thiam, condenado a sete anos de prisão dentro dos EUA por supostamente haver recebido propina e ganhos advindos de corrupção na assinatura de contratos com empresas chinesas, China Sonangol International Ltd. (China Sonangol) and China International Fund, SA (CIF). Thiam foi acusado de haver recebido 8,5 milhões de dólares entre ganhos ilegais e operações de lavagem de dinheiro (ver: <https://goo.gl/VAP5TR>)

As operações de investigação foram levadas a cabo pelos escritórios do FBI em Nova York e Los Angeles, através da unidade de Esquadrões de Corrupção Internacional e em coordenação com a promotoria especializada na Seção de Fraudes, dentro da hierarquia direta do Departamento de Justiça. Esta Seção é responsável por investigar e processar atos abarcados pela Unidade de Foreign Corrupt Practices Act (“FCPA”). O FCPA foi estabelecido em 1977 e tinha como alvo permanente pessoas físicas e jurídicas atuando em solo dos EUA e alguns enquadramentos do mercado de ações internacionais. A mudança de escopo se deu em 1998, quando os alvos potenciais se tornam quaisquer empresas ou pessoas físicas que utilizem em algum momento de um ato ilícito, alguma dependência física ou estrutura corporativa dentro da jurisdição soberana dos EUA. Nesta descrição, vê-se que quaisquer empresas ou conglomerados

“A expansão das redes telemáticas bancárias e da internet civil possibilitou a presença de vigilância estadunidense em tempo real no planeta”

transnacionais que tenham ações negociadas na Bolsa de Valores de NYC, ou tenham acordos de auditoria e aval contábil de empresas estadunidenses pode ser foco de investigação federal (ver: <https://goo.gl/hU3tmn>).

Como braço operacional do FCPA, o governo Obama criou em 2015 os Esquadrões Internacionais Anticorrupção do FBI. São três esquadrões baseados respectivamente nos escritórios de Los Angeles, NYC e Washington D.C. (na sede do Bureau) tendo como alvos permanentes “corrupção internacional ou no estrangeiro” e crimes de tipo “cleptocráticos”, semelhantes aos de colarinho branco, mas executados pelos super-ricos, a elite de altos executivos globalizados ou, especificamente, o alvo prioritário: operadores políticos corruptos de países subdesenvolvidos ou da Semiperiferia.

Não por acaso, a operação tomada como base para o estabelecimento da Unidade dentro do FBI foram as investigações que levaram à admissão de culpa por parte da Alstom. A transnacional francesa dos setores de energia e transportes foi acusada de operar um esquema mundial de corrupção e favorecimentos, sendo condenada e feito acordo com a Justiça Federal dos EUA na ordem de 772 milhões de dólares. Os exemplos tomados como evidências de “cleptocracia” são os desvios e condenação do ex-ditador da Nigéria Sani Abacha e o ex-presidente e golpista da Coreia do Sul, Chun Doo Hwan. A base legal – da lei soberana dos EUA – para operar é o Kleptocracy Asset Recovery Initiative do Departamento de Justiça. Para abrir qualquer investigação, basta a suspeita de utilização de redes bancárias com jurisdições nos EUA ou em territórios associados ou empresas conexas na transferência destes ativos. (ver: <https://goo.gl/QYSvwv>).

Dentro da estrutura direta do Departamento de Justiça, não conformando uma agência independente, está o Money Laundering and Asset Recovery Section (MLARS). A Seção de Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos conta com sete unidades integradas: Bank Integrity Unit (fiscalização dos sistemas bancários); International Unit (atividades externas); Money Laundering and Forfeiture Unit (lavagem de dinheiro e confisco); Policy Unit (de políticas integradas); Program Management and Training Unit (de gerência de pessoal e treinamento); Program Operations Unit (de logística de operações); e Special Financial Investigations Unit (aqui seriam os alvos destacados em escala mundo). O MLARS é o braço operacional do DoJ para recuperação de ativos e articulação interagências. (ver: <https://goo.gl/xSiwn2>).

A Superpotência aplica suas medidas legais sobre quaisquer alvos – físicos ou jurídicos – que utilizem redes bancárias, eletrônicas ou telemáticas sob a jurisdição estadunidense. A coordenação interagências implica em alinhar minimamente FBI e NSA em operações extraterritoriais em concomitância com causas jurídicas abertas dentro do território estadunidense. Em sintonia ideológica com aparelhos Jurídicos de dezenas de países, os EUA atuam como uma força complementar tanto das lutas intestinas de territórios soberanos, como elegem seus alvos, projetando sua capacidade intervencionista através de uma modalidade de guerra híbrida, na modalidade irregular de 4ª geração.■

Expediente

Coordenador do curso de Relações Internacionais da Unisinos: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

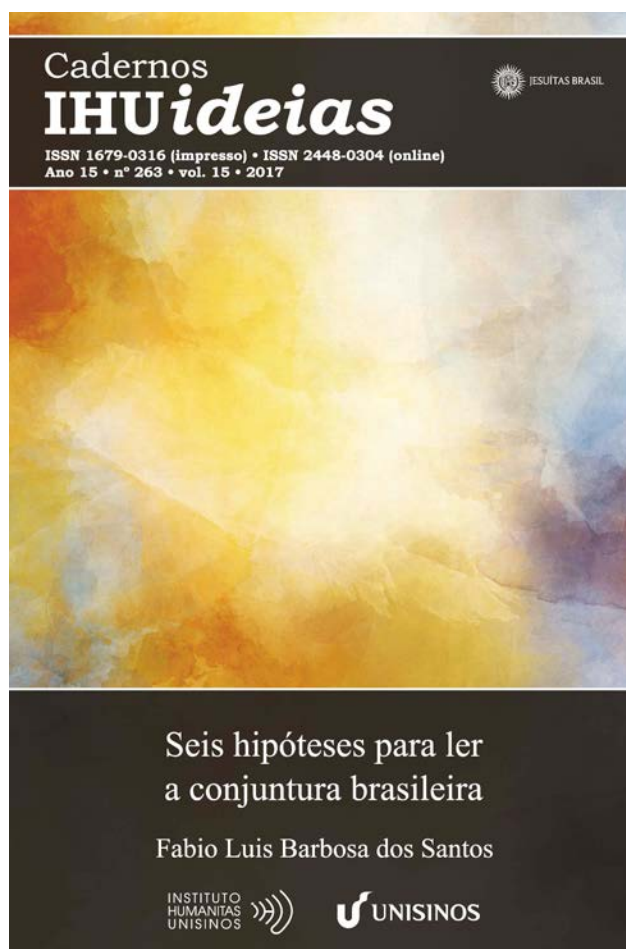
Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira

Na edição de número 263, o Cadernos IHU ideias traz o artigo de Fabio Luis Barbosa dos Santos, doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo – USP, professor da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. O texto aborda a conjuntura brasileira após o impedimento da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. O autor ana-

lisa as alternativas colocadas para o campo da esquerda. “O argumento central é que o movimento histórico da esquerda que teve como referência nuclear o Partido dos Trabalhadores, identificado com uma democratização do capitalismo brasileiro, esgotou-se. Neste contexto, o campo popular enfrenta a disjuntiva entre reciclar esta política, que ameaça repetir-se como farsa, ou construir o novo, que exigirá uma estratégia e instrumentos políticos para ir além do PT”, escreve Santos.

Acesse a versão desse número em <http://bit.ly/2wISdyR>.

Esta e outras edições do Cadernos IHU ideias também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



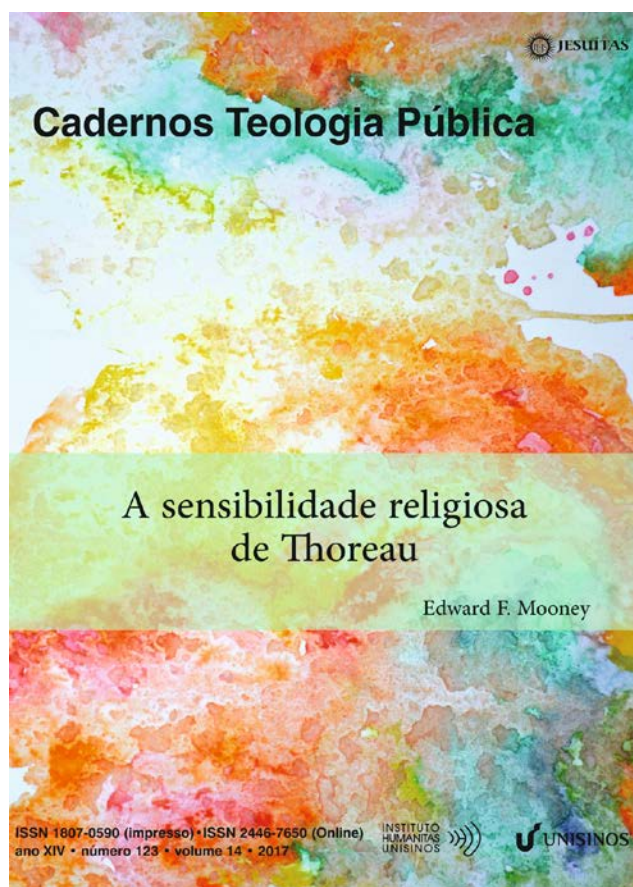
A sensibilidade religiosa de Thoreau

A edição número 123 do Cadernos Teologia Pública traz o artigo de Edward F. Mooney, doutor em Filosofia pela University of California Santa Barbara, professor no departamento de Religião e Filosofia da Syracuse University, no Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos. “A prática religiosa de Thoreau é a reverência e devoção às coisas do espírito. Sua

reverência é pelas coisas que estão impregnadas de espírito, encontradas aqui, em todo canto ao nosso redor”, destaca. E completa: “ainda mais importante, sua prática é servir aos outros, em especial àqueles escravizados, que necessitam de auxílio ou são esquecidos. Ele vive os seus Paraísos e Infernos particulares, seu jeito de meditar e de permanecer imóvel. Ele exulta na presença do sagrado por todos os lados – no rosto de um trabalhador, em revolucionários como John Brown, no chamado zombeteiro da mobelha no meio do lago, no sussurrar das árvores e nos campos desolados no topo do Monte Ktaadn”.

Acesse a versão completa desse Cadernos Teologia Pública em <http://bit.ly/2wSLiDO>.

Esta e outras edições do Cadernos Teologia Pública também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.







Outras edições em www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-antiores



Gauchismo - A tradição inventada e as disputas pela memória

Edição 493 | Ano XVI | 19-9-2016

“Uma data que anualmente rende debates e publicações acerca dela é o 20 de Setembro, quando se celebra a Revolução Farroupilha — ou Guerra dos Farrapos, como alguns preferem, já que os eventos ocorridos de 1835 a 1845 no extremo sul do Brasil não caracterizam uma revolução. A revista IHU On-Line desta semana se alinha à segunda perspectiva e propõe uma reflexão desde esse ponto.”



A invenção do gaúcho

Edição 75 | Ano III | 15-9-2003

“Por ocasião da Semana Farroupilha, a IHU On-Line debate o “ser gaúcho”. Em tempos de globalização, a identidade gaúcha existe ou não? Qual é a potencialidade e quais os seus limites? É nela que os brasileiros encontram sua inserção com a América Latina? Essas e outras questões orientam o debate desse número.”



Ser Gaúcho em tempos de globalização

Edição 35 | Ano II | 16-9-2002

“Iniciando a Semana Farroupilha, emerge a discussão sobre a possibilidade e as formas de interação entre o tradicionalismo gaúcho e a globalização. Esse é o tema que abre a revista, com uma entrevista do professor Gilson Lima, mestre em Ciência Política, que na época concluía o doutorado em Sociologia Contemporânea.”

**O corpo é obsoleto? Reflexões fenomenológicas
sobre biotecnologias, Pós-humanismo
e Arte Carnal**

Prof. Dr. Francisco Ortega
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



12 de setembro (terça-feira) | 19h30min
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br

Pré-evento do
IX Colóquio Internacional IHU

A Biopolítica como
teorema da Bioética

**Bioética e a Nova (des)ordem Mundial:
entre a crítica e a legitimação**

Prof. Dr. Thiago Rocha da Cunha
PUC-PR



06 de setembro (quarta-feira) | 19h30min
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br

Pré-evento do
IX Colóquio Internacional IHU

A Biopolítica como
teorema da Bioética

VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL IHU
XX COLÓQUIO FILOSOFIA UNISINOS
METAFÍSICA E FILOSOFIA PRÁTICA

**A ATUALIDADE DO PENSAMENTO
DE FRANCISCO SUÁREZ, 400 ANOS DEPOIS**

**25 a 28
de Setembro de 2017**

Unisinos | Campus Porto Alegre

Informações e inscrições em
ihu.unisinos.br

ihu.unisinos.br | ihuonline.unisinos.br



twitter.com/_ihu



bit.ly/faceihu



bit.ly/instaihu



bit.ly/youtubeihu



medium.com/@_ihu